



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



DANIEL PRADERA CORRÊA GUIMARÃES

**O IMPÉRIO ROMANO NA VISÃO DE
ALEKSANDR DUGIN**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DANIEL PRADERA CORRÊA GUIMARÃES

O IMPÉRIO ROMANO NA VISÃO DE ALEKSANDR DUGIN

Rio de Janeiro
2025

DANIEL PRADERA CORRÊA GUIMARÃES

O IMPÉRIO ROMANO NA VISÃO DE ALEKSANDR DUGIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Bastos Marques

Rio de Janeiro
2025

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

G963 Guimarães, Daniel Pradera Corrêa.
 O Império Romano na Visão de Aleksandr Dugin /
Daniel Pradera Corrêa Guimarães. – Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2025.
 137 f.

 Orientadora: Juliana Bastos Marques.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2025.

 1. Império Romano. 2. Extrema-direita. 3.
Clássicos. I. Marques, Juliana Bastos, orient. II.
Título.

DANIEL PRADERA CORRÊA GUIMARÃES

O IMPÉRIO ROMANO NA VISÃO DE ALEKSANDR DUGIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Juliana Bastos Marques (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Glaydson José da Silva
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Rio de Janeiro – RJ
2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer principalmente à minha orientadora, Juliana Bastos Marques, por ter apoiado a empreitada que foi escrever esse trabalho. Também gostaria de agradecer à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao apoio que essas instituições me forneceram ao longo dos anos em que estive matriculado, e ao restante do corpo docente de História, a quem eu agradeço pela oportunidade de ter adquirido conhecimento por intermédio de suas aulas e experiências compartilhados.

Também gostaria de agradecer a minha esposa, Maria das Graças de Freitas Gomes, já que sem seu apoio e os inúmeros cafés que ela me ajudou a preparar, eu acredito que seria mais difícil ainda ter concluído esse processo. Além disso, também adoraria agradecer a Ian Moura, Lucas Vieira e Matheus Vargas, meus companheiros de orientação que, sem seus comentários precisos, eu seria incapaz de dar continuidade ao meu trabalho. Agradeço ainda a todos os amigos que me aturaram nos melhores e piores momentos que, por serem muitos, cito de forma geral, mas com uma lembrança especial de cada um que esteve comigo nessa jornada.

Um agradecimento especial é necessário para Marcus Falcão Jr., Thalles Siciliano, Pedro Henrique Dutra, André Luiz Paiva, Francisco Tavares e Guilherme Bandeira, que estiveram comigo não só desde o início do meu mestrado, mas acompanharam boa parte da minha vida antes dela, e me entendem como ninguém. Tudo o que eu espero é que continuemos juntos por mais décadas, e que me acompanhem no restante da minha vida acadêmica da mesma forma que me acompanharam antes dela.

Ao meu tio, Evandro Corrêa, agradeço de coração por ter me apoiado bastante ao longo da minha jornada, bem como agradeço ao restante da minha família. Também não posso esquecer dos meus queridos gatinhos Fulano, Lótus e Liquiane, que me trouxeram momentos de paz e alegria durante os momentos de escrita do presente trabalho, além da minha cadelinha Baunilha.

Patriotism is the last refuge of a scoundrel

(Samuel Johnson)

RESUMO

Esta dissertação investiga a perspectiva de Aleksandr Dugin sobre o Império Romano, analisando como o pensador russo se utiliza da história romana para sustentar sua visão geopolítica e civilizacional. A pesquisa se fundamenta na metodologia da recepção dos Clássicos, na análise do discurso e na análise de literatura historiográfica, a fim de compreender como Dugin compreende conceitos como *imperium* e a oposição entre Roma e Cartago em seu pensamento. A partir da análise de seus textos, busca-se demonstrar como sua interpretação do passado romano se insere em uma estrutura discursiva que reforça sua proposta de um mundo excludente, contrapondo-se à hegemonia ocidental contemporânea. Além disso, examina-se como sua abordagem difere das perspectivas historiográficas, evidenciando o uso do passado como ferramenta para mobilização da extrema-direita. O estudo contribui para a compreensão das apropriações políticas da Antiguidade no pensamento contemporâneo e para a reflexão sobre os desafios da historiografia frente a discursos que instrumentalizam o passado para fins políticos extremistas.

Palavras-chave: Recepção dos Clássicos, império romano, extrema-direita, nacionalismo, discurso, Rússia.

ABSTRACT

This dissertation investigates Aleksandr Dugin's perspective on the Roman Empire, analyzing how the Russian thinker utilizes Roman history to support his geopolitical and civilizational vision. The research is based on the methodology of classical reception, discourse analysis, and historiographical literature analysis to understand how Dugin interprets concepts such as *imperium* and the opposition between Rome and Carthage in his thought. Through an analysis of his texts, the study seeks to demonstrate how his interpretation of the Roman past fits into a discursive structure that reinforces his proposal for an exclusionary world, opposing contemporary Western hegemony. Furthermore, it examines how his approach differs from historiographical perspectives, highlighting the use of the past as a tool for far-right mobilization. This study contributes to the understanding of political appropriations of antiquity in contemporary thought and to reflections on the challenges historiography faces in countering narratives that instrumentalize the past for extremist political purposes.

Keywords: Classical reception, roman empire, far-right, nationalism, discourse, Russia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – A EXTREMA-DIREITA DA RÚSSIA À EUROPA.....	4
1.1 Resumo histórico da extrema-direita europeia.....	4
1.2 Linhagens do nacionalismo russo.....	14
1.3 A complexa relação da extrema-direita russa fora da Rússia.....	27
CAPÍTULO 2 – DUGIN E SEU SONHO DE ROMA.....	40
2.1. Terceira Roma?.....	40
2.2. <i>Delenda est America</i>	46
2.3. Imperialismo romano: um problema contemporâneo.....	62
CAPÍTULO 3 – EXTREMISMO CONSERVADOR E RIGOR HISTORIOGRÁFICO.....	85
3.1. Pontos de autoridade.....	85
3.2. Discurso e possibilidades.....	95
3.3 O lugar dos Clássicos.....	104
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

O principal objetivo do presente trabalho é compreender os usos e as formas de modificação do passado a fim de atender desejos de um grupo específico, principalmente o modo como o passado romano é utilizado por Aleksandr Dugin. Dugin é um intelectual representante da extrema-direita russa, que se coloca em contraposição com a historiografia vigente sobre o Império e o imperialismo romano. Além disso, também será delineada a operação e o processo teórico-metodológico da história e da recepção dos Clássicos de maneira a criticar a perspectiva desses ideólogos e o seu lugar na disciplina histórica, colocando em escrutínio o papel social do historiador diante dos usos do passado pela extrema-direita atual.

O presente estudo também tem como objetivo a compreensão da viabilidade entre a associação de Roma e o conceito e os limites de Ocidente, além de investigar e comparar quais são as diferenças entre essa perspectiva e a da historiografia corrente. Junto a isso, será buscada também a possibilidade de uma análise das razões pelas quais a extrema-direita adota esse tipo de narrativa, além do desenvolvimento de prováveis sugestões de como evitar que elas se proliferem.

A ascensão do conservadorismo e da extrema-direita na atualidade é um alvo acalorado de discussões que atualmente se manifestam como importantes. No entanto, algo que merece uma abordagem minuciosa do discurso desses políticos é o uso, ou silenciamento, da de uma disciplina. Ela faz parteda retórica da direita nos tempos atuais, ainda que seja utilizada de uma maneira que corrobore seus próprios princípios políticos abjetos e que vai contra toda a produção historiográfica produzida até então pelos estudiosos na área.

De acordo com Curtis Dozier (2020, p. 252-253), grande parte do apelo que a extrema-direita faz aos Clássicos provém, de fato, do prestígio que eles possuem dentro do imaginário popular. Esse imaginário partiu de uma construção dos Clássicos como fundamentais para a noção de Ocidente, assim como também representam o ápice das representações artísticas do mundo para os europeus. No contexto da extrema-direita atual, a reprodução acrítica dos Clássicos é utilizada como uma forma

de legitimizar os discursos de ódio no presente, além de perspectivas políticas que correspondam com os interesses de militantes de extrema-direita.

Devido a isso, é de suma importância que esses discursos sobre o passado sejam estudados por historiadores, já que parte de nossa disciplina é lidar com interpretações, e também recepções, feitas desse passado. A escolha pelo Império Romano se dá pela aparente distância cronológica entre a história romana e a política atual, por mais que a recepção dos Clássicos tenha sido utilizada como forma de retórica política desde o século XIX.

Por conta desse fator, faz-se necessário atestar a diferença ou semelhança na continuidade da apropriação, ou rejeição, do passado romano pela extrema-direita atual e a forma como é feita essa modulação em seus usos para atender objetivos específicos forjados por esse grupo. A abordagem e o entendimento da recepção dos Clássicos nesse sentido são importantes para compreendermos que tipo de utilização, e a serviço de que ideologias é feita sua apropriação por essas pessoas.

Além disso, o campo de estudos de recepção dos Clássicos é relativamente recente (Hardwick, 2003), cabendo um maior aprofundamento em suas análises, e o estudo dessa recepção por membros da extrema-direita da atualidade pode dar um vislumbre de como o discurso desses elementos de extrema-direita foram apropriados e de que forma se pode compreender suas raízes e estruturas, para assim ser estudado mais a fundo (Silva, p. 17-18). Para este fim, também é importante elucidar uma história da direita, a fim de delimitar com maior precisão essas continuidades e rupturas na recepção dos Clássicos, e indicar os rumos do discurso e da recepção pela direita na atualidade, de forma a combater os erros proliferados por eles.

De acordo com Cas Mudde (2019, p. 28), nós estamos atualmente na quarta onda de extrema-direita. Essa onda se caracteriza não somente pelos ganhos políticos que muitos partidos dessa vertente política conseguiram na década de 1990, mas principalmente por um recrudescimento da islamofobia e de um discurso anti-imigração, em especial pelo avanço de pautas nativistas e autoritárias. Parte desse discurso está relacionado com a apropriação que Dugin faz do passado romano.

Aleksandr Dugin se diz um defensor do etnocentrismo na maneira como era defendido pelos escritores da revolução conservadora alemã, no início do século XX.

Seu livro *A Quarta Teoria Política* (2012), que faz parte do corpus documental desta pesquisa, é uma defesa de suas perspectivas políticas, que buscam unificar ideias do fascismo com o socialismo em uma política nativista, com um discurso que busca tornar antagônica a existência de políticas advindas da democracia liberal capitalista (2012, p. 380-381).

Sendo assim, este trabalho pretende ter três pontos de desenvolvimento principais: a contextualização e o entendimento da direita na Europa contemporânea, com o nacionalbolchevismo; a leitura sobre o Império Romano no discurso de Aleksandr Dugin; e a comparação de suas narrativas sobre a história romana com a historiografia vigente que trata dos assuntos que eles abordaram. Com isso, o estudo tenta apresentar possíveis soluções para esse problema, especialmente no que diz respeito a questões envolvendo imperialismo e militarismo, e o impacto dessas manifestações de poder no discurso duginiano sobre Roma.

A presente dissertação é composta por três capítulos: o primeiro capítulo, “Resumo histórico da extrema-direita europeia”, tem como objetivo a análise do contexto histórico e social para a explosão da extrema-direita, tanto no cenário mundial quanto no cenário russo. Será feita uma introdução em relação aos estudos do sucesso da extrema-direita no mundo. O propósito de delinear esse contexto de forma introdutória visa a realização de um enquadramento e explicação do cenário de forma geral, para a contextualização das interpretações que possuem os seguidores dessa vertente política, bem como para a interpretação que é dada às influências geradas pelo Império Romano para a sociedade atual, bem como sua importância e a visão de sua atuação no passado.

O segundo capítulo elucida a visão de Dugin propriamente dita e os usos que ele faz do passado imperial romano, colocando sua perspectiva em comparação direta com a historiografia sobre o conceito de *imperium*, além de analisar a comparação frequente que ele faz entre Roma e Cartago, e suas eventuais implicações metafísicas. O propósito disso é demonstrar como Dugin ressignifica o passado romano para sustentar sua visão geopolítica e civilizacional, articulando a ideia de um destino inevitável para a Rússia. A análise da retratação do Império Romano em sua

obra permite compreender como ele se apropria de categorias históricas para justificar o antagonismo contra a hegemonia ocidental contemporânea.

O terceiro capítulo tem como objetivo principal reiterar os métodos dos historiadores e a razão pela qual a história se mantém como disciplina dentro de suas próprias regras, à luz da apropriação do Império Romano feita por Dugin feita no capítulo anterior, e analisar o horizonte de possibilidades do historiador dentro da ascensão da extrema-direita no mundo. Para isso, o capítulo explora como a disciplina histórica se diferencia a partir de seu rigor metodológico, além de posicionar o discurso de Dugin dentro da análise do discurso e da recepção dos Clássicos, de modo a escrutinar as razões por trás de sua apropriação do passado romano.

CAPÍTULO 1 – A EXTREMA-DIREITA DA RÚSSIA À EUROPA

1.1 Resumo histórico da extrema-direita europeia

A “extrema-direita” é um termo catalogador de indivíduos que se alinham a uma ideologia política ultraconservadora e nacionalista, comumente com posturas persecutórias em relação a elementos que se desvirtuem de sua ideia de sociedade ideal, seja por fatores raciais, de gênero ou políticos, sendo tratados de maneira análoga aos movimentos políticos autoritários que afetaram a Europa em meados do século XX. No entanto, de maneira a elucidar a trajetória desses movimentos, é especialmente relevante primeiro analisarmos seu contexto histórico de modo generalizado.

Todavia, primeiro faz-se necessário discutirmos sobre a definição do termo, e quais seriam suas implicações. Há uma ampla discussão sobre a devida nomenclatura que esses grupos e partidos assumem (Mudde, 2000, p. 11-12). Ainda assim, alguns desses termos (Mudde, 2000, p. 6-7) podem parecer redundantes, mas são utilizados para destacar nuances ideológicas ou estratégicas que diferenciam movimentos aparentemente similares. Essa sobreposição terminológica, por vezes, gera ambiguidades no âmbito acadêmico e político, tornando essencial a contextualização histórica e geográfica para uma compreensão mais precisa.

Um dos principais pontos de convergência no momento de tratar essas terminologias é a onipresença do termo ‘populismo’. Porém, esse termo é mais amplamente utilizado para determinar a forma em que a política dos partidos de extrema-direita atuais é construída, por mais que isso não necessariamente reflita em sua ideologia. Ainda assim, a utilização de ‘populismo’ como um termo guarda-chuva de modo a determinar as manifestações políticas de extrema-direita atuais (Mudde, 2000, p. 13).

Para além das implicações da extrema-direita, especialmente quando consideramos o contexto político do regime liberal democrático no campo atual, é importante entender sua trajetória histórica. O termo “direita política” pode ser traçado após a eclosão da revolução francesa, no fim do século XVIII, já que os apoiadores

da monarquia e defensores do antigo regime se posicionavam à direita na câmara. Portanto, esse termo em específico se tornou uma alcunha para pessoas que defendem posicionamentos políticos mais alinhados com a preservação da ordem vigente – nesse caso em específico, a manutenção da monarquia francesa (Camus; Lebourg, 2017, p. 2).

O grupo que se localizava à extrema direita da câmara era liderado pelo visconde de Mirabeau, que defendia o fim da Revolução Francesa e o retorno ao Antigo Regime e a manutenção dos direitos dos nobres. Entretanto, não tardou para que esse grupo se desmantelasse, já que a maioria dos nobres havia fugido da França ou se exilado em seus próprios palácios. Segundo Camus e Lebourg (2017, p. 3) é precisamente esse objetivo contrarrevolucionário que caracterizará o nascimento da extrema-direita no cenário político europeu.

A posição contrarrevolucionária da extrema-direita durante esse período vem de uma defesa da chamada “ordem integral”, ou seja, a ordem natural da sociedade de acordo com a doutrina católica, da monarquia por direito divino, e que qualquer desvio dessa ordem natural não estaria nos planos de Deus para a humanidade, e tais ideias teriam sido incutidas no ser humano através do toque maligno de Satanás (Camus; Lebourg, 2017, p. 4).

Dessa forma, urge pensar a extrema-direita não somente como contrarrevolucionária, mas também essencialmente antidemocrática e conspiratória, características que se erguem nesse período e continuarão se manifestando ao longo dos séculos. Também faz-se válido afirmar, portanto, que o desenvolvimento da característica conspiratória da extrema-direita na França revolucionária não surgiu somente no seio da nobreza, mas também dentro das igrejas e mosteiros, já que ambos os Estados estavam intrinsecamente conectados e dependiam ideologicamente um do outro. Não só isso, mas a expropriação de terrenos eclesiásticos e a perseguição ao clero francês no período revolucionário alimentaram um rancor entre católicos defensores da ordem natural e divina e os revolucionários a serviço da nação e da democracia (Schama, 1990, p. 348-349).

No entanto, o final do século XIX e início do século XX trouxeram um grande intercâmbio de ideias e pessoas pela Europa. É durante essas movimentações que

elementos da extrema-direita, outrora monarquistas e católicos inveterados, começarão a adotar um vocabulário pertencente aos anarco-sindicalistas e socialistas, especialmente através de Georges Sorel¹. As ideias de Sorel, por mais que inicialmente tenham se aproximado do marxismo ortodoxo, sofreram alterações constantes ao longo de sua vida, de modo que sua linha filosófica é complexa e difícil de ser encaixada em um único espectro (Sternhell, 1995, p. 36-37).

O que aproximará Georges Sorel dos fascistas, enfim, é sua eventual revisão da teoria econômica marxista. Sorel passará a defender o livre mercado como a única maneira legítima de se efetuar a luta de classes, e colocará o liberalismo econômico e o liberalismo político como essencialmente antagônicos. São essas ideias que chamarão a atenção de elementos liberais italianos e franceses, com seus ideais de darwinismo social (Sternhell, 1995, p. 46).

Porém, é com seu ensaio *Reflexões Sobre a Violência* (*Réflexions sur la violence*), de 1908, que sua aproximação com os fascistas encontrará uma manifestação catártica. A razão por isso é que nesta obra ele desenvolverá a ideia de mito político² como a principal força mobilizadora para a luta de classes, assim sendo o mais importante fator revolucionário existente. A partir do mito político, a violência poderia verdadeiramente se consolidar em uma força transformadora, canalizando suas principais características de virtude e criatividade. Entretanto, de maneira a abraçar o mito político como essa força relevante para mudança, faz-se necessário abandonar todo semblante de intelectualismo e racionalidade, e abraçar o poder transformador das emoções, rejeitando não só a pretensão científica do materialismo

¹ Georges Sorel foi um engenheiro francês que encontrou relevância em seu país através de seus escritos filosóficos. Inicialmente sendo um marxista ortodoxo, ele teve várias alterações na sua filosofia até sua morte, tendo alcançado a fama em sua época por conta de seu livro *Reflexões Sobre a Violência*, de 1908 (Sternhell, 1995, p. 36).

² O conceito de mito político de acordo com Georges Sorel é uma “figura” ou “sistema de imagem social” pintada pelo irracionalismo espontâneo do ser humano e como uma manifestação de sua vontade de potência diante das adversidades. Essas manifestações podem ou não ser uma força histórica, da mesma forma que podem ou não ser embasadas na realidade. No mais, Sorel não define de maneira precisa seu conceito e analisa somente suas consequências históricas e filosóficas (Sternhell, 1995, p. 59-60).

histórico-dialético de Karl Marx, mas também o modelo racional cartesiano (Sternhell, 1995, p. 58-59).

Foi através da ideia de mito político de Sorel, e a sua capacidade de mobilização das massas, que o fascismo foi introduzido ao vocabulário de esquerda. A partir desse conceito, que Sorel não se aprofundou com muito afinco, que o fascismo adotou a ideia de que o mito político poderia ser um importante modo de mobilização social para as causas nacionais, especialmente considerando a violência como o poder transformador por trás do mito. Nesse sentido, o fascismo adotará a formação de uma mitologia política como uma maneira de mobilização de massas através do nacionalismo na sua construção do passado ideal, uma característica marcante desse posicionamento político (Griffin, 1993, p. 26-27).

Sendo assim, a formação dessas ideias para o fascismo como conhecemos atualmente se dá através de consecutivas apropriações de ideias de esquerda pela direita. Dessa forma, é possível afirmar que a extrema-direita, a partir de seus elementos populistas, é responsável pela fagocitose de pautas de esquerda como uma forma de se aproximar de um arquétipo de população geral. Esses elementos políticos populistas sempre são advindos e apropriados de ideais de esquerda, o que faz com que a extrema-direita, desde o fim do século XIX, constantemente se paute através da esquerda como uma forma de se manter relevante, ainda que com algumas modificações significantes.

É precisamente nesta esteira que veremos a ascensão do fascismo ocorrer ao longo do século XX, no fim da Primeira Guerra Mundial. Antes do fascismo propriamente dito, no entanto, veremos o avanço desses ideais na revolução conservadora alemã³. De fato, a utilização de léxicos provenientes da esquerda vai continuar presente no discurso conservador, mas dessa vez sendo utilizados para

³ A Revolução Conservadora Alemã foi uma corrente ideológica que surgiu durante o período de Weimar, caracterizando-se por uma defesa do nacionalismo, da formação de comunidade nacional (*Volksgemeinschaft*) e a defesa da substituição da democracia liberal por uma ordem ditatorial moldada em preceitos militares, guiada por um sentimento mútuo de interesse nacional, e também em uma tentativa de se posicionar além da esquerda e da direita (Woods, 1996, p. 1-2).

posicionar suas ideias como além da esquerda e direita, apropriando-se do nacionalismo como uma forma de justificar esse posicionamento. A ideia final por trás dessa atitude é a de colocar os interesses da nação como acima da política partidária, especialmente representadas pela democracia liberal e pelo socialismo, na busca de se apropriar das ideias socialistas e de sua crítica do capitalismo o máximo possível sem entrarem dentro da alcunha de socialistas (Woods, 1996, p. 62).

Os idealizadores da revolução conservadora alemã são intelectuais oriundos da ampla camada da burguesia germânica. Seu desdém da ideia de democracia liberal, assim como dos ideais socialistas, pode estar associado com suas atitudes diante da Primeira Guerra Mundial. A experiência de uma parcela considerável de seus teóricos na guerra, especialmente aqueles que foram voluntários, pode ter afetado suas perspectivas de maneira formidável, especialmente no que diz respeito ao seu nacionalismo, fomentado pela geração anterior, especificamente os intelectuais de classe média defensores do imperador Wilhelm II, que colocaram toda sua esperança de retorno ao esplendor alemão como uma responsabilidade direta dessa nova geração de intelectuais (Breuer, 1993, p. 33-34).

A partir do auxílio desses intelectuais, presenciamos o terreno fértil que eventualmente inspirará a forma tradicional de fascismo dos anos 1930 e 1940. Para além de uma produção intelectual ultranacionalista e revolucionária, é necessário antes compreender que o discurso produzido por esses elementos ressoava para as pessoas de sua própria classe social, isto é, uma burguesia emergente que estava confortavelmente assentada na classe média. Nos casos italiano e alemão, de uma nação recém-formada que havia sido humilhada aos olhos dos seus nacionalistas mais ferrenhos, a democracia liberal vigente não correspondia aos seus interesses, e o socialismo poderia arriscar a destruição de seu estilo de vida conquistado recentemente, justificando assim o florescimento do fascismo a partir de uma perspectiva socioeconômica (Payne, 1995, p. 80-81).

Após as sucessivas quebras de expectativas e orgulho nacional do defensor médio do imperialismo alemão, o tecido político na classe média da República de

Weimar estava erodindo, especificamente após a Grande Depressão⁴, que elevou o desemprego a níveis estratosféricos, reforçando ainda mais a desconfiança de setores conservadores e monarquistas da sociedade alemã, enquanto erodia a confiança do Partido Social-Democrata, no poder desde o fim da guerra. Para o alemão médio, a democracia liberal de Weimar estava tão falida quanto a economia de seu país. Dessa forma, restariam duas alternativas: o socialismo bolchevique capitaneado pelo KPD⁵, ou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, chancelado por Adolf Hitler. Com o apoio político interno de partidos de direita, Hitler ascende ao poder em 1933 (Payne, 1993, p. 164-165).

Por mais que a Alemanha nazista e a Itália fascista tenham sido derrotadas na Segunda Guerra Mundial, isso não necessariamente significa o fim do nazi-fascismo enquanto ideologia política. De fato, a extrema-direita buscará outras alternativas ao nazi-fascismo com a derrota do eixo em meados dos anos 1940. Nesse caso, a derrota na guerra foi somente um contratempo. As ideologias de extrema-direita continuaram florescendo, dentro e fora da Alemanha e ao redor da Europa, mesmo com a suposta vitória da democracia liberal e sua eventual consolidação nos anos seguintes:

A extrema-direita europeia, de fato, experimentou quatro ondas diferentes de partidos extremistas desde 1945. A primeira, entre 1945 e 1955, foi caracterizada pela sua proximidade ideológica com as ideologias totalitárias dos anos 1930; ela é frequentemente chamada de "neo-fascista". A segunda onda, que ascendeu em meados dos anos 1950, correspondeu a um movimento de classes médias radicalizadas. A "terceira onda", que muitos autores chamaram de "nacional populista", chegou entre os anos 1980 e 2001. E, desde 11 de setembro de 2001, a quarta onda se espalhou, uma expressão populista do "choque de civilizações (Camus; Lebourg, 2017, p. 44).⁶

⁴ A grande depressão foi uma crise econômica que ocorreu em 1929, tendo como evento catalisador a queda da bolsa de valores nos EUA. Entre os eventos que levaram a essa crise que afetou o mundo inteiro estão o aumento de taxas de importação, a cobrança e cessão de dívidas externas e, no cenário americano, a superprodução de bens de consumo sem uma clara demanda e a má distribuição de renda. EUA e Alemanha foram dois dos principais países afetados (Wynn, 2003, p. 112-113).

⁵ Partido Comunista Alemão (Payne, 1995, p. 165).

⁶ *"The European far right, in fact, has experienced four different waves of extremist parties since 1945. The first, between 1945 and 1955, was characterized by its proximity to the totalitarian ideologies of the 1930s; it is often called "neo-Fascist." The second wave, which arose in the mid-1950s, corresponded to a movement of the radicalized middle classes. The "third wave," which a number of authors have called "national populist," arrived between the 1980s and 2001. And since*

A chamada ‘primeira onda’ pode ser resumida no comportamento de pequenos grupos que ainda mantinham simpatias nazistas e fascistas na Europa com o fim da Segunda Guerra Mundial. Aqueles que não conseguiram se adaptar ao modelo democrático, ou aqueles que não se mantiveram “apolíticos” diante da nova ordem liberal democrática que sucedeu ao nazismo em países como Holanda e Alemanha, se reorganizaram em núcleos chamados de ‘neo-fascistas’ que, apesar do nome, nada tinham de novo: mantinham as mesmas simpatias e os mesmos valores que o regime anterior (Mudde, 2019, p. 19).

Dessa forma, de maneira a sobreviver em um clima político que era abertamente hostil a eles, os neo-fascistas precisaram ser criativos de modo a evitar a ilegalidade. A única exceção na Europa a esse tipo de organização político-partidária foi na Itália, em que o Movimento Social Italiano, abertamente fascista, ganhou uma relevância considerável nos anos 1960 e, mesmo com a pretensa proibição do governo italiano, manteve-se erguido até o ano de 1995, quando se reformulou no partido Aliança Nacional (Mudde, 2019, p. 20).

A segunda onda, a do populismo de direita, coexistiu em seu princípio com os pequenos e inexpressivos políticos neo-fascistas, mas seu contexto é notoriamente distinto. Por mais que essa onda do populismo de direita tenha sido capitaneada por integrantes da onda anterior, as pautas se concentravam nas condições sociais do pós-guerra na Europa, especialmente na oposição ao *welfare state* e também ao apoio a pequenas comunidades rurais, que até então estavam na periferia da política europeia. O maior exemplo disso é a União de Defesa dos Comerciantes e Artesãos, partido fundado por Pierre Poujade, que deu nome ao movimento do poujadismo⁷ (Mudde, 2019, p. 21).

September 11, 2001, the fourth wave has unfurled, a populist expression of the “clash of civilizations.”

⁷ O poujadismo leva seu nome do livreiro Pierre Poujade, sendo um movimento populista de direita que tinha como principais pautas a revitalização das áreas rurais francesas, a oposição à modernização da França aos moldes norte-americanos, o anti-intelectualismo, xenofobia, racismo e antisemitismo, dizendo ser o porta-voz do “francês comum” contra os vícios da política.

A terceira onda, chamada de direita radical, foi a maior das ondas de extrema-direita até então. Por mais que seus primeiros passos tenham sido dados no alvorecer da década de 1980, sua significância aumentou somente na década seguinte. A razão por trás disso foi o crescente desemprego e o início de ondas de migração em massa, alertando mais uma vez para a xenofobia inerente a todos esses movimentos e partidos. Foi a partir dos anos 1990 que partidos de extrema-direita na Europa inteira, independente do Oeste ou Leste europeu, começaram sua jornada de ascensão para a posição que ocupam atualmente (Mudde, 2019, p. 23-24).

A quarta onda iniciou seu processo de formação no ano de 2001, após os ataques de 11/09. No entanto, esse não foi a única crise política que a extrema-direita capitalizou para formar a sua quarta onda. Outras crises incluem a crise econômica de 2008, e a crise de refugiados que se iniciou em 2015. Todos esses eventos foram catalisadores para a formação de uma extrema-direita organizada ao redor de pautas islamofóbicas e xenofóbicas, embebidas em um verniz de populismo (Mudde, 2019, p. 25-26).

O fator de maior distinção da quarta onda, quando comparada com as anteriores, é a presença cada vez maior desses partidos dentro do quadro político, tanto na Europa quanto fora dela. Isso levou a uma maior discussão de suas ideias pelo público geral e a adoção de algumas de suas pautas, ainda que de forma moderada, por partidos políticos liberais já bem estabelecidos. Dessa forma, diferente do que ocorreu na primeira até a terceira ondas, a extrema-direita já se encaixou de maneira pervasiva no léxico político das democracias liberais. Tudo isso, enquanto mantém uma grande diversidade em todas as suas pautas, apesar da centralidade de alguns temas (Mudde, 2019, p. 26).

Esse comportamento de ascensão e quebra dessas sucessivas ondas exigiu uma reinvenção da extrema-direita europeia, especialmente quando legislações que proibiam manifestações nazistas foram aprovadas ao longo da Europa, adaptando ideais e inspirações nazifascistas da década de 1930-40 com questões tipicamente

O maior legado do poujadismo foi a carreira política de Jean-Marie Le Pen e sua família (Shields, 2004, p. 36-37; Mudde, 2019, p. 21)

nacionais. É na sanha do nacionalismo autoritário que todas essas ondas eventualmente irão se escorar, no que diz respeito à permutação de todas essas ondas (Camus; Lebourg, 2017, p. 53).

O fato de os movimentos europeus terem se reinventado como uma forma de se manter na legalidade não necessariamente significa que o nazismo morreu com Hitler. Como um ponto de partida, faz-se necessário considerar o tipo ideal de fascismo genérico, que Roger Griffin sucintamente coloca como: “O fascismo é um gênero de ideologia política cujo núcleo mítico em suas várias permutações é uma forma palingenética de ultranacionalismo populista”⁸ (1993, p. 26). Dessa forma, o fascismo torna-se um conceito que pode transcender seus episódios históricos durante a Segunda Guerra Mundial e as inúmeras tragédias que ele causou. A partir desse tipo ideal, também se torna possível realizar uma análise do fenômeno no presente, compreendendo suas vantagens e limitações.

Ainda considerando essas permutações, no entanto, é necessário ressaltar as diferenças entre as manifestações do tipo ideal de fascismo com a organização e ideologia político-partidária. De modo a diferenciar esses elementos, é importante analisar a postulação de Cas Mudde:

[...] Primeiro, o termo extrema-direita (ou extremismo de direita) ainda é amplamente aceito como o substantivo coletivo mais satisfatório. Segundo, esse termo geralmente é utilizado para descrever uma ideologia contendo uma combinação de diversos fatores distintos. Terceiro, apesar de muitos casos limítrofes, existe um grande número de partidos políticos cujo estatuto de extrema-direita não é debatido. Na base desse consenso, podemos construir as seguintes proposições: 1. A família de partidos de extrema-direita consiste em um grupo distinto que compartilha um núcleo ideológico em comum; 2. Esse núcleo ideológico em comum inclui (pelo menos) a combinação de fatores geralmente definidas como extremismo de direita; 3. Dentro da mais ampla família de partidos de extrema-direita, pelo menos dois subgrupos podem ser distintos na base da extremidade ideológica (Mudde, 2000, p. 16).⁹

⁸ “Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultranationalism”.

⁹ First, the term extreme right (or right-wing extremist) is still broadly accepted as the most satisfying collective noun. Second, this term is generally used to describe an ideology containing a combination of several distinct features. Third, despite several borderline cases there is a large number of political parties whose extreme right status is not debated. On the basis of this consensus, we can construct the following propositions: 1 The extreme right party family consists

Entretanto, antes de considerarmos as particularidades do modelo de tipo ideal, precisamos retornar para o contexto russo dentro da Europa. Afinal, por mais que parte da Rússia esteja inserida dentro do continente europeu, isso não necessariamente significará que ambos passaram pelos mesmos processos de formação política. De fato, a Rússia possui uma história singular no que diz respeito a sua organização política. Entre os elementos que compõem essa singularidade russa, estão a forte influência do expansionismo territorial em direção à Ásia e a autoridade tsarista, que inspiraram suas instituições de maneira razoavelmente distinta do restante do continente.

1.2 Linhagens do nacionalismo russo

De maneira a compreendermos a evolução da extrema-direita na Rússia, primeiro precisamos analisar o contexto de seu conservadorismo e as ideias que o inspiraram, de maneira a desvendar os elementos em comum das pautas conservadoras russas com aquelas manifestadas pelos seus aderentes de extrema-direita, sejam eles fascistas ou não. Para cumprirmos essa finalidade, será necessário destrinchar o histórico do pensamento conservador russo e seu ambiente político particular, e por que tal ambiente se consolidou como sendo distinto do restante da Europa.

Entretanto, primeiro faz-se necessário elucidarmos as ideias por trás do conservadorismo. Não muito diferente de suas vertentes mais radicais na extrema-direita, os ideais conservadores se pautam mais pela oposição a mudanças vigentes do que a uma ideologia concreta que estabeleça um objetivo a ser alcançado, tal como o socialismo e a democracia liberal. Dentro dessa cosmovisão, existem duas pautas

of a distinct group of parties that share a common ideological core. 2 This common ideological core includes (at least) that combination of features generally defined as right-wing extremist. 3 Within the broader extreme right party family at least two subgroups can be distinguished on the basis of ideological extremity.

principais: a da organicidade da sociedade, e a defesa de valores religiosos, crendo numa ordem sobrenatural que rege os mais variados aspectos da sociedade, e que essa ordem não pode ser tremendamente abalada através de mudanças radicais, por mais que isso não necessariamente signifique que tais mudanças não possam ocorrer (Robinson, 2019, p. 10).

Sendo assim, o aspecto organicista, ou seja, a ideia de que a sociedade é como um organismo vivo que depende do funcionamento harmônico de todas as suas partes de maneira a manter sua eficiência e funcionalidade, é tipicamente particularista. Por outro lado, a ideia de uma ordem sobrenatural, ou seja, divina, que também precisa ser obedecida para manter a harmonia social, é uma ideia universalista. Desse modo, o conservadorismo político é sempre construído na contradição entre particularismo e universalismo. O caso russo é especificamente notável nesse caso, colocando a religião ortodoxa como sua particularidade, enquanto também trata essa vertente cristã como a única verdade, ou a verdade universal (Robinson, 2019, p. 10).

Culturalmente, existe um debate sobre o principal elemento fomentador do pensamento conservador russo. Esse debate se posiciona entre intelectuais russos que defendem datas distintas para suas origens. Um desses grupos defende o surgimento do conservadorismo na Rússia como uma resposta aos eventos da Revolução Francesa, especialmente no que diz respeito ao período napoleônico. O outro grupo defende que o conservadorismo russo é um fenômeno que surgiu no século XVIII, durante o reinado de Pedro, o Grande¹⁰, como uma reação às suas políticas modernizadoras que aproximavam a Rússia aos padrões da Europa ocidental (Robinson, 2019, p. 13-14).

De certa forma, a ideia de defender a Rússia de toda e qualquer influência estrangeira tem sido um dos pilares do nacionalismo russo a partir do século XIX (Robinson, 2019, p. 14; Dolbilov, 2007, p. 146-147). A partir dessa perspectiva, podemos considerar nos pontos de inflexão do conservadorismo russo o próprio

¹⁰ Pedro, o Grande, foi imperador e autocrata de todas as Rússias, tendo assumido o título de tsar em 1721, por mais que ele tenha governado desde 1682. Ele ficou conhecido especialmente pelas reformas institucionais que fez na Rússia, moldadas a partir do exemplo ocidental (Anisimov, 2015, p. 3-4).

surgimento de seu nacionalismo. Entretanto, de modo a compreender como as ideias que podem ser chamadas de ‘nacionalistas’ ao defender os interesses do Estado russo fizeram o caminho da Europa ocidental até São Petesburgo, é preciso compreender a trajetória que levou ao surgimento dos ideais nacionalistas.

Segundo Benedict Anderson (2013, p. 79-80), um dos principais fatores que permitiram o desenvolvimento do pensamento nacional foi a proliferação das línguas vernaculares no meio impresso, especialmente após a eclosão da reforma protestante e do surgimento de um mercado editorial nos moldes capitalistas que precisava atender a uma determinada demanda, demanda essa que foi extrapolada para além dos livros em latim. Todavia, precisamos considerar que a configuração política e religiosa russa é razoavelmente distinta, e eventos como a Reforma Protestante não a afetaram culturalmente. O que de fato a afetou, no caso, foi a reforma religiosa do patriarca Nikon, quase um século após a Reforma Protestante¹¹.

O nacionalismo russo não necessariamente teve seu caminho pavimentado pela subsequente expansão do Império Russo, a partir do século XVIII. Entretanto, veremos manifestações de sentimentos análogos ao nacionalismo na Rússia com o surgimento da corrente da eslavofilia, na década de 1840. Os eslavófilos eram intelectuais que buscavam diferenciar a Rússia do restante da Europa, colocando a nação como uma entidade que ia além de qualquer identidade coletiva ocidental, a partir de uma diferenciação feita através da ortodoxia, dos costumes russos antes das reformas petrinas, e da particularidade dos eslavos. Nesse sentido, os eslavófilos colocavam o Império Russo como defensor, por direito, de todos os povos eslavicos, e um intermediário entre o Ocidente e o Oriente, dois rótulos que eles sumariamente rejeitavam e se colocavam acima (Maiarova, 2015, p. 16).

¹¹ As reformas do Patriarca Nikon de Moscou em meados do século XVII foram reformas litúrgicas e ritualísticas que buscavam aproximar a expressão da fé ortodoxa russa com a de outras igrejas ortodoxas, especialmente a grega. Isso, no entanto, causou um furor entre a população de camadas mais baixas, como camponeses, que se opuseram a essas práticas. Eventualmente, isso levou ao cisma da Igreja Ortodoxa Russa, também chamado de *raskol*. Essas reformas normalmente são associadas a uma aproximação da Igreja Ortodoxa Russa com a recém-empossada dinastia Romanov e a um controle maior da monarquia sobre a igreja (Cherniavsky, 1966, p. 2-3).

A corrente de pensamento eslavófila foi primariamente influenciada pelo romantismo alemão. Porém, ela não foi a única. Outras correntes como o pan-eslavismo¹² também sofreram esse mesmo tipo de influência do romantismo alemão, incluindo o idílio agrário e a ideia de uma cultura original que seria a responsável pela origem da nação. Num geral, a ideia de nacionalismo dentre essas duas vertentes também estava atrelada a uma fidelidade à dinastia Romanov, considerando a ideia de direito divino ainda presente na Rússia durante o período, e a união entre o monarca e a sua terra (Laruelle, 2010, p. 13; Segrillo, 2010, p. 52-53).

Considerando esses tópicos, faz-se importante ressaltar também que o termo “nação” era considerado sedicioso pela corte imperial russa no século XIX, devido às suas conotações associadas à Revolução Francesa e ao regime liberal democrático, que iam contra a monarquia de direito divino da Rússia. Para interpretar a ideia de nação e nacionalismo fora do contexto democrático, Sergei Uvarov, então Ministro da Educação, desenvolveu sua ideia de ‘nacionalidade oficial’, que consistia na representação do povo russo pelo seu soberano, o imperador, que deveria assumir um papel paternalista para com seus súditos (Pain, 2016, p. 49-50).

Portanto, a identidade desenvolvida pelos eslavófilos correspondia a uma Rússia em busca de um lugar no mundo, enquanto o Ocidente procurava a sua justificativa para construção imperial. Sendo assim, esse tipo de movimento não era muito distinto do que estava ocorrendo no restante da Europa ocidental naquela década. A premissa de identidade que estava sendo desenvolvida pelos eslavófilos era uma busca por um lugar único para a Rússia no mundo, enquanto as nações da Europa ocidental buscavam afirmar cada vez mais sua justificativa para o alastramento de seus respectivos impérios. Enquanto todos procuravam afirmar sua

¹² O pan-eslavismo foi um movimento intelectual que pregava a união de todos os povos eslavos. Na Rússia, essa ideologia atingiu seu apogeu na década de 1870, marcada por uma política externa voltada para a agregação de povos eslavicos e na defesa de seus interesses dentro do escopo do imperialismo russo. Eventualmente, no início do século XX, especialmente com a revolução russa, essa corrente ideológica viria a perder impulso e cair em desuso, dando lugar a outras vertentes (Kostya, 1981, p. 7-8).

cultura e tradições únicas, as nações colonizadas eram vítimas de expansões territoriais. No caso da Europa ocidental, para a África e, no caso russo, para a Ásia.

Faz-se relevante também apontar a perspectiva que o Ocidente tinha em relação à Rússia, já que sua presença no cenário político europeu gerava um incômodo nos filósofos da Europa ocidental. Afinal, a Rússia não seria nem completamente ocidental, mas não necessariamente oriental. Entretanto, permanecia-se a mesma certeza: os russos precisavam da civilização se eles quisessem gozar do progresso ocidental (Cherepanova, 2010, p. 318).

Esse tipo de perspectiva na Rússia mudaria, no entanto, com a formação da URSS. Por mais que, inicialmente, a ideia de nacionalismo tenha sido atrelada a uma concepção burguesa, o ponto de mutação dessa ideia viria após o grande expurgo¹³ de Stalin, no final da década de 1930. Com uma grande substituição de chefias políticas, uma nova elite política se formou ao redor de Stalin – elite política essa que guardava ressentimentos e visões pejorativas de povos bálticos, caucasianos, muçulmanos, judeus e outras minorias soviéticas. Foi essa elite política que eventualmente viria a auxiliar na construção do patriotismo soviético, que se tornaria não só uma marca registrada do período stalinista, mas também afetaria a forma como a sociedade soviética interpretaria a relação entre povo e os burocratas partidários (Laruelle, 2010, p. 15).

As políticas de Stalin em relação ao nacionalismo entrariam na contramão das perspectivas de Lenin, e trariam suas próprias consequências ao cenário político russo, tudo isso um inevitável resultado de uma tentativa de consolidação política após o fim do governo leninista:

Após as políticas internacionalistas dos primeiros anos do regime bolchevique e a avaliação mordaz de Lenin sobre o “grande chauvinismo russo”, Stalin, em meados da década de 1930, reviveu o nacionalismo russo: em 1934, foi realizada uma releitura dos argumentos históricos a favor do o império

¹³ O grande expurgo foi um evento promovido por Iosif Stalin pouco depois da primeira década de seu poder, em que houve uma busca sucessiva de expurgar elementos políticos internos e externos dissidentes de suas políticas. Críticos, membros da velha guarda, trotskistas e regionalistas foram perseguidos, presos e executados sob acusações de atividades contrarrevolucionárias (Rappaport, 2015, p. 110).

czarista; em 1937 foi comemorado o 125º aniversário da Batalha de Borodino; e em 1939 [Sergei] Eisenstein fez um filme em homenagem a Alexander Nevsky. Esta reversão para uma visão da Rússia como um “irmão mais velho” encontrou seu correlato empírico na brutal liquidação física dos comunistas nacionalistas que se esforçaram para inculcar o socialismo nas minorias nacionais. Com a entrada do país na guerra em 1941, a glorificação do patriotismo aumentou dez vezes mais. Mas mesmo antes da guerra, levou à deportação de milhões de pessoas pertencentes aos chamados “povos punidos”, começando em 1937 para os coreanos do Extremo Oriente, em 1941 para os alemães do Volga, e que durou de antes da guerra até 1944 para as populações do Cáucaso. Se esta violência coletiva contra certas nacionalidades diminuiu com o fim da Segunda Guerra Mundial (embora não tenha sido abolida no plano jurídico, uma vez que alguns povos não foram reabilitados até a *perestroika*), a política stalinista permaneceu marcada pelo seu antissemitismo (Laruelle, 2010, p. 16).¹⁴

Dessa forma, podemos entender uma espécie de projeto de construção nacional soviética após o grande expurgo. Ao substituir a elite política, foi necessária a elaboração de uma narrativa de modo a construir uma união entre os povos mais próximos do centro de poder, ainda que para isso fosse necessária a exclusão de identidades minoritárias. Ao considerarmos que a nação é um símbolo utilizado para mobilização política e legitimação de pautas (Verdery, 2008, p. 240), é possível inferir que esse projeto de poder visava a consolidação política de seu governo através da ideia de nação, e a formação de um símbolo que pudesse representar melhor o novo eixo de poder soviético que se projetava a partir de Moscou.

A formação de um nacionalismo soviético propriamente dito, aos moldes ocidentais, terá, portanto, a sua primeira manifestação no período stalinista. Isso, no

¹⁴ “After the internationalist policies of the first years of the Bolshevik regime and Lenin’s scathing assessment of “Great Russian chauvinism,” Stalin, in the mid-1930s, revived Russian nationalism: in 1934 a rereading was carried out of historical arguments to the favor of the tsarist empire; in 1937 the 125th anniversary of the Battle of Borodino was celebrated; and in 1939 Eisenstein made a film paying tribute to Alexander Nevsky. This reversion to a vision of Russia as “big brother” found its empirical correlate in the brutal physical liquidation of national communists who had striven to inculcate socialism in the national minorities. With the country’s entry into war in 1941, glorification of patriotism increased tenfold. But even prior to the war it had led to the deportation of millions of persons belonging to the so-called “punished peoples,” beginning in 1937 for the Koreans of the Far East, in 1941 for the Germans of the Volga, and lasting from before the war until 1944 for the populations of the Caucasus. If this collective violence toward certain nationalities diminished with the end of World War II (though it was not abolished at the juridical level, since some peoples were not rehabilitated until *perestroika*), Stalinist politics remained stamped by its anti-Semitism”.

entanto, não significa que tal ideia foi ao túmulo junto com Stalin. As tensões trazidas pelas reformas do governo de Nikita Khrushchov, além da soltura de diversos prisioneiros do regime anterior, criaram uma paisagem política na União Soviética. Eventos como a sua política patrimonial¹⁵, além do Julgamento Sinyavsky-Daniel¹⁶, levaram à formação de uma dissidência que se posicionava contra o regime soviético. Essa dissidência viria a receber um tratamento abrandado a partir do governo de Leonid Brezhnev, que desfez algumas das políticas de seu antecessor (Laruelle, 2010, p. 16-17).

Devido a esse tipo de postura, procurando ceder a algumas das demandas de membros da dissidência, a ordem política vigente permitiu a ascensão de grupos nacionalistas na Rússia contemporânea, especialmente durante a década de 1970. Isso levou ao alastramento de diversos panfletos nacionalistas, de viés conservador e de direita, ao longo da duração do governo Brezhnev. Críticas ao regime soviético entre a dissidência tornaram-se tão comuns quanto a nostalgia monarquista do período tsarista. Por mais que isso tenha alertado alguns setores do *politburo*, outros viram a ascensão dessas ideias com bons olhos. Afinal, a permissão da publicação de ideias monarquistas ajudaria a silenciar e coibir as vozes de liberais dissidentes, já que o liberalismo era um perigo visto como um mal maior por esses elementos políticos (Laruelle, 2010, p. 17).

No período de governo do premi Yuri Andropov, foi feita uma nova tentativa de silenciar esses perdicos dissidentes. Entretanto, o esforço foi em vo. O antissemitismo, que nunca havia de fato terminado no território soviético, predominava

¹⁵ Com a morte de Stalin, Khrushchov adotou uma política agressiva contra patrimnios históricos, especialmente igrejas. Movido pela política de atesimo de Estado e por um furor modernizante, estruturas históricas eram consideradas monumentos obsoletos em face ao progresso e foram sistematicamente demolidos para a construção de avenidas e indústrias, causando uma reação negativa entre intelectuais soviéticos, que viriam a ser aplacados no governo de Leonid Brezhnev (Kelly, 2013, p. 12-13).

¹⁶ O julgamento Sinyavsky-Daniel, ocorrido em 1965, foi o processo pelo qual os escritores Yuli Daniel e Andrei Sinyavski foram condenados por agitação e propaganda contra o regime soviético, tendo sido os primeiros presos políticos na União Soviética desde a morte de Stalin. Suas obras satirizando o regime soviético foram publicadas fora do país e levaram a sua eventual condenação, sendo amplamente o ponto de partida para a formação da dissidência soviética (Caute, 2010, p. 219).

especialmente entre esses círculos. Em meados da década de 1980, essa onda nacionalista se consolidou em dois grupos distintos: aqueles que defendiam um retorno à monarquia czarista, e aqueles que defendiam uma forma radical de stalinismo. Ambos esses grupos viriam a prestar seu apoio às reformas de governo promovidas por Mikhail Gorbachov, que eventualmente levariam à dissolução da União Soviética (Laruelle, 2010, p. 17-18).

No decorrer dessas reformas, esses grupos nacionalistas se unificaram sob a promessa de uma abertura política. Com o estabelecimento de um sistema pluripartidário, entretanto, toda essa pretensão de união ruiu. Esses núcleos foram se separando e formando novas camadas, cada uma com suas devidas pretensões e aspirações. Esses grupos consistiam dos stalinistas 'linha-dura'; a oposição liberal ao regime de Gorbachov; e os apoiadores do movimento eslavófilo, que buscavam o retorno das aspirações russas do século XIX (Laruelle, 2010, p. 20-21).

Sob a sombra da ascensão do nacionalismo russo, entre os movimentos eslavicos do século XIX e as hostes reacionárias do século XX, o eurasianismo se ergueu como uma das ideologias de extrema-direita na Rússia, especialmente após a queda da URSS. Isso, no entanto, não significa que essa vertente ideológica tenha se extinguido junto com o modelo político soviético, mas sim que ela passou por diferentes permutações dependendo do seu contexto histórico e político. O eurasianismo, por sua vez, é um conceito polissêmico, com muitas variações de acordo com o autor e seu local de fala, podendo incluir tanto a ideia do imperialismo russo, como, por exemplo, um tipo de irredentismo cazaque, sendo assim uma ideia com diversas permutações (Laruelle, 2008, p. 3-4).

Da forma que será tratado neste trabalho, o eurasianismo enquanto conceito será abordado da seguinte maneira: a concepção de que a Rússia possui um destino que transcende as fronteiras ocidentais e precisa construir um futuro e uma identidade para si mesma, antagônicas ao Ocidente, e que a Ásia é um elemento fundamental e territorial na construção dessa identidade e na necessidade de oposição às ideias ocidentais. Nas palavras de Marlène Laruelle (2008, p. 25-26):

O eurasianismo foi uma utopia conservadora nascida do desejo de levar em consideração o fato da revolução, mas ainda assim clamava por uma 'reação revolucionária' que a diferenciaria do conservadorismo político compartilhado pela direita russa exilada. A ideologia eurasianista foi a versão russa das correntes ocidentais conhecidas como 'terceira posição.' Como elas, o eurasianismo foi atraído pelo modelo fascista italiano e intrigado pela aventura bolchevique, condenando o nacionalismo raso de Mussolini, assim como o comunismo, que era associado com o Ocidente. Entretanto, os eurasianistas ressaltavam suas diferenças entre essas correntes ocidentais ao reforçar a distinção cultural russa.¹⁷

O eurasianismo possui uma profunda influência das ideologias pan-eslávicas e eslavófilas do século XIX. Porém, a forma como esse conceito foi desenvolvido atualmente, em uma transmutação também conhecida como neo-eurasianismo, possui uma linhagem que pode ser mais facilmente traçada a partir das comunidades emigradas russas que se estabeleceram na Europa ocidental na década de 1920, ou seja, entre os exilados e refugiados da Guerra Civil Russa que se opunham ao regime socialista de Lenin e, por isso, migraram para outras nações. As primeiras vigas do que viria a ser o pensamento eurasiático foram lançadas no ano de 1921 em Sofia, Bulgária. O livro, organizado por Pyotr Savitsky, Nikolai Trubetskoy, Georgiy Florovsky e Pyotr Subchinsky (Kosharniy *et al*, 2007) provocativamente chamado de *Êxodo Para o Leste*, era uma crítica direcionada aos intelectuais russos que haviam migrado para o Ocidente, e uma afirmação de que o futuro da Rússia jazia no Oriente. (Laruelle, 2008, p. 19-20; Segrillo, 2010, p. 54-55).

Entretanto, neste primeiro momento ao longo da década de 1920, não seria possível chamar o eurasianismo de uma plataforma ideológica especialmente sólida, mas sim uma pauta agregada por diversos intelectuais russos que estavam preocupados e ansiosos com o futuro da Rússia sob a tutela socialista, e quais seriam os desafios dessa nova nação frente ao passado que ela deveria cumprir. Sendo

¹⁷ *Eurasianism was a conservative utopia born of a desire to take into account the fact of the Revolution, yet it called for a "revolutionary reaction" that would differ from the political conservatism shared by the Russian right in exile. The Eurasianist ideology was the Russian version of Western currents known as the "third way." Like them, Eurasianism was attracted to the Italian Fascist model and intrigued by the Bolshevik adventure, and it condemned Mussolini's narrow nationalism, as well as communism, which it associated with the West. However, the Eurasianists stressed their differences with these Western currents by upholding Russian cultural distinctiveness.*

assim, não tardou para que esse movimento se dividisse entre os apoiadores da União Soviética como uma verdadeira sucessora do espírito e das ambições russas, e aqueles que se opunham a essa ideia. Eventualmente, os apoiadores soviéticos retornariam à sua terra natal, somente para sofrerem durante o grande expurgo (Laruelle, 2008, p. 21).

Sendo assim, o eurasianismo foi o caminho traçado por alguns intelectuais conservadores russos que buscavam a integração entre ideais fascistas com determinados modelos implementados pelos bolcheviques. Essa característica notável permanece como uma das principais características desse tipo de ideologia política, e são essas doutrinas que especialmente influenciariam o neo-eurasianismo do final do século XX e início do século XXI.

As ideias postuladas pelo eurasianismo nesse período ressoam o eco do *Sonderweg*¹⁸ alemão – no caso, a ideia de que a Rússia possui uma missão clara e específica que ela precisa seguir diante do mundo para cumprir seu propósito divino. Tal propósito divino está diretamente atrelado com a ideia de que a ortodoxia é o principal elemento distintivo russo e, portanto, parte indistinguível de sua identidade nacional. A outra ideia associada a isso é a autocracia, que é colocada como uma característica inerente do povo russo e o único modelo de governo válido para a Rússia (Cherepanova, 2010, p. 323-324).

Essa conexão de uma singularidade russa com preceitos espirituais também se manifesta, de uma maneira peculiar, nos autores exilados da década de 1920:

[...] O governo tártaro também fez a Rússia ficar ciente de sua própria orientalidade e de sua missão enquanto Estado. Ele é a origem de um traço nacional que, para os eurasianistas, constitui a própria essência da identidade russa: religião, ou, mais especificamente, religiosidade. [...] De acordo com os eurasianistas, os mongóis possuíram um papel de desferir uma “punição divina” ao purificar e santificar a Rússia, assim como também desvendar sua identidade; desde os tempos mongóis, o Estado russo derivou sua

¹⁸ *Sonderweg*, ou ‘caminho especial’, é a ideia de que a Alemanha traçou um caminho único de modernização na transformação de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, em que certas estruturas feudais foram mantidas dentro de um arcabouço burguês. Existe um fervoroso debate sobre a possibilidade desse conceito ser aplicado, por extensão, à ascensão do nazismo na Alemanha (Kershaw, 2015, p. 24-25).

legitimidade da religião, e absorveu o estilo de governo mongol ao combiná-lo com suas próprias tradições religiosas bizantinas. (Laruelle, 2008, p. 43)¹⁹

Dessa forma, podemos entender o eurasianismo no início do século XX como sendo uma tentativa de intelectuais russos de tentar compreender e sincretizar elementos de afirmação nacional russa do século XIX dentro do contexto revolucionário, com o fim da guerra civil. Certos grupos enxergarão na recém-formada URSS um futuro digno da grandeza russa, enquanto outros manterão seus pés firmes no louvor à monarquia e ao império, insistindo que a 'autocracia' e a 'ortodoxia' são valores indissociáveis da identidade russa, e que é impossível existir Rússia sem esses elementos, e que eles são os grandes responsáveis pela sincretização entre Europa e Ásia que é materializado pela Rússia. E, portanto, isso tornaria a Rússia superior ao Ocidente.

Também é válido colocar que a perspectiva dos eurasianistas do período de entreguerras, de fato, está permeada por elementos orientalistas. Ao enxergar na Ásia a verdadeira herança da Rússia ao invés do Ocidente, e também nela a sua principal contribuidora para a sua missão espiritual, os mongóis são colocados como verdadeiros padrinhos do povo russo, encaixando-se perfeitamente na fantasia criada para dar sentido a uma Rússia que eles jamais imaginariam possível (Laruelle, 2008, p. 40-41).

Uma 'sistematização' de um pensamento eurasianista viria, de fato, através de Lev Gumiliov. Gumiliov foi um historiador e antropólogo soviético que possuiu duas fases distintas em sua carreira acadêmica. Na segunda metade da década de 1950 e ao longo da década de 1960, suas principais publicações diziam respeito à história da Ásia Central antes da conquista mongol, especialmente a história de povos como os

¹⁹ [...] Tatar rule also made Russia aware of its own Eastemness and of its mission as a state. It is at the origin of a national trait that, for the Eurasianists, constitutes the very essence of Russian identity: religion, or, more exactly, religiosity. [...] According to the Eurasianists, the Mongols played the role of a "divine punishment" by purifying and sanctifying Russia as well as by unveiling its identity; since Mongol times, the Russian state has drawn its legitimacy from religion, and absorbed Mongol statehood by combining it with its own Byzantine religious traditions.

cazares²⁰ e os hunos. A partir da década de 1970 até o fim de sua vida, no entanto, sua principal preocupação será com a etnogênese do povo russo, e a sua inevitável ligação com as estepes asiáticas (Laruelle, 2008, p. 52-53).

Gumiliov possui uma distinção clara quando comparado com os eurasianistas que haviam produzido suas ideias em exílio. De fato, sua produção acadêmica e filosófica se deu longe do contexto dos migrantes russos, e ele teve um contato extremamente limitado com essas ideias, somente através de Pyotr Savitsky²¹. Por mais que ele concordasse superficialmente com a estrutura do eurasianismo, Gumiliov afirmava que havia um elemento ausente no arcabouço eurasianista. Esse elemento, no caso, seria o determinismo biológico (Laruelle, 2008, p. 58).

A teoria de etnogênese proposta por Gumiliov foi altamente polêmica durante o final da década de 1970, tendo ganhado tração somente durante as reformas de Mikhail Gorbachev. Sua principal proposta era de que todo fenômeno humano necessariamente seguia as mesmas leis naturais, em uma linha inspirada no cientificismo do século XIX. De acordo com ele, a humanidade era totalmente desprovida de vontade própria, sendo absolutamente subserviente aos arbítrios da natureza. Qualquer tentativa de fugir desses arbítrios levaria ao desastre, ou a morte. Para Gumiliov, era dessa forma que a história humana sempre funcionou, e a tarefa do historiador seria descobrir quais seriam as leis naturais que dominam a humanidade (Laruelle, 2008, p. 61).

Para Gumiliov, a humanidade não teria poder sobre absolutamente nada. Como o tempo é uma das leis da natureza, então ele é o senhor de tudo. Dessa forma, a história não seria possível pois o tempo, enquanto lei natural, já determinou tudo o que aconteceu e tudo o que acontecerá, e o tempo está além da capacidade de controle da humanidade. As contradições históricas, portanto, são explicadas por ele

²⁰ Os cazaes eram um povo túrquico da Ásia Central que ficaram conhecidos por estabelecer um Estado-tampão entre o Império Bizantino e o Califado Abássida no Cáucaso e na estepe de parte do atual território russo (Sneath, 2007, p. 25).

²¹ Pyotr Savitsky foi um geógrafo russo, descendente da aristocracia que foi forçado ao exílio durante a revolução. Seu interesse por povos da Ásia Central levou ele a ser um dos principais teóricos do eurasianismo na década de 1920 (Laruelle, 2008, p. 32-33).

como disrupções da lógica natural, que só podem ser compreendidas através da dialética. Essas contradições, e exceções, são governadas pelo chamado “fator x”, um elemento que está além da compreensão do intelectual e que tem a capacidade de alterar o rumo do tempo. Através dessa metodologia, Gumiliov acreditava poder ser possível prever os rumos da humanidade. (Laruelle, 2008, p. 61-62).

De fato, segundo Gumiliov, o papel do historiador resumia-se somente a descobrir novos fatos históricos e organizar uma cronologia de eventos, e a sua teoria de etnogênese, por se submeter a leis naturais, era uma ciência exata e preditiva:

Nós temos um serviço meteorológico que prevê o tempo e, de muitas formas, nos ajuda a evitar suas consequências perniciosas. Minha teoria de etnogênese, da mesma forma, pode ser utilizada como uma ciência aplicada.²² (Gumiliov apud Laruelle, 2008, p. 62).

Isso fazia dele um crítico voraz da metodologia histórica, que ele dizia ser especializada demais, longe das verdadeiras perguntas que precisam ser feitas, e que deixaram de lado o ideal da convergência entre todas as ciências. Para Gumiliov, a história enquanto campo estava fadada ao fracasso, e seu fim era inevitável. A solução para o campo é simples: um retorno ao essencialismo, e uma aplicação clara da sua teoria de etnogênese, que responde todas as perguntas que a disciplina histórica deveria fazer. Nesse caso, as origens e os caminhos que um povo percorrerá (Laruelle, 2008, p. 62-63).

Dessa forma, a etnogênese de Gumiliov foi uma metodologia desenvolvida de maneira a conciliar totalmente metodologias advindas das ciências exatas dentro da disciplina histórica²³, de maneira a prever e evitar conflitos étnicos e determinar a verdadeira extensão territorial de um povo. Por mais que as ideias de Gumiliov sejam pouco ortodoxas, mesmo para os padrões eurasianistas, é inegável que ele causou um grande impacto no pensamento eurasianista, e a sua ideia de focar no *ethnos*

²² *We have a meteorological service that predicts the weather and in many ways helps us avoid its pernicious consequences. My theory of ethnogenesis may likewise be used as an applied science.*

²³ A etnogênese de Gumiliov não foi a única aventura intelectual russa que buscou a conciliação entre leis naturais e história. Ver Fomenko, 2003.

enquanto entidade principal no espaço influenciará o desenvolvimento das ideias eurasianistas que surgiram após ele.

Superando as ideias propostas por Gumiliov e outros eurasianistas do passado, temos Aleksandr Dugin. Dugin é o proponente de uma vertente eurasianista conhecida como neo-eurasianismo. O neo-eurasianismo é uma corrente ideológica derivada do eurasianismo do período de entreguerras, preocupada com a origem e o destino do povo russo enquanto uma coletividade étnico nacional. O neo-eurasianismo, diferente do eurasianismo da década de 1920, estabelece o território como a parte mais importante para a autodeterminação russa e, como a Rússia é uma nação que ocupa espaço em dois continentes simultaneamente, logo seria seu destino assumir o controle de ambos (Laruelle, 2008, p. 8-9).

Enquanto a ideia do messianismo e do “caminho especial” russo é vagamente semelhante ao *Sonderweg* alemão, o foco dos neo-eurasianistas em um território legitimamente russo possui algumas semelhanças com o conceito de *Lebensraum*²⁴. No caso neo-eurasianista, o *Lebensraum* do povo russo seria a Eurásia, e todo território ocupado pelos povos eslavos é russo por direito (Zafar, 2023, p. 21).

De maneira retrospectiva, é possível afirmar, portanto, que a extrema-direita russa atualmente, e elementos conservadores ao longo do século XIX até os momentos atuais, foram profundamente inspirados pelas movimentações ideológicas que estavam ocorrendo na Alemanha durante o mesmo período. Para além do romantismo alemão, diversos elementos nacionalistas e de políticas *völkisch*²⁵ permeiam o imaginário ideológico neo-eurasianista. Considerando esses fatores, é extremamente difícil dissociar os movimentos conservadores e nacionalistas russos

²⁴ *Lebensraum*, ou ‘espaço vital’ é o conceito geopolítico alemão, popular no início do século XX, que ditava que o povo alemão tinha direito a todo território histórico que um dia já foi ocupado pelos seus ancestrais germânicos. Essa ideia foi a principal motivadora da política expansionista de Adolf Hitler, e uma das justificativas ideológicas para o genocídio promovido pelo regime nazista (Smith, 1989, p. 89).

²⁵ O movimento *völkisch* foi caracterizado por noções etno-nacionalistas de identidade alemã, em que o povo alemão deveria permanecer unido para além de esquerda ou direita para o progresso do seu próprio povo e para beneficiar sua cultura e identidades. Eventualmente, membros desse movimento viriam a se juntar ao partido nazista (Woods, 1996, p. 111-112).

das mesmas movimentações que ocorreram na Alemanha, já que um serviu de inspiração para outro.

1.3 A complexa relação da extrema-direita russa fora da Rússia

Faz-se necessário reiterar que o processo de desenvolvimento da extrema-direita russa e de suas ideias está diretamente atrelado à busca por uma consolidação de uma identidade russa e um espaço em que o Estado possa se manifestar de maneira autocrática. Nesse sentido, as movimentações que ocorreram entre os intelectuais russos, estejam eles dentro ou fora da Rússia, não foram radicalmente distintas das movimentações nacionalistas e imperialistas que ocorreram na Europa ocidental durante os séculos XIX e XX. Apesar dos intelectuais nacionalistas russos buscarem se afirmar como além do Ocidente, boa parte de sua estrutura ideológica, e sua inspiração, foram ocidentais, especialmente alemãs.

As visíveis similaridades e conexões entre o nacionalismo russo e o alemão, no entanto, foram motivo de admiração e contenda no período entreguerras. De fato, os migrantes russos eurasianistas que escaparam da revolução mantiveram contato próximo com pessoas que pertenciam ao movimento da revolução conservadora alemã. A razão do contato entre os dois grupos era uma similaridade nas suas perspectivas antiliberais, uma certa admiração pelo experimento bolchevique, e uma simpatia pelo autoritarismo fascista (Beisswenger, 2018, p. 70)

O principal motivo para a comunicação entre os eurasianistas russos e membros que pertenciam ao movimento da revolução conservadora alemã era a articulação de um planejamento que concretizasse suas pautas políticas. Nesse contexto, os conservadores alemães eram seus mais viáveis aliados, já que alguns de seus grupos eram bem organizados e ativos no cenário político alemão, sendo razoavelmente conhecidos fora de seu país de origem, além de terem manifestado um interesse no modelo de economia planificada soviética e terem apresentado publicamente anseios sobre o papel da Rússia na geopolítica mundial do período (Beisswenger, 2018, 64).

Os eurasianistas desse período conseguiram manter um contato mais próximo com o grupo alemão *Gegner*²⁶, que mantinha um periódico de mesmo nome e possuía um viés antissistema, nutrindo certa admiração tanto pelo projeto econômico soviético quanto por manifestações autoritárias. Dentre os grupos envolvidos com a revolução conservadora alemã, o *Gegner* foi o que manteve a maior proximidade com os eurasianistas até ser fechado pelos nazistas em 1933 (Beisswenger, 2018, p. 75-76).

A tentativa de abertura de relações com outros grupos envolvidos nesse movimento ideológico foram, no entanto, frustradas. Os eurasianistas reconheceram que os uma parcela considerável de adeptos dessa ideologia possuía, na verdade, um interesse que era inerentemente antagônico a qualquer tipo de ambição ou aspiração russa. De fato, algumas tentativas de comunicação simplesmente foram ignoradas pelos alemães, que desprezaram as ideias eurasianistas (Beisswenger, 2018, p. 77-78).

Partindo deste ponto, a estratégia eurasianista no entreguerras foi alterada. Eventualmente, foi compreendido que esses nacionalistas alemães eram, na verdade, seus antagonistas, e que tinham uma perspectiva de política externa que era diametralmente oposta aos interesses russos. Afinal, a maioria considerável deles era agressivamente nacionalista, e o grupo da *Schwarze Front*²⁷, periódico de mesmo nome gerenciado por Otto Strasser²⁸, abertamente defendia uma nova guerra em seu plano político, para impor a vontade do povo alemão sobre a Europa. Isso, para os eurasianistas, era inadmissível (Beisswenger, 2018, p. 79).

Com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o horizonte de possibilidades para uma aliança entre os eurasianistas e os conservadores alemães foi se fechando com maior celeridade. Pouco a pouco, membros pertencentes aos grupos que mantiveram contato com os exilados russos foram se juntando ao partido nazista. Para a surpresa dos russos, a principal influência desses grupos sobre Hitler foi justamente

²⁶ Adversário, em tradução livre.

²⁷ Frente negra, em tradução livre.

²⁸ Irmão de Gregor Strasser, fundador original do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, que saiu do partido após a sua tomada pela facção hitlerista (Payne, 1995, p.158-160).

em sua política externa. A Rússia, tal como outros países eslavos, deveria ser anexada pela Alemanha para ser mantida dentro de sua zona de controle. Não havia espaço para a coexistência entre a URSS e a Alemanha nazista na política alemã (Beisswenger, 2018, p. 80).

No fim, o ódio havia vencido. A tentativa dos eurasianistas de manter contato com os membros da revolução conservadora alemã foi finalmente recebida com a devida frieza e desconfiança de um povo, comprovando que uma cooperação entre elementos antiliberais e simpatizantes tanto do fascismo quanto da economia socialista era, naquele momento, impossível.

Essa primeira tentativa frustrada de comunicação direta entre extremistas russos e alemães não seria, de fato, a última. Na década de 1990, após a queda da URSS, Aleksandr Dugin ganhou uma pequena relevância entre círculos neo-eurasianistas russos.

Aleksandr Dugin é um filósofo russo fortemente associado à contracultura dos anos 1980, onde ganhou certo grau de relevância como dissidente durante a *glasnost*. Tendo se associado a movimentos de extrema-direita durante o período, Dugin formou contatos com importantes políticos russos, conseguindo um cargo de assessor e se aproveitando disso para poder seguir a sua graduação em filosofia, tendo se especializado em filosofia política (Østbø, 2016, p. 114-115).

Dugin ganhou proeminência a partir de 2014, quando foi um dos mais ardentes defensores da anexação russa da Crimeia, e seus escritos influenciam grupos nacionalistas brasileiros como a Nova Resistência (Neiva, 2022; Assad, 2023). Foi justamente neste ano que muitos pesquisadores ocidentais associaram diretamente a figura de Dugin como a de um 'guru' putinista, com acesso direto aos mais altos escalões da política russa. No entanto, sob um escrutínio mais minucioso, tal hipótese não consegue se sustentar. Apesar de sua proximidade com o general Leonid Ivashov, da presença de suas ideias dentro de alguns círculos militares russos, e da amizade com o político monarquista Konstantin Malofeev, Aleksandr Dugin não possui uma grande influência dentro do parlamento russo, e nem é próximo a Vladimir Putin (Laruelle, 2021, p. 118).

Tal impressão do grande poder e influência de Dugin sobre o governo putinista pode ter sido gerada pela abordagem da mídia russa de suas declarações no início do processo de anexação russa da Crimeia, em que ele se manifestava abertamente a favor da operação. No entanto, essa abordagem não necessariamente significa uma presença velada nos mais altos escalões políticos da Rússia. No mais, o repertório ocidental de Dugin certamente tornou ele mais acessível para comentadores políticos situados na Europa ocidental e além, fazendo com que, de certo modo, sua relevância dentro da política russa tenha sido confundida com a sua acessibilidade pra o Ocidente.

De todo modo, em seu esforço de comparação de entre a Rússia e o Império Romano, Dugin faz uma transformação da ideia de Terceira Roma, tratando de seus aspectos geopolíticos, distanciando-se de sua perspectiva cristã original. Parte de suas ideias são sumarizadas dessa forma:

A maior parte dos projetos intelectuais neo-eurasianistas estão conectados a Aleksandr Dugin, cujo projeto é mais ambicioso do que os primeiros eurasinistas: Dugin visa integrar todas as existentes ideologias tradicionalistas (e anti-globalistas). A ortodoxia é presumidamente uma grande ideologia (tradição) para Dugin e o Império Eurasiano é chamado de sua encarnação natural e geográfica. A maior parte dos grandes trabalhos de Dugin fazem referência a ideia de Terceira Roma. Entretanto, a abordagem de Dugin desse conceito reflete sua aderência à antiga crença da ortodoxia: ele crê que o ideal foi esvaziado depois das reformas eclesiásticas de meados do século XVII [...] Dugin é um dos poucos autores que consideram a União Soviética como essencialmente uma reencarnação do Terceiro Império Romano Ortodoxo (Sidorov, 2006, p. 335).²⁹

²⁹ *Most of neo-Eurasianist intellectual projects are connected to Alexandr Dugin, whose project is more ambitious than that of the early Eurasianists: Dugin aims at integration of all existing traditionalist (and anti-globalist) ideologies. Orthodoxy is presumably a major ideology (tradition) for Dugin and the Eurasian empire is called its natural geographical embodiment. Most of Dugin's major works make reference to the Third Rome idea. However, Dugin's take on the concept reflects his adherence to the Old Belief version of Orthodoxy: he believes that the ideal was hollowed after the Church reforms of the mid-seventeenth century. Dugin is among few authors who consider the Soviet Union as essentially a reincarnation of the Orthodox Third Roman empire.*

A forma como Dugin aborda o conceito de Terceira Roma será abordada futuramente dentro deste trabalho. No entanto, é importante reiterar que o neo-eurasianismo duginista busca estabelecer não só uma continuidade com os preceitos eurasianistas estabelecidos no período entreguerras, como também superá-los através de outras ideias como, por exemplo, o nazi-fascismo e o stalinismo, ecoando não só um alinhamento com elementos de extrema-direita da Europa ocidental que são simpatizantes do nazismo, mas também apelando para uma característica típica de conservadores russos do período de Brezhnev, e que se tornaram conhecidos entre os círculos dissidentes soviéticos. Esse último não é uma coincidência, já que Dugin participava ativamente desses grupos em sua juventude e é um expoente deles.

Provavelmente um dos fatores que viria a influenciar a ideologia política de Dugin ao longo de sua carreira foi a sua participação no Círculo de Yuzhinsky. O grupo, coordenado pelo poeta e místico Yuri Mamleev, adotou essa nomenclatura devido ao nome da rua onde a cobertura em que Mamleev morava estava situada. O Círculo de Yuzhinsky foi um dos principais pontos de encontro de leitores de filósofos conservadores ocidentais, e foi profundamente influenciado por vertentes tradicionalistas, e outras associadas com a revolução conservadora alemã. Os filósofos agregados ao Círculo de Yuzhinsky buscavam, no Ocidente, a tentativa de responder a pergunta sobre o lugar especial que a Rússia tinha, ao tentar transcender a divisão entre 'ocidentalizadores liberais' e 'nacionalistas stalinistas' (Laruelle, 2015, p. 6-7).

É a partir dessas experiências com o Círculo de Yuzhinsky que Dugin será influenciado pela filosofia ocidental, especialmente o trabalho de Martin Heidegger, que virá a influenciar seus conceitos de filosofia política. No entanto, Heidegger não será a única grande influência nas obras duginistas. Autores como Mircea Eliade e Carl Schmitt também estarão presentes no decorrer de seus escritos. A proeminente presença dessas figuras já é um grande marcador do local de lealdade de Dugin (Laruelle, 2021, p. 117).

Um tema comum permeia todas as grandes, e pequenas, obras de Aleksandr Dugin. Esse tema é a inevitável conciliação da tradição russa com o nazi-fascismo. De fato, sua ideia de quarta teoria política prega a fusão entre preceitos socialistas e

nazi-fascistas. A reabilitação do fascismo é uma proposta recorrente ao longo do trabalho duginista, e é precisamente por conta disso que ele é popular no Ocidente. Porém, é devido às suas simpatias fascistas, e seu vocabulário remetente ao nazismo, que seu sucesso na Rússia tem sido limitado. Isso, no entanto, não significa que ele foi ignorado por completo no país. Afinal, devido às suas conexões com círculos militares uma década após o fim da URSS, obras como *Fundações da Geopolítica* foram responsáveis por colocar o léxico eurasianista dentro das forças armadas russas (Laruelle, 2021, p. 117).

A limitação do sucesso de Dugin na Rússia pode ser inferida através de alguns fatores presentes no desenvolvimento das ideias do nacionalismo russo, especialmente no período soviético. Apesar de suas simpatias com o regime soviético stalinista, que ele considera como uma das verdadeiras manifestações do espírito russo, suas influências da filosofia ocidental e seu flerte com o nazismo não ressoam completamente com os ideais nacionalistas russos que foram construídos a partir da dissidência soviética no período dos governos de Khrushchov e Brezhnev. A busca desses núcleos por uma identidade legítima russa, de maneira que perpassam a monarquia e o regime stalinista, encontra uma contradição quando Dugin afirma a necessidade da inserção de valores nazi-fascistas dentro de um nacionalismo que se orgulha de ter derrotado o nazismo. No entanto, é precisamente a relação calorosa de Dugin com o nazi-fascismo que vai fazer com que seja apreciado pela extrema-direita da Europa Ocidental e além.

O sucesso de Aleksandr Dugin está, portanto, diretamente atrelado às suas extensas comunicações com redes de extrema-direita na Europa ocidental:

[...] Porque ele foi um dos primeiros a desenvolver tais contatos, e graças a sua incrível habilidade de “digerir” e papagaiar novas doutrinas, dentro de alguns anos Dugin teve, como Eduard Limonov mais tarde escreveu em sua autobiografia, “sem querer usurpado os contatos da oposição patriótica dentro da direita ocidental”. Dugin fez várias viagens para a França, Itália e Espanha entre 1989 e 1990 e 1994, encontrando-se com o líder da Nova Direita francesa, Alain de Benoist, e com o belga Robert Steuckers, que introduziu ele a noção de Nacional Bolchevismo, a tradição alemã de *geopolitik*, assim como teorias de conspiração sobre a dominação americana. Dugin também buscou inspiração em seu encontro com Jean Thiriart, um fervente apoiador de um espaço unificado euro-soviético que levou a um pequeno partido comunitário naquele momento. Dugin estabeleceu conexões

em círculos que eram mais abertamente nostálgicos ao nazismo, como o grupo Thule na Espanha, cujas teorias sobre o nazismo esotérico, especialmente o tema da Hiperbórea, inspiraram a primeira publicação de Dugin, *Giperboreia*. Na Itália, Dugin se tornou um conhecido de Claudio Mutti, o herdeiro intelectual direto de Julius Evola e seu princípio de raças espirituais, uma teoria que moldou profundamente a percepção de mundo de Dugin (Laruelle, 2021, p. 122).³⁰

Dessa forma, fica explícito que Dugin foi um dos primeiros intelectuais russos do período pós-soviético a estabelecer contato com a extrema-direita da Europa ocidental, transferindo para a Rússia diversas de suas influências. No entanto, a principal delas seria a supremacia branca. Essa ideologia iria se espalhar pela Rússia através do *Rodina*, partido nativista anti-imigração e supremacista que, apesar de não ter possuído ligações com Dugin, assumiu a prefeitura de Moscou após as eleições de 2005, mas logo após esse período entrou em decadência (Laruelle, 2021, p. 126-127).

A Europa ocidental não foi a única tentativa de estabelecimento de contato entre Aleksandr Dugin e figuras da extrema-direita. De modo mais notável, Dugin estabeleceu diversas conexões no Brasil, especialmente em universidades públicas como a UERJ e a UFRJ, de maneira a avançar as pautas eurasianistas para a América Latina (Saad; Péchy, 2024). Seu principal ponto de contato, e tensão, com o extremismo brasileiro se deu através de um debate epistolar com o polemista cristão Olavo de Carvalho (Carvalho; Dugin, 2012, p. 5-6).

³⁰ *Because he was one of the first to develop such contacts, and thanks to his incredible ability to “digest” and parrot new doctrines, within a few years Dugin had, as Eduard Limonov later wrote in his autobiography, “unwarrantedly usurped the contacts of the patriotic opposition with the Western right wing.” Dugin made several trips to France, Italy, and Spain between 1989–1990 and 1994, meeting with the leader of the French New Right, Alain de Benoist, and with the Belgian Robert Steuckers, who introduced him to the notion of National Bolshevism, the tradition of German Geopolitik, as well as conspiracy theories about U.S. world domination. Dugin also drew inspiration from his meeting with Jean Thiriart, a fervent supporter of a unified Euro-Soviet space who led a small European communitarian party at that time. Dugin established connections with circles that were more openly nostalgic for Nazism, such as the Thule group in Spain, whose theories of esoteric Nazism, especially the Hyperborea theme, inspired Dugin’s first publication, *Giperboreia*.⁸ In Italy, Dugin became acquainted with Claudio Mutti, the direct intellectual heir of Julius Evola and his principle of spiritual races, a theory that deeply shaped Dugin’s perception of the world*

Apesar de uma busca por uma conciliação entre o eurasianismo e o nacionalismo brasileiro, o principal ponto de tensão entre Aleksandr Dugin e Olavo de Carvalho foi sobre o papel que os EUA teriam na política mundial e na defesa das tradições conservadoras. Para Dugin, os EUA seriam um grande inimigo e representante do globalismo, e a sua mera existência era uma ameaça à ordem eurasiática. Por conta disso, os EUA merecem ser destruídos. Porém, de acordo com Olavo de Carvalho, os EUA na verdade seriam o último bastião do Ocidente, e por conta disso precisava ser protegido.

Tal discordância eventualmente se transformou em animosidade. Como podemos perceber através das palavras proferidas por Olavo de Carvalho:

[...] Não digo, é claro, que o Prof. Dugin seja desonesto. Mas ele está se devotando honestamente a um tipo de combate que, por definição e desde que o mundo é mundo, é a encarnação da desonestidade por excelência. Em vista disso, não é de estranhar que ele tente remanejar a própria situação de debate para forçá-la a tomar partido dele no grande combate tal como ele o concebe. Para tanto, ele tem de falsificar, em primeiríssimo lugar, a posição do seu contendor, fazendo de mim o porta-voz e adepto do globalismo ocidental, contra o qual, não obstante, tenho escrito páginas e mais páginas na mídia brasileira, ao ponto de ser acusado, por isso, de “teórico da conspiração”, o rótulo infamante padronizado que a elite globalista usa com mais frequência para intimidar os que ousem investigá-la. Não contente com isso, ele tem de jogar contra mim a hostilidade de meus compatriotas, insinuando que, por morar nos EUA e ter escrito algumas coisas em favor do conservadorismo americano, sou algo assim como um traidor da pátria (Carvalho; Dugin, 2012, p. 56).

A resposta de Aleksandr Dugin ao ferrenho posicionamento pró-ocidental de Olavo de Carvalho, além de algumas percebidas ofensas pessoais, não poderia ter sido mais ácida:

Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com este debate com o Prof. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos brasileiros tradicionalistas na linha de Guénon e Evola, mas ele acabou por se mostrar algo muito diferente e, de fato, muito esdrúxulo. Também estou triste com seus ataques agressivos e histéricos contra meu país, minha tradição e pessoalmente contra mim. É algo que eu não estava preparado para encontrar. Se eu soubesse de seus modos de conduta, não teria concordado em participar deste debate: eu não gosto desse tipo de acusações vazias e de insultos diretos, de forma que continuarei somente devido à obrigação diante dos gentis jovens tradicionalistas que me

convidaram a entrar neste desagradável tipo de diálogo – que em outras circunstâncias eu preferiria evitar (Carvalho; Dugin, 2012, p. 66).

Apesar da quebra de expectativas ao longo da comunicação entre Dugin e Carvalho, isso não significa necessariamente que sua presença no Brasil foi aniquilada. Afinal, por mais que ele não tenha conseguido convencer Olavo de Carvalho a se tornar um defensor ávido do eurasianismo por conta de sua veneração aos preceitos norte-americanos, ele ainda mantém sua influência em organizações como a Nova Resistência³¹.

No que diz respeito ao caso europeu, o sucesso russo tem sido ambivalente. O contexto distinto da trajetória do nacionalismo russo causa uma determinada estranheza para elementos da extrema-direita europeia, por mais que o supremacismo branco seja uma ponte viável para conectar esses dois mundos. Os contatos entre a extrema-direita na Rússia e no restante da Europa têm se provado situacionais, e não afetaram a paisagem política desses países de uma maneira significativa. Entretanto, recentemente, existe uma tentativa por parte de Vladimir Putin de aproximar a Rússia de organizações e partidos de extrema-direita fora do país.

Iniciando a partir da anexação da Crimeia em 2014, autoridades políticas russas passaram a buscar apoio de entidades políticas fora da Rússia, de modo a formar uma aliança conservadora ao redor de um sentimento de russofilia, e também para consolidar apoio a suas políticas no continente europeu, que desde a crise ucraniana se manifesta abertamente contra a agressão russa. No entanto, é válido ressaltar que essas aproximações por parte do Kremlin a organizações de extrema-direita na Europa é uma manobra estratégica e, a partir do momento em que partidos políticos mais consolidados manifestam um apoio às políticas russas, o Kremlin

³¹A Nova Resistência é um movimento político que surgiu em 2015, e que defende as ideias políticas de Dugin, especialmente com seus membros clamando serem aderentes da Quarta Teoria Política, também conhecida como nacional-bolchevismo, enquanto reproduz uma visão ufanista do governo de Getúlio Vargas, usando isso como pretexto para poderem se infiltrar em partidos políticos brasileiros, como foi o caso com o PDT (Neiva, 2023).

imediatamente se afasta desses elementos mais extremistas (Laruelle, 2021, p. 135-136).

Sendo assim, o papel da Rússia como fomentadora da extrema-direita europeia é um posicionamento político tático, de modo a consolidar novas alianças e formar uma união conservadora na Europa, para assim facilitar a proteção dos interesses da política externa russa:

Em questão de anos, Moscou então foi bem-sucedida em enquadrar a russofilia e o euroceticismo como dois lados da mesma moeda, assim posicionando a Rússia como o oposto tanto de Bruxelas quanto de Washington. Refletindo a fraqueza da Europa e suas contradições internas, a Rússia então se tornou uma notável exportadora de doutrinas iliberais para o Ocidente. A contínua remodelação da realidade conservadora russa, que se distancia do discurso do *Sonderweg* nacional para fomentar uma visão mais inclusiva da Rússia conectada ao Ocidente iliberal, oferece novas avenidas para o diálogo. Em um tempo em que a mídia ocidental tende a elevar a influência russa na paisagem americana e europeia, é válido argumentar que, se a ascensão da extrema-direita e de narrativas e partidos iliberais na Europa e nos Estados Unidos é indiscutível, essas razões são profundamente domésticas e conectadas com os seus respectivos contextos sociais. A Rússia possui um papel externo: ela leva vantagem dessas novas vozes, se relaciona com elas, e tenta amplificá-las, mas ela não foi responsável pela ascensão a essa dinâmica doméstica e não tem nenhuma influência real sobre ela. A Rússia age não como uma transformadora social, mas como uma câmara de eco para as dúvidas e transformações das sociedades europeias e americanas. Todos esses elementos fazem da Rússia uma peça chave na ascensão do iliberalismo no mundo atual, mas sem relações diretas com o fascismo (Laruelle, 2021, p. 136-137).³²

³² *In a matter of years, Moscow has thus succeeded in framing Russophilia and Euroscepticism as two sides of the same coin, thereby positioning Russia as the opposite of both Brussels and Washington. Reflecting Europe's weaknesses and internal contradictions, Russia has thus become a noticeable exporter of illiberal doctrines to the West. The ongoing reshaping of the Russian conservative realm, which moves away from discourse on the country's Sonderweg to foster a more inclusive vision of a Russia connected to the illiberal West, offers new avenues for dialogue. At a time when the Western media tends to hype Russia's influence on the American and European domestic landscapes, it is worth arguing that, if the rise of far-right and illiberal narratives and parties in Europe and the United States is undisputable, the reasons are deeply domestic and embedded in their respective social fabrics. Russia plays an external role: it takes advantage of these new voices, consorts with them, and tries to amplify them, but it did not give rise to this homegrown dynamic and has no realistic influence over it. Russia acts not as a societal transformer, but rather as an echo chamber of European and American societies' own doubts and transformations. All these elements make Russia a key actor in the rise of illiberalism in today's world, but without any direct relationship to fascism.*

Segundo Marlène Laruelle, portanto, por mais que a Rússia seja um agente disruptivo na proliferação da extrema-direita ao redor do mundo, ela não seria a principal responsável pela ascensão dessas organizações e partidos no cenário europeu e norte-americano, e também não seguiria modelos mais precisos que coincidem com as políticas fascistas do século XX. A Rússia, dessa forma, seria sua própria entidade política, defendendo seus interesses geopolíticos, em detrimento das minorias e dos direitos humanos. É precisamente por conta de seus interesses excludentes e autoritários que seu romance com a extrema-direita tem rendido frutos no continente europeu e americano.

A extrema-direita na Rússia, portanto, apresenta características singulares que a diferenciam das suas contrapartes ocidentais, ainda que compartilhe elementos fundamentais, como o autoritarismo, o ufanismo e a retórica excludente. Como apontado anteriormente neste capítulo, Moscou não apenas mantém relações estratégicas com grupos de extrema-direita ao redor do mundo, mas também utiliza esses laços para ampliar sua influência geopolítica e desestabilizar democracias liberais, explorando brechas institucionais e fomentando discursos extremistas de direita e antiliberais. Para esta finalidade, eles não se aproximam somente de partidos de extrema-direita, mas também de esquerda (Laruelle, 2021, p. 121).

Entretanto, diferentemente dos movimentos ocidentais, a extrema-direita russa não se inspira de maneira estrita aos modelos históricos do fascismo do século XX. Em vez disso, desenvolveu um híbrido ideológico que combina elementos do pensamento eurasianista, o revisionismo histórico pró-soviético e o imperialismo nacionalista, todas essas manifestações que surgiram durante o contexto soviético, longe da influência liberal que uma parcela considerável de partidos de extrema-direita na Europa ocidental sofreram, especialmente no que diz respeito a uma necessidade de se manterem omissos ao longo do reestabelecimento da ordem liberal na Europa.

Essa característica ideológica distinta da Rússia se manifesta em uma política interna que reprime dissidências políticas, enquanto projeta externamente uma imagem de resistência ao Ocidente, apelando tanto a setores conservadores quanto a movimentos contrários à hegemonia liberal. Esse é o tipo de retórica que prevalece

atualmente, tendo em vista a invasão russa a Ucrânia e todo discurso que vem sendo estabelecido pelo Kremlin desde o início da crise ucraniana em 2014.

Além disso, o envolvimento da Rússia na promoção da extrema-direita global não deve ser entendido como um compromisso ideológico puro, mas sim como uma estratégia pragmática voltada para a defesa de seus próprios interesses. Ao apoiar financeiramente e discursivamente partidos e figuras da extrema-direita europeia e americana, Moscou instrumentaliza esses elementos como agentes de desestabilização política, enfraquecendo instituições e promovendo um mundo mais favorável aos seus objetivos políticos. Esse jogo duplo, de aparente afinidade ideológica e pragmatismo geopolítico, evidencia que enquanto a extrema-direita no Ocidente busca poder dentro dos marcos democráticos, na Rússia ela é parte de uma estrutura autoritária consolidada, na qual a oposição é suprimida e o nacionalismo estatal serve como ferramenta de controle social.

Entretanto, faz-se necessário pensar no alinhamento ideológico russo, se de fato ele se encaixa no modelo fascista tradicional ou não. Nesse caso, Roger Griffin expõe, através de sua tipologia, que:

A partir da perspectiva dos estudos comparativos fascistas a Rússia não é fascista. Por isso, eu quero dizer que não é nem oficialmente e nem praticamente um Estado de partido único usando organizações de massa para criar um novo homem russo, e ela não quer usar o poder estatal para engendrar uma forma alternativa de modernidade na base de uma ideologia revolucionária de ultranacionalismo racista. Putin é um pragmático, um mestre da *realpolitik* sem uma visão utópica de um novo tipo de Estado moderno. Ele não demonstra nenhum interesse em utilizar o poder que ele acumulou para erigir um Estado totalitário modernista devotado a levar uma revolução temporal e antropológica. Sendo assim, Putin não é tecnicamente um fascista. Existem muitas formas de como a democracia e os direitos humanos podem ser minados e atacados, não somente pelo fascismo. Então podemos deixar o fascismo de fora da discussão e nos concentrar na singularidade da corrupção no Estado russo contemporâneo e nos perigos que ele apresenta para a paz mundial com suas alianças e expansionismos?³³ (Griffin *apud* Laruelle, 2021, p. 144)

³³ *From the perspective of comparative fascist studies Russia is not fascist. By this, I mean it is not officially or even practically a single party state using mass organizations to create a New Russian man, and it does not use state power to engineer an alternative form of modernity on the basis of a revolutionary ideology of racist ultranationalism. Putin is a pragmatist, a master of Realpolitik without a utopian vision of a new type of modern state. He shows no interest in using the power he has accumulated to erect a modernist totalitarian state devoted to carrying out an*

Considerando esses pontos, apesar de se distanciarem ligeiramente dos elementos tradicionais fascistas, a relação entre a Rússia e a extrema-direita global não se dá em termos de uma mera inspiração ideológica, mas sim de uma convergência estratégica, onde Moscou se posiciona como um polo de resistência ao liberalismo, utilizando sua máquina estatal para fomentar discursos e ações que minam a ordem estabelecida. Dessa maneira, ainda que a Rússia não seja a principal responsável pelo crescimento da extrema-direita no Ocidente, sua atuação como catalisadora de narrativas iliberais e seu apoio tático a esses movimentos demonstram a relevância do país na consolidação de um cenário internacional cada vez mais polarizado e marcado pelo embate entre autoritarismo e democracia.

anthropological and temporal revolution. Hence, Putin is not technically a fascist. There are many ways human rights and democracy can be undermined and assaulted, not just by fascism. So can we just leave fascism out of the discussion and concentrate on the uniqueness of the contemporary Russian state's corruption of democracy and the dangers it poses to world peace with its expansionism and alliances?

CAPÍTULO 2 – DUGIN E SEU SONHO DE ROMA

2.1. Terceira Roma?

Vertentes políticas conservadoras, principalmente aquelas da Europa, sempre colocaram o passado romano em uma posição especial. De fato, a construção de Roma como modelo ideal precede o processo de formação nacional e imperial dos países europeus, a partir do século XIX, mas foi nesse período em que tal modelo alçou maior popularidade. Esse procedimento teve uma razão específica: diferenciar os povos europeus de outros povos espalhados ao redor do mundo, de uma maneira a enquadrar o continente europeu, e porventura seus filhos, como o centro do universo. No âmago dessa ânsia, estava a busca incessante pela herança clássica, principalmente greco-romana, de maneira a justificar a razão pela qual essas respectivas nações seriam superiores a todas as outras (Bernal, 1987, p. 367-368; Fontana, 1994, p. 10; Silva, 2007, p. 32; Bonfá, 2016, p. 20-21).

Um exemplo notável de apropriação do passado romano é o da Itália fascista, que provavelmente também é o exemplo mais popular dos usos do passado de maneira a justificar um regime autoritário, levando à ideia de passado mítico. Isso é fundamental para a consolidação do fascismo: ao associar esse mesmo passado com a Itália fascista, busca-se associar a grandeza romana com a possibilidade de um ressurgimento de uma grandeza abandonada no passado (Silva, 2007, p. 39-40; Giardina, 2008, p. 56-57; Arthurs, 2012, p. 94). Esse tipo de retórica também não é estranho aos movimentos políticos da extrema-direita nos EUA e no Brasil, por mais que o papel de Roma seja distinto daquele que foi associado à grandeza pelo fascismo.

As reformas de Mikhail Gorbachev levaram a uma instabilidade política ao antigo regime soviético, principalmente a *glasnost*. Por mais que a *glasnost* tenha se referido à ideia de defesa da liberdade de expressão para leitores ocidentais do período, na verdade a *glasnost* configurou-se como um processo de abertura política focado na transparência do governo soviético, e isso levou a um certo tipo de 'abertura política' que eventualmente desencadeou na dissolução do regime soviético, e ideias

que eram considerados marginalizados subitamente emergiram. É precisamente nesse contexto que é possível ver a ascensão de Aleksandr Dugin.

Entretanto, a Rússia particularmente ocupa um lugar especial na maneira como a extrema-direita se estabeleceu e se apropriou da ideia de Roma, especialmente da ideia de “terceira Roma”. No entanto, o centro dessa pesquisa irá se posicionar na forma em que Dugin passa a idealizar o passado romano e sua metafórica e metafísica conexão com a Rússia contemporânea.

Em seu esforço de comparação entre a Rússia e o Império Romano, Dugin faz uma transformação da ideia de terceira Roma. O conceito de Terceira Roma foi inaugurado pelo monge Filoteu de Pskov, em epístolas do século XVI. Essa ideia, enquanto elaborada por Filoteu, diz respeito especificamente a uma missão do Grão-Ducado de Moscou com a cristandade para combater a astrologia e o catolicismo após a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos, deixando sob os ombros do soberano a árdua tarefa de defender a cristandade legítima: a ortodoxia (Sinitsya, 1998, p. 15). Entretanto, a ideia de Terceira Roma passou por inúmeras transformações e apropriações desde suas conotações religiosas no século XVI. Por mais que o texto sobre a terceira Roma seja de cunho religioso e um guia moral para o soberano de Moscou, essa ideia sofreu apropriações nacionalistas e imperialistas a partir do século XIX, tornando-se um mito cultural russo. Dessa forma, tal apropriação possui reverberações nos dias atuais, influenciando o pensamento de intelectuais nacionalistas russos pós-soviéticos como Natalya Narochinskaya, Gennady Zyuganov e, o objeto desta pesquisa, Aleksandr Dugin (Sidorov, 2016, p. 319-320).

A mensagem de Filoteu ganhou uma projeção nos círculos filosóficos russos quando foi republicada no início da década de 1860 por uma revista ortodoxa chamada *Interlocutor Ortodoxo*³⁴ (Sinitsya, 1998, p. 13-14), abrindo um vasto debate sobre o papel da Rússia no mundo, principalmente com a participação russa em diversos

³⁴ A revista *Interlocutor Ortodoxo* foi uma revista acadêmica de teologia criada pelo arcebispo Grigori de Kazan, na Academia Teológica de Kazan, em 1855, de maneira a responder às polêmicas teológicas levantadas pelos Velhos Crentes, sendo uma das revistas teológicas de maior circulação na Rússia do século XIX em seus breves 30 anos de circulação (Zhuravsky, 2000).

conflitos com o Império Otomano, especialmente a Guerra Russo-Turca de 1877. No entanto, o foco do debate, que envolveu pensadores como Vladimir Solov'yov, sempre foi a conciliação religiosa entre as igrejas do Ocidente e Oriente.

Uma das vozes discrepantes nesse debate é a do historiador russo Fyodor Uspensky, um notório eslavófilo. Uspensky é uma das poucas pessoas que defendiam a ideia de “terceira Roma” enquanto missão política russa, como uma experiência unificadora da identidade nacional. Portanto, a ideia da ‘terceira Roma’ era a tarefa de libertar outros povos eslavos ortodoxos do jugo dos otomanos. Ou seja, a dimensão religiosa não estaria totalmente separada da ideia de apoio às guerras contra o Império Otomano, já que esse seria o principal fator para que isso fosse realizado, na perspectiva de Uspensky (Sinitsya, p. 29-30).

No entanto, isso não significa que a visão de Uspensky correspondia a toda corrente eslavófila, já que esse ideal era considerado pouco explorado mesmo dentro desse grupo. Portanto, Uspensky é um autor que aborda esse ideal, mas sem grande profundidade, o que era correspondente aos eslavófilos do período, já que a ideia de ‘terceira Roma’ nunca lhes chamou profundamente a atenção (Sinitsya, p. 35-36).

Isso viria a mudar entre o fim do século XIX e o início do século XX, com as ideias do filósofo russo Nikolai Berdyaev. Também uma voz discrepante no debate sobre a ideia de terceira Roma, Berdyaev viria a ser o autor que introduziria essas ideias para um debate no ocidente (Sidorov, 2006, p. 322; Østbø, 2016, p. 61-62). No entanto, Berdyaev destoa radicalmente de seus antecessores e contemporâneos ao ser o primeiro a colocar a ideia de ‘terceira Roma’ com um significado que costuma ser interpretado como imperialista, que perpassou o Grão-Ducado de Moscou para o Império Russo e, sucessivamente, para a União Soviética, fazendo uma associação entre a Terceira Roma e a Terceira Internacional.

Berdyaev, por sua vez, é um elemento ímpar nessa interpretação - especialmente porque ele foi influente para Arnold J. Toynbee em seus estudos sobre a Rússia, por conta da popularidade de seus escritos na França e, através dele, a visão ocidental do conceito (Østbø, 2016, p. 63), mas também porque sua ideia está diretamente atrelada à busca pela identidade do povo russo, ao qual ele atribui à

religião ortodoxa uma grande importância, já que a Rússia seria, por muito tempo, o único reino ortodoxo soberano (Berdyayev, 1948, p. 9).

Sinitsya critica duramente as implicações políticas das ideias de Berdyayev, afirmando que “ideias políticas não derivam de poesia espiritual”³⁵ (1998, p. 41). Entretanto, é possível que a leitura de Berdyayev sobre a Terceira Roma estivesse se referindo a outros tipos de temática envolvendo a sua filosofia, e também é possível que sua preocupação historiográfica, tão criticada por Sinitsya por ser inexistente, na verdade seria parte de sua fusão própria entre filosofia e passado.

Berdyayev faz repetidas menções ao ‘totalitarismo’ do Grão-Ducado de Moscou, e sobre como a ideia de Terceira Roma é algo que foi utilizado para atestar isso, de maneira que o totalitarismo se daria quando o *tsar* dominasse a igreja e subjugasse os interesses espirituais aos interesses temporais (Berdyayev, 1948, p. 10).

Como a filosofia de Berdyayev se preocupa principalmente com a relação entre a liberdade do ser humano e Deus (Copleston, 1986, p. 377), é possível afirmar que quando ele trata do ‘totalitarismo’ do Grão-Ducado de Moscou, ele está, na verdade, falando sobre as amarras que a religião supostamente possui no período, e também transparece a sua derradeira oposição a qualquer tipo de autoritarismo, exibindo que ele acredita que um regime em que a monarquia e a religião estão atreladas é intrinsecamente autoritário – afastando-se, portanto, de uma interpretação histórica no sentido ‘imperial’ associado do Grão-Ducado de Moscou.

Portanto, a continuidade da ideia de Moscou – “terceira Roma”, enquanto colocada por Berdyayev – está diretamente atrelada com a liberdade religiosa que esses regimes permitiram, o que, na visão de Berdyayev, seria prejudicial para a saúde espiritual da população russa, de maneira que somente os reis moscovitas se beneficiariam disso. Dessa forma, a consequência direta do uso indiscriminado desse conceito seria o aumento do poder da aristocracia sobre seus súditos, levando assim à corrupção das almas da população geral, não necessariamente em um sentido de expansionismo imperial (Berdyayev, p. 9-10).

³⁵ “Политические идеи не выводимы из духовных стихов” (Sinitsya, 1998, p. 41)

Quando Berdyaev faz a associação entre a Terceira Roma e a Terceira Internacional, o paralelo é especificamente sobre uma continuidade na repressão religiosa. Berdyaev interpreta que o fato do *tsar* ter controle total sobre a religião no seu território seria uma afronta à liberdade religiosa do povo russo, e ele irá traçar essa comparação com a perseguição que Vladimir Lenin fez com os cristãos ortodoxos ao implementar o ateísmo de Estado na União Soviética, interpretando ambos esses episódios históricos como uma distorção da ideia do destino do povo russo, ainda que tenham sido fenômenos diametralmente opostos (Berdyaev, p. 217).

Dessa forma, podemos interpretar a perspectiva de Berdyaev como preocupada com a expressão religiosa do povo russo, e como isso poderia afetar a sua liberdade e seu destino. Berdyaev não foi o primeiro a trabalhar com a ideia de um destino messiânico russo, já que o filósofo Pyotr Chaadayev também havia abordado essa ideia, mas buscando conciliar a missão russa com o progresso ocidental, sendo ele influenciado principalmente por Friedrich Schelling (Copleston, 1986, p. 35-38).

A ideia de uma ‘terceira Roma’ enquanto espírito agressor e expansionista, curiosamente, não vem de vozes russas. A partir da discussão introduzida no Ocidente por Berdyaev, o historiador britânico Arnold Toynbee se insere de maneira incisiva no debate. Para ele, os russos possuíam sim o mérito para a terceira Roma, enquanto herdeiros de Constantinopla. Mas, tudo o que eles teriam herdado seria a agressividade, a hostilidade a ideias ocidentais, e o amor a sociedades alienígenas, sendo totalmente irreconciliáveis com o modelo civilizacional do Ocidente. Para Toynbee, a terceira Roma é uma “marca da besta” (Toynbee, 1948, p. 164).

Toynbee foi criticado por alguns autores do período, principalmente os historiadores Dmitry Obolensky e Benedict Humphrey Sumner, por sua ideia em relação às conexões culturais entre a Rússia e o Império Bizantino mas, por mais que ele tenha retratado seus críticos, ele não mudou seu posicionamento (Sinitsya, 1998, p. 43; Østbø, 2016, p. 66).

Portanto, a ideia de ‘terceira Roma’ enquanto ideia de uma mácula que se traduz em uma agressão descomedida, ou mesmo uma força histórica que compele a Rússia sempre ao ataque contra o Ocidente, não é uma visão defendida por Berdyaev.

Essa é uma interpretação de Toynbee, que se preocupa não necessariamente com a herança bizantina, mas sim com a posição em que uma Rússia 'ocidentalizada' se coloca com o poder da bomba atômica norte-americana:

“O espírito de Moscou era uma fé no destino da Rússia; e, no tempo em que esse livro foi escrito, a consciência de um destino único dos russos está, compartilhando com a posse de uma arma única por parte dos americanos, a invejosa distinção de ser um dos dois fatos titânicos que, entre eles, estão escurecendo o horizonte de um mundo que se condenou à unificação política por esses dois feitos de divisão atômica e da 'distância aniquiladora'. Esse foi um testemunho impressionante para a força da crença na imortalidade de um Império Romano que, na realidade, deixou de existir há não mais do que mil e trezentos anos atrás. (Toynbee, 1954, p. 40).”³⁶

Toynbee, assim sendo, coloca a herança do Império Romano enquanto carregada pela Rússia como uma ameaça para a paz mundial. Além disso, para Toynbee, a associação da Rússia com um modelo imperial é algo que conecta Lenin e Pedro, o Grande, já que ele coloca os dois como responsáveis pela ocidentalização da Rússia (Toynbee, 1948, p. 169). Dessa forma, a ideia de Império Romano, para Toynbee, surge na Rússia como uma maneira de hostilizar o Ocidente. Afinal, para ele, essa é a natureza da Rússia: estar em eterna oposição ao Ocidente, sempre se adaptando às reformas ocidentais, mas nunca obtendo um sucesso completo (Toynbee, 1948, p. 167-168).

A perspectiva de Aleksandr Dugin se concentra no mesmo maniqueísmo que Toynbee arquiteta. De modo a compreendermos a ideia da continuidade entre o Império Romano e Rússia em Dugin, faz-se necessário primeiro compreendermos dois conceitos cruciais que determinam sua linha de raciocínio.

2.2. *Delenda est America*

³⁶ “The spirit of Moscow was a faith in Russia's destiny; and, at the time of writing, the Russians' consciousness of a unique destiny was sharing with the Americans' possession of a unique weapon the invidious distinction of being one of two titanic facts that, between them, were darkening the horizon of a world which had condemned itself to political unification by its two feats of disintegrating the Atom and 'annihilating distance'. This was an impressive testimony to the strength of the belief in the immortality of a Roman Empire which in reality had ceased to exist not less than thirteen hundred years ago.”

As pautas defendidas por Aleksandr Dugin (2004; 2012a; 2022; 2023a) se manifestam de uma forma mais complexa, que pode ser resumida em um tipo específico de imperialismo russo. Entretanto, não é somente dessa forma que essa ideologia se manifesta. Dugin é o elaborador da chamada Quarta Teoria Política, em que ele defende que é necessário lutar contra o Atlantismo, que simboliza a hegemonia liberal norte-americana, chamada por ele de “primeira teoria política”. Segundo Dugin, para cumprir esse objetivo, seria essencial adotar a quarta teoria política, que consistiria de uma fusão entre elementos da segunda e terceira teorias políticas, sendo essas o socialismo e o fascismo respectivamente (Dugin, 2013). Dessa forma, as ideias de Dugin se associam ao nacional-bolchevismo, que consiste na conciliação do bolchevismo, mais especificamente o stalinismo com ideias nacionalistas oriundas do nazismo.

Dugin trabalha com o conceito da dualidade civilizacional entre Roma e Cartago de maneira superficial em *Rússia: o Mistério da Eurásia* (1992, p. 90), que se trata de um livro esotérico que busca justificar a razão de ser da Rússia no mundo, associando questões esotéricas e metafísicas com a missão espiritual da Rússia no planeta Terra, e quais são os passos espirituais para que essa missão seja consolidada e cumprida. Esses passos seriam uma conexão maior com a religião e a valorização da ortodoxia como o verdadeiro caminho nacional. Ainda assim, Dugin não evolui a ideia da dualidade entre potência marítima e potência continental nesse livro, focando somente na formação metafísica da Rússia.

A primeira menção que Aleksandr Dugin faz sobre a ideia do antagonismo entre Roma e Cartago com base em sua doutrina geopolítica é em seu livro *As Fundações da Geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia*³⁷, de 1997 (p. 11). De maneira a fundamentar sua posição, Dugin coloca que toda estrutura geopolítica mundial está calcada no dualismo, e esse dualismo é composto das civilizações talassocráticas, como Cartago e Atenas, e das civilizações telurocráticas, como Roma e Esparta, e

³⁷ “Основы геополитики: геополитическое будущее России” Tradução própria.

que ambas essas civilizações possuem doutrinas diferentes e precisam, necessariamente, se enfrentar, em um embate entre democracia e ideocracia.

A principal influência de Dugin para o desenvolvimento dessa teoria é a obra de Halford John Mackinder, *O Pivô Geográfico da História* (1904), extrapolando suas ideias para o campo metafísico e buscando uma justificativa espiritual para o embate civilizacional. As ideias de Mackinder, portanto, são utilizadas como uma forma de embasar a ideia de que a Rússia, enquanto uma civilização tradicional, é espiritualmente destinada a dominar o mundo, tal como ocorreu com Roma (Dugin, 1997, p. 25-26; 111).

Para o cumprimento dessa missão, portanto, é necessário a destruição total da civilização marítima, de forma que a civilização continental possa ascender. Mais uma vez, a referência de Dugin para essas ideias é Mackinder, e temos a primeira vez em que ele utiliza a famosa frase de Catão, o Velho: “Cartago precisa ser destruída” (Dugin, 1997, p. 141).

Em *As Fundações da Geopolítica*, em específico, Dugin cita mais de um exemplo do embate entre civilizações continentais e civilizações marítimas, especialmente a dicotomia entre Inglaterra e Alemanha; e Atenas e Esparta (1997, p. 123). No entanto, em outras obras, ao se apropriar ideologicamente do conceito de ‘terceira Roma’ de modo a enfatizar o propósito espiritual da Rússia em destruir os EUA, seu foco gradualmente vai se ampliando dentro das apropriações do Império Romano.

O foco de Dugin na dicotomia entre Roma e Cartago para ilustrar sua perspectiva de que a Rússia e os EUA são civilizações que estão fadadas a se exterminarem com uma eventual vitória da Rússia fica mais claro em seu livro *Filosofia da Guerra*³⁸ (2004, p. 187-188), onde ele claramente assume uma postura hostil à existência dos EUA, justificando tal postura com seus argumentos metafísicos. Esse posicionamento, que ele adquire na primeira metade dos anos 2000, é algo que

³⁸ “Философия войны” Tradução própria.

marcará o restante de suas analogias ao Império Romano, e sua perspectiva não mudará a partir daqui.

A perspectiva de Dugin sobre esse assunto é marcada por dois conceitos fundamentais: o de talassocracia e telurocracia, que significam, respectivamente, poder através do mar e poder através da terra. De acordo com Dugin, os impérios talassocráticos são impérios que projetam seu poder político através do mar, principalmente através de colônias ultramarinas; enquanto os impérios telurocráticos são aqueles que mantêm uma unidade territorial contígua, em que a capital e as cidades permaneceriam em uma única extensão territorial (Dugin, 2014a).

Na comparação contemporânea de Dugin, os impérios telurocráticos e talassocráticos do século XXI são, respectivamente, a Rússia e os EUA. Porém, os exemplos que Dugin utiliza para ilustrar sua ideia de choque de civilizações³⁹ vêm da antiguidade, especialmente das pretensas talassocracia cartaginesa e telurocracia romana. Dessa forma, a herança romana que a Rússia possui, para Dugin, na verdade se origina do papel que Roma cumpriu na política de sua época, esse sendo uma potência telurocrática:

Por antinomia face ao modelo fenício, Roma representava um exemplo de estrutura autoritária-guerreira fundada sobre uma dominação administrativa e sobre uma religião civil, sobre o primado do “político sobre o económico”. Roma é o exemplo de um tipo de colonização puramente continental, não marítima, mas terrestre, com uma penetração profunda no continente e a assimilação dos povos submetidos, invariavelmente “romanizados” depois da conquista. Na história moderna, as encarnações da potência “terrestre” foram o Império Russo e também os impérios Austro-Húngaro e o da Alemanha da Europa Central. A “Rússia/Alemanha/Áustria-Hungria” são o símbolo essencial da “terra geopolítica” na história moderna. MacKinder demonstrou claramente que em todos estes últimos séculos a “atitude marítima” significa Atlantismo, tal como hoje em dia as “potências marítimas” são antes de tudo a Inglaterra e a América, quer isto dizer países anglo-saxónicos. Face ao “atlantismo” que personifica o primado do individualismo, do “liberalismo económico” e da “democracia de tipo protestante”, perfila-se o Eurassismo, que pressupõe necessariamente o autoritarismo, a hierarquia e o estabelecimento de princípios nacionais-estatais “comunitários” acima das preocupações meramente humanas, individualistas e económicas. A atitude

³⁹ O conceito de choque de civilizações foi desenvolvido pelo cientista político Samuel Huntington, baseado em uma separação do mundo em distintas civilizações, que também se adequariam como grupos culturais, e que as civilizações ocidental e islâmica possuem valores irreconciliáveis e eventualmente entrariam em choque (Huntington, 1996, p. 37-38).

eurásica claramente expressa é típica, antes de mais, da Rússia e da Alemanha, as duas potências continentais mais fortes, cujas preocupações geopolíticas, económicas e - o mais importante - a visão do mundo são completamente opostas às da Inglaterra e dos Estados Unidos, ou seja dos “atlantistas” (Dugin, 2010, p. 11).

Dessa forma, por mais que a ideia de Terceira Roma tenha se originado de maneira a ilustrar a maneira que o *tsar* de Moscou teria a missão sagrada de lutar contra os problemas que afetavam a espiritualidade de seu reino, além de defender os preceitos do cristianismo, a noção de Terceira Roma de Dugin se distingue a partir do momento em que ele coloca uma herança romana que é cosmológica e metafísica para a nação russa, sendo essa herança a missão de lutar contra a talassocracia norte-americana, uma suposta ‘eterna Cartago’, que está em constante choque com a telurocracia russa (Østbø, 2016, p. 116).

Portanto, há um elemento muito importante para se apontar no discurso de Dugin, sendo esse a aposta no constante antagonismo, que para ele possui uma origem metafísica e que ao longo da história as potências telurocráticas e talassocráticas estão destinadas a se combaterem, já que os valores que elas defendem são irreconciliáveis. Retomando a comparação que Dugin faz em relação a Roma e Cartago dentro de seu próprio axioma, ele coloca as Guerras Púnicas como o grande exemplo de embate esses dois tipos de impérios na antiguidade clássica.

Dugin aborda as Guerras Púnicas como uma analogia perfeita do confronto entre as civilizações telurocrática e talassocrática. Para além disso, ele trata essa guerra como ilustrativa do choque civilizacional do presente:

Muitos riam no senado do hábito maníaco do romano Catão, o Velho (324-149 A. C.) de começar todos os seus discursos com a frase “Cartago precisa ser destruída” (*Carthago delenda est*). Ele terminava seus discursos, independente de serem destinados a problemas corriqueiros da organização romana ou disputas sobre os sacrifícios aos deuses, com a mesma fórmula paranoica: “portanto, eu acredito que Cartago precisa ser destruída.” (*ceterum, censeo Cathaginem esse delendam*). Os senadores estavam mortalmente cansados disso, mas a história mostrou que a história falou através da voz de Catão, de modo que foi ele quem penetrou na essência da luta de civilizações, que foi decidido nas Guerras Púnicas. Não foi uma luta por colônias e rotas comerciais marítimas, nem o choque entre interesses económicos, nem os confrontos de reclamações estatais que compuseram o núcleo da luta entre Roma e Cartago. Nós estamos falando de uma fórmula para o futuro que predeterminaria a história mundial pelos milênios que

estariam por vir. Roma e Cartago eram dois polos civilizacionais, reclamando serem universais, para fundar um império mundial, para se tornar o padrão da ética universal. (Dugin, 2004).⁴⁰

Algo a se notar sobre a produção de Dugin e as suas analogias relacionadas ao Império Romano é que, por mais que seus pensamentos sejam contraditórios e ocasionalmente inconsistentes, o seu uso da analogia do Império Romano é singular em sua consistência. Ou seja, Roma sempre aparece nos escritos de Dugin enquanto relacionada com a missão, de certo modo messiânica, do ressurgimento do Império Russo, como se a Rússia fosse uma reencarnação espiritual de Roma (Dugin, 2012b; 2021; 2023b; Østbø, 2016, 121-122).

Sendo assim, Dugin aborda as Guerras Púnicas como um marco em sua ideia do embate entre as civilizações telurocráticas e talassocráticas, colocando um aspecto metafísico dentro de sua ideia de choque civilizacional, já que ambos os tipos de potências estão destinados a se enfrentar, tanto no passado quanto no futuro, pelos milênios que estarão por vir. Para Dugin, o confronto entre a telurocracia e a talassocracia é inevitável, devido aos seus valores extremamente divergentes.

No entanto, paira a pergunta: quais seriam esses valores tão antagônicos? Dugin a responde: os valores de Cartago seriam o capital, a riqueza, o racionalismo, o livre-mercado e o ceticismo. Todos esses valores, para Dugin, seriam praticados diante do grande segredo mortal cartaginês, que seria o sacrifício de bebês à deidade Moloch, que, de acordo com Dugin, recebeu inúmeros sacrifícios de incontáveis

⁴⁰ “Многие смеялись в сенате над маниакальной привычкой римлянина Катона старшего (324 - 149 г. до н.э.) все свои речи начинать со фразы “Карфаген должен быть разрушен” (*Carthago delenda est*). Завершал же свои выступления, неважно чему они были посвящены бытовым проблемам обустройства Рима или спорам о жертвоприношениях богам, схожей параноидальной формулой - “поэтому я думаю, что Карфаген должен быть разрушен” (*ceterum, censeo Carthaginem esse delendam*). Сенаторам это смертельно надоело, но история показала, что голосом Катона говорила история, что именно он проник в сущность борьбы цивилизаций, которая решалась в Пунических войнах. Не борьба за колонии и морские пути, не столкновение коммерческих интересов, не противостояние государственных притязаний было содержанием борьбы Рима и Карфагена. Речь шла о формулу будущего, которая предопределила бы всемирную историю по меньшей мере на несколько грядущих тысячелетий. Рим и Карфаген были двумя полюсами цивилизации, претендующими на универсальность, на основание мировой империи, на то, чтобы стать мерилom общечеловеческой этики.” Tradução própria.

cartagineses para que esses pudessem ser ricos, demonstrando assim o poder sombrio do capital (Dugin, 2004).

O contraste com os valores romanos a partir daqui se faz evidente: para Dugin, os valores romanos seriam a autocracia, a liberdade, o ascetismo, o heroísmo e a disciplina. Roma carrega consigo o espírito do guerreiro, não do mercador. Segundo Dugin, Roma seria o grande símbolo da tradição diante dos poderes corruptíveis do capital, e é precisamente por conta disso que os valores entre a telurocracia e a talassocracia são irreconciliáveis e as duas formas estão destinadas a se combater. Além disso, Dugin ainda elabora: “Não é coincidência que o Salvador desceu dos céus precisamente no território do Império Romano.” (Dugin, 2004, s. p.).

Sendo assim, a perspectiva de Dugin sobre as guerras púnicas dialoga com a sua própria visão de mundo, não necessariamente interessada em um relato historiográfico ou uma verossimilhança histórica, mas sim na construção de uma ficção metafísica de modo a embasar sua visão política maniqueísta, que se constrói em cima de um pretenso ódio ao capital, enquanto abertamente defende o extermínio de uma ‘civilização’ por uma aparente questão de ‘valores antagônicos’, sendo esses valores a tradição e a barbárie.

Entretanto, para compreendermos a deturpação de Dugin, precisamos colocar o debate historiográfico sobre os eventos que levaram a essa guerra, eventos esses analisados de maneira contrária a uma perspectiva metafísica, como Dugin insiste. Longe de ser o grande império tradicional que Dugin ilustra, a república romana estava se esforçando para consolidar seu poder no século em que as guerras começaram. De fato, Roma havia recentemente encerrado as Guerras Pírricas, o que consolidou o domínio romano ao sul da Itália. Também diferente do narrado por Dugin, Cartago e Roma inicialmente eram aliados e compartilhavam tratados comerciais, antes da eclosão da guerra (Hoyos, 2011, p. 131).

A perspectiva de Dugin sobre o conflito se aproxima, ainda que acidentalmente, da mesma de Dião Cássio. Segundo Barbara Scardigli (2011, p. 34), Dião Cássio narra em sua história de Roma que as Guerras Púnicas se deram de uma maneira pragmática, já que ambas as potências cobiçavam as riquezas e territórios um do outro, em um momento em que tanto Roma quanto Cartago buscavam consolidar seu

poder no Mediterrâneo. De fato, havia escaramuças entre Roma e Cartago antes das Guerras Púnicas, e suas relações não eram completamente pacíficas. No entanto, seria equivocado afirmar que não havia cautela e equilíbrio nas relações entre ambas as potências, ou que havia um antagonismo desmedido entre Roma e Cartago.

É precisamente por conta desse equilíbrio entre as potências que a Primeira Guerra Púnica pode ser considerada um tipo de acidente, uma guerra que não foi planejada por nenhum dos lados. À primeira vista, a guerra poderia ter sido engendrada pelos romanos de maneira a favorecer os interesses comerciais de famílias plebeias que realizavam comércio com Siracusa, mas não existem evidências conclusivas disso. No mais, também não existem evidências arqueológicas de que Cartago estava se preparando para uma guerra maciça contra os romanos, com uma vasta gama de armamentos sendo descobertos somente no período em que coincidem com o período das guerras (Hoyos, 2011, p. 134-135).

A Primeira Guerra Púnica começou com uma inversão de alianças que estavam dedicadas ao envolvimento da política da ilha de Sicília, envolvendo as cidades de Acragas, Messina e Siracusa. Com a aliança dos romanos com a cidade de Messina, Cartago se aliou com Acragas e Siracusa de maneira a responder à intervenção romana a favor de Messina, que recentemente havia expulsado uma guarnição cartaginesa da cidade, que até então eles estavam protegendo. É difícil mensurar a intencionalidade romana em começar uma guerra por causa de seus novos aliados de Messina, mas tal atitude foi o estopim para a insatisfação de todos aqueles com ambições na região, exceto dos próprios romanos (Hoyos, 2011, p. 143-144).

O confronto inicialmente se deu entre Roma e Siracusa, que tinha maiores ambições locais. Cartago interveio somente quando sua primeira cidade na Sicília caiu. Tendo isso em vista, é possível afirmar que Cartago acreditava que essa guerra seria resolvida entre Roma, Messina e Siracusa. Porém, o julgamento dos cartagineses se provou equivocado a partir do momento em que Roma marchou sobre seu território. A preparação de Cartago foi ágil, mas não o suficiente para impedir que Roma fosse vitoriosa e conseguisse expandir seu domínio para a Sicília (Hoyos, 2011, p. 146).

De todo modo, o início da Primeira Guerra Púnica foi de uma eventualidade complexa. O principal historiador das Guerras Púnicas, Políbio, fala de um local e de uma intencionalidade muito específica. Políbio se aproveita da tradição tucidedeana para narrar uma história universal, sendo essa história centralizada em Roma. A ideia de Políbio, nesse sentido, é traçar uma história dos valores e instituições romanos, e como a juventude está se degradando ao se afastar desses mesmos valores (Pelling, 2007, p. 246-247).

A leitura das *Histórias* de Políbio possui na verdade uma função dupla. A primeira, evidentemente, é a de eleger modelos e exemplos para inspirar os romanos a manter seus valores; a segunda é a insistência para se desviar dos maus exemplos, dos vícios, que podem levar esse novo período da história romana diretamente para a ruína (Pelling, 2007, p. 249-250).

Portanto, a perspectiva romana sobre esses eventos têm como objetivo a construção de uma narrativa que coloque Cartago, na época do conflito uma potência já bem consolidada, como um oponente à altura de Roma, uma potência em ascensão, de maneira a construir exemplos que realcem os valores romanos, principalmente aqueles alinhados com o *mos maiorum*. Cartago, portanto, se torna somente mais um obstáculo a ser superado para que a grandeza romana seja alcançada, e o perigo dessa grandeza ser perdida está sempre à espreita, caso os romanos percam mão de seus costumes e valores.

Enquanto a Primeira Guerra Púnica tenha sido uma guerra acidental, a segunda e a terceira foram claramente intencionais. A segunda, entretanto, foi a que mais marcou o imaginário romano através da figura de Aníbal. Historiadores romanos, especialmente Tito Lívio, atribuíram uma série de características negativas para Aníbal, acentuando traços de crueldade e perfídia, que eram absolutamente antagônicos ao *mos maiorum*. A construção de Cartago como o símbolo da oposição a tudo o que era romano foi uma construção feita a partir de Catão, o Velho (Brizzi, 2011, p. 497).

Catão, o Velho era um notório veterano da Segunda Guerra Púnica, tendo visto de perto os conflitos que Aníbal trouxe para as paragens romanas. Porém, durante uma visita senatorial de maneira a arbitrar uma disputa entre Cartago e a Numídia, a

delegação romana, da qual ele fazia parte, foi convidada a se retirar, mas não sem antes presenciar a grandeza e riqueza da cidade de Cartago. Foi precisamente essa situação que instaurou em Catão sua dedicação a destruir aquele polo de comércio no Mediterrâneo, aquele símbolo de grandeza na África, que em sua mente era o maior perigo que Roma poderia enfrentar. *Carthago delenda est* (Plut. Cat. Ma. 27).

Dessa forma, a ideia de que Cartago era uma inimiga romana de alta periculosidade e precisava ser destruída imediatamente, até o momento em que ela de fato o foi e sua população vendida à escravidão pelos romanos que dominariam aquela região, tem suas origens nos discursos insistentes, ou maníacos, de Catão, o Velho. Essa ideia se proliferaria ainda mais entre os romanos após Virgílio ter escrito seu grande épico, a *Eneida*, colocando Cartago enquanto uma cidade que estava destinada a destruir Roma, ou ser destruída por ela, pela maldição de Dido.

A relação entre Eneias e Dido no épico de Virgílio pode ser considerada como uma analogia ao antagonismo entre Roma e Cartago que ocorreu um século antes da elaboração do poema. Eneias e Dido se tornam amantes temporários, mas eventualmente Eneias abandona Dido em Cartago para dar prosseguimento à sua missão divina: fundar Roma. Dessa forma, o antagonismo entre Roma e Cartago é explicado no poema de maneira a não só narrar o mito fundador romano, mas especialmente justificar o antagonismo supostamente milenar entre Roma e Cartago. O épico de Virgílio, portanto, torna-se uma influência importante para difundir esse mito (Horsfall, p. 123-124).

Portanto, é possível afirmar que a ideia de um antagonismo milenar entre Cartago e Roma foi uma elaboração posterior às Guerras Púnicas, embebida em uma tradição literária eivada de difamações contra a figura de Aníbal para englobar a cidade de Cartago, e os cartagineses, como todo. Além disso, as Guerras Púnicas, que levaram a destruição de Cartago, passam a tangenciar a consolidação da república romana enquanto potência mediterrânea. Isso não necessariamente significa que, em um aspecto metafísico, Cartago e Roma precisavam se destruir. Isso somente significa que a narrativa ao redor das Guerras Púnicas, e das relações entre Roma e Cartago, beiram o mito fundador da proeza militar romana.

Sendo assim, a colocação de Aleksandr Dugin para narrar um pretenso choque de civilizações cujas origens remontam até as Guerras Púnicas não se sustenta de maneira devida ao compreendermos a construção da narrativa romana ao redor de Cartago, e da guerra que deixou ela em cinzas. No entanto, como já ressaltado, a preocupação de Dugin não jaz em uma pretensa verossimilhança historiográfica. O objetivo de Dugin ao elaborar sua teoria do confronto inevitável entre talassocracia e telurocracia é político, e o apelo ao passado romano para tal ocorre para fins retóricos.

Dugin não seria o primeiro pensador de extrema-direita a buscar amparo na recepção do passado romano, especialmente tratando-se de seus aspectos militares. De fato, tal apelo ao militarismo dos romanos é algo utilizado para fins políticos fascistas desde o início do século XX. A título de exemplo desse comportamento, governo de Mussolini, na Itália, buscou a associação com a figura de Júlio César precisamente pela sua imagem de conquistador e guerreiro. O fascínio pelo poder militar e pela força de destruição anda sempre de mãos dadas com as figuras fascistas (Silva, 2018, p. 153).

A utilização de Roma como uma metáfora para além daquela presente no conceito russo de terceira Roma é algo muito característico da ideologia de Dugin. A apropriação do exemplo romano, em específico, faz parte de uma apropriação generalizada que Dugin faz de elementos da filosofia ocidental. De certa forma, essa é a principal característica que diferencia Dugin dos demais filósofos russos de extrema-direita, dado que ele se utiliza de elementos oriundos de tradições filosóficas como o perenialismo⁴¹ e influências externas como aquelas da *nouvelle droite*⁴² francesa (Laruelle, 2008, p. 115).

⁴¹ O Perenialismo, também conhecido como filosofia perene, inicializou-se no período da renascença através de uma tentativa de Marsilio Fico de unificar preceitos neoplatônicos com a escolástica. Esses esforços deram origem ao chamado tradicionalismo, que seria a busca por uma verdade esotérica oculta comum a todas as religiões existentes, tendo como seus principais expoentes René Guénon, Frithjof Schuon e Ananda K. Coomaraswamy (Ferrer, 2000, p. 9).

⁴² A *nouvelle droite* é um movimento de direita francês que surgiu no final da década de 1960, buscando se apropriar de métodos e práticas da esquerda francesa de maneira a dispersar ideologias neo-fascistas, tendo como alvo especialmente pessoas de esquerda e um verniz nacional-bolchevique, tal qual Aleksandr Dugin (Bar-on, 2001, p. 333-334).

De fato, Dugin busca tanta inspiração em correntes ocidentais de pensamento que ele se diz herdeiro das tradições colocadas pela revolução conservadora alemã, reclamando influência de pensadores como Carl Schmitt, Oswald Spengler e Arthur Moeller van den Brück, de maneira a construir a sua ideia de geopolítica enquanto uma disciplina aristocrática, que se coloca veementemente contra a democratização, em sua perspectiva uma espécie de vulgarização desse tipo de conhecimento. É precisamente desse ponto em que ele desenvolve a sua ideia de telurocracia e talassocracia, e ambas como potências antagônicas (Laruelle, 2008, p. 116).

Para Dugin, no século XXI, essas potências antagônicas são os EUA e a Rússia e, portanto, possuem os mesmos valores milenares que respectivamente, já que, assim como seus ancestrais geopolíticos, ambos estão condenados a se exterminarem, com a talassocracia sendo arauto de valores nefastos:

[...] A Nova Cartago estende sua sinistra sombra sobre o planeta. Como se o fantasma da cidade fenícia, apagada da Terra pelas legiões de Roma, ascendesse do inferno. A voz de Moloch soa claramente – “sistema de comércio”, “racionalização da sociedade”, “boas estradas”, “sociedade aberta”, “poder marítimo”... A verdade está em uma escala diferente. Ao invés do Mediterrâneo – o planeta inteiro. O ocidente moderno é o herdeiro ideológico direto de Cartago⁴³ (Dugin, 2004).

Por mais que, de fato, a sociedade cartaginesa tenha se destacado no comércio e rotas marítimas, uma continuidade de sua cultura fenícia, isso não passa de um estereótipo construído posteriormente pelos romanos, que veio a moldar o senso comum sobre Cartago. Os cartagineses possuíam vastas terras agrárias, centralizadas nas grandes propriedades. A fertilidade das terras cartaginesas era algo notado pelos romanos e, no mais, boa parte dos documentos que conhecemos de Cartago são tratados de agricultura (Hoyos, 2010, p. 64-65).

⁴³ “Новый Карфаген простирает над планетой свою зловещую тень. Будто призрак стертого с земли легионами Рима финикийский город поднимается из ада. Отчетливо звучит голос Молоха - “торговый строй”, “рационализация общества”, “хорошие дороги”, “открытое общество”, “морское могущество”... Правда иной масштаб. Вместо Средиземноморья - вся планета. Современный Запад - прямой идеологический наследник Карфагена. Конечно.” Tradução própria.

Além disso, se também considerarmos a figura de Aníbal e a forma como a religião fenícia se apropriou de elementos helenísticos, principalmente a sincretização da figura de Herakles e Melqart (Brizzi, p. 485-486), é possível afirmar que a sociedade cartaginesa também possuía uma influência helenística, o que a colocaria em um lugar comum a várias sociedades mediterrâneas do período, incluindo a romana. Considerando esses fatores, somando o fato de que os cartagineses dominaram uma parcela considerável do norte da África e tendo imensas terras cultiváveis, não seria possível afirmar que eles eram uma potência telurocrática na visão duginiana?

A resposta para isso é não - não por uma questão teórica ou metodológica, mas porque quando Dugin fala sobre a “sociedade aberta” ou o “sistema de comércio” que Cartago supostamente, em sua perspectiva, teria trazido ao mundo em uma atitude condenável, Dugin não está de fato se referindo a Cartago especificamente, ou ao lugar no tempo em que Cartago ocupa: ele está se referindo à sua ideia de EUA. Da mesma forma, quando ele fala suas perspectivas sobre Roma, não fala sobre Roma, seja em sua fase republicana ou imperial: em todo momento, Aleksandr Dugin está fazendo referências constantes sobre a sua ideia de Rússia.

Com ziguezagues e digressões, através de paradoxos da história e truques da “razão mundial”, Rus’ está se movendo para sua batalha final. Os caminhos do ocidente e da Rússia são distintos. Opostos. Nós vamos de Roma para Roma. Eles traíram Roma por Cartago e seu bezerro de ouro. “Mundo livre”, “países civilizados”, “sociedade aberta” – é dessa forma que os servos de Moloch são chamados atualmente. Tendo se rompido de Bizâncio, o ocidente se move para um único objetivo – o reino do Capital, a absolutização do “sistema monetário”, o último desafio foi a rainha dos mares, a Inglaterra industrial. Mais tarde, sob a bandeira desse ideal puramente cartaginês, uma nova civilização emergiu – o “sonho americano”, limpo da história, dos últimos traços da Roma antiga – que não haviam sido completamente erradicados da Europa – o laboratório artificial ideal para a ordem mundial cartaginesa – os Estados Unidos da América. Eles se colocaram em uma missão ousada – conseguir a dominação mundial, subordinar o planeta a um modelo único – o modelo do poder marítimo da antiga fenícia. Como vingança, como retribuição a espiritualidade romana, como a vingança do inferno nos altos deuses indo-europeus. Em 1991, a última Roma caiu (Dugin, 2004).⁴⁴

⁴⁴ “С зигзагами и отступлениями, через парадоксы истории и уловки “мирового разума” идет Русь к финальной битве. Пути Запада и России различны. Противоположны. Мы идем от Рима и к Риму. Они предали Рим ради Карфагена и его золотого тельца. “Свободный мир”, “цивилизованные страны”, “открытое общество” - так называют

Quando Dugin menciona que a última Roma caiu em 1991, ele está fazendo uma alusão direta à queda da URSS. Portanto, a continuidade em seu discurso é visível: o destino da Rússia está diretamente atrelado à missão que Roma cumpriu em seu passado, e essa missão é de exterminar todos os resquícios da civilização cartaginesa que se projetou no passado, e atualmente se projeta no presente enquanto simbolizada pelos EUA e seus aliados na OTAN. Mais uma vez, a leitura geopolítica de Dugin se constrói em uma direção que leva a um antagonismo exacerbado entre a Rússia e o Ocidente, buscando referências no passado para ilustrar sua ideologia virulenta.

Entretanto, mesmo o poderio romano foi seduzido pelas mazelas do atlantismo cartaginês. Segundo Dugin (1992, p. 29), o modelo de governo romano tornou-se influenciado por certos elementos da ideologia atlantista, e eles não foram os únicos. O atlantismo, que segundo ele existe mesmo antes da ideia de Ocidente, também seria responsável por influenciar Alexandre, o Grande; Napoleão e, por fim, Adolf Hitler, até finalmente ser transplantado nos EUA e se concretizar no *welfare state*. Dessa forma, podemos entender que o domínio romano do Mediterrâneo e seus aspectos comerciais, para Dugin, podem ser resultado da influência do atlantismo em seus costumes.

Para além das comparações óbvias, é sumariamente importante notarmos os valores de 'Cartago' enquanto listados por Dugin: sociedade aberta, mundo livre e a absolutização do capital. Todos esses artifícios são projeções daquilo que defendem o que Dugin declarou como inimigos; ele compreende que a Rússia precisa se

сегодня служителей Молоха. Отколовшись от Византии, Запад шел к одной цели - царству Капитала, к абсолютизации "денежного строя". Последним броском была "царица морей" индустриальная Англия. Позже под знаменем этого чисто карфагенского идеала сложилась новая цивилизация - "американская мечта", очищенный от истории, от последних следов древнего Рима - не избытых до конца Европой - искусственный лабораторный идеал карфагенского мирового порядка - Соединенные Штаты Америки. Они поставили перед собой дерзкую задачу - добиться мирового господства, подчинить планету единой модели - модели древнефиникийского морского могущества. Как реванш, как возмездие римской духовности, как месть ада высоким индоевропейским богам. В 1991 году Последний Рим пал.". Tradução própria.

posicionar não só além disso, mas principalmente contra esses valores. São nesses fatores que Dugin defenderá elementos de sua Quarta Teoria Política, apelando para uma noção vaga de tradicionalismo, enquanto coloca os valores ‘cartagineses’ enquanto transcendentemente malignos.

Entretanto, enquanto Cartago e os EUA são vistos como aquilo que representam todo o mal que existe no planeta com os seus valores, qual seria o lugar de Roma e, conseqüentemente, da Rússia nos planos de Dugin? Da mesma forma que Roma teria sido um grande império e marco civilizacional, a Rússia possui um caminho especial para o mesmo sentido, que é formulado pela herança romana que eles conseguiram através dos bizantinos:

Depois da segunda queda de Constantinopla – dessa vez pelas mãos dos otomanos em 1453, a sucessora de Bizâncio não foi Nicéia, mas a Rússia Moscovita. E apesar de todas as nossas dificuldades e rotações históricas, nós carregamos o legado bizantino atualmente. Nós, russos, somos excubidores da Terceira Roma (Dugin, 2016)⁴⁵.

Portanto, a herança romana passou para a Rússia através dos bizantinos, e seria essa tênue conexão da ideia de terceira Roma que Dugin faz. Porém, como já mencionado, Dugin vai além de considerar o Império Russo como terceira Roma, apropriando desse conceito para a União Soviética, considerando a ideia metafísica de Rússia como uma herdeira total da missão romana de exterminar Cartago, a civilização e os valores marítimos.

Segundo Dugin, a Rússia contemporânea, que possui a forma da Federação Russa, é uma subversão dos valores tradicionais russos e de sua missão metafísica – ou seja, uma tentativa de encaixar um modelo atlantista em uma sociedade tradicional, que não foi feita para abraçar esse modelo (Dugin, 2013, p. 159-160). A última coluna que mantém a sociedade russa na luta contra o atlantismo é o seu líder,

⁴⁵ После второго падения Константинополя - на сей раз от рук османов в 1453 году - правопреемницей Византии стала не Никея, а Московская Русь. И несмотря на все наши трудности и исторические повороты, мы несем византийскую миссию до сих пор. Мы, русские, - экскубиторы Третьего Рима.

Vladimir Putin que, apesar de seu papel importante em manter a sociedade russa no seu caminho desejado, não é exímio de críticas (Dugin, 2014b, p. 245-246).

É precisamente por conta dessas considerações que Dugin vai tratar o atual Estado russo como uma aberração que vai contra todos os preceitos geopolíticos e metafísicos de sua existência. Para Dugin, ou a Rússia é um império que domina todo continente europeu e asiático, ou ela não pode existir. Afinal, a missão russa é de construir um império que tenha uma grande extensão territorial, de maneira que cumpra a missão que Roma lhe incumbiu, a de dominar os povos e destruir a civilização capitaneada por Cartago (Østbø, 2016, p. 121-122).

Como Dugin é um ávido defensor da ideia do Império Russo enquanto continuidade das práticas imperiais romanas, faz-se necessário também compreender sua visão de império e de imperialismo romano. Segundo Dugin:

Por antinomia face ao modelo fenício, Roma representava um exemplo de estrutura autoritária-guerreira fundada sobre uma dominação administrativa e sobre uma religião civil, sobre o primado do “político sobre o económico”. Roma é o exemplo de um tipo de colonização puramente continental, não marítima, mas terrestre, com uma penetração profunda no continente e a assimilação dos povos submetidos, invariavelmente “romanizados” depois da conquista. Na história moderna, as encarnações da potência “terrestre” foram o Império Russo e também os impérios Austro-Húngaro e o da Alemanha da Europa Central. A “Rússia/Alemanha/Áustria-Hungria” são o símbolo essencial da “terra geopolítica” na história moderna (Dugin, 2010, p. 11).

Além disso, podemos levantar também a questão da cidadania e a preocupação da extrema-direita com esse tópico. Isso, na verdade, exemplifica uma ansiedade crescente com a mudança das configurações populacionais de determinado Estado-nação, que muitas das vezes se manifestam na forma de xenofobia. Dugin toca nesse ponto quando coloca a pluralidade étnica como uma das mazelas da globalização, algo que ele identifica com o atlantismo norte-americano, e que na verdade o Estado precisa ser atrelado à questão étnica de maneira a manter sua população longe da contaminação de valores alheios a ela (Dugin, 2012a, p. 76-77).

Sendo assim, quando Dugin comenta sobre a glória do Império Romano e o compromisso que a Rússia tem com a sua herança de ser uma potência que domina

o continente da Europa e da Ásia, ele na verdade está falando a todo momento sobre a Rússia, e em nenhum instante sobre Roma. Quando Dugin lamenta sobre a queda da URSS e sobre o fim da última Roma, o desejo de Dugin é, na verdade, sobre o retorno de países como a Ucrânia para a dominação russa. Nem mesmo ao falar sobre a União Soviética Dugin se refere à sua entidade, mas seu desejo mais profundo é de uma restauração do Império Russo e do cumprimento de sua missão metafísica.

No que diz respeito a essa questão, Dugin vê a história da Rússia como um processo de aproximação e afastamento dessa tal missão:

O Império Moscovita [é] como o clímax da missão nacional-religiosa de Rus', a Terceira Roma (do século XV ao final do século XVII); o jugo romano-germânico (os romanovs); o colapso da união nacional; separação entre uma elite pró-ocidental e as massas populares (do fim do século XVII ao início do século XX; o período soviético; a vingança das massas populares; a era do "messianismo soviético"; o reestabelecimento de parâmetros básicos da linha principal moscovita (o século XX); a fase dos problemas que precisa terminar com um novo impulso eurasiático (o fim do século XX e início do século XXI) (Dugin, 2014c, p. 24)⁴⁶.

Sendo assim, a perspectiva de Dugin sobre Império é que existe um período específico da história russa em que houve um alinhamento entre as políticas de governo e a missão espiritual da nação russa, mas que esse caminho foi perdido pela influência ocidental trazida pela dinastia Romanov, e que foi parcialmente recuperada durante o período da URSS. Porém, agora, na Rússia contemporânea, essa missão precisa ser retomada com um último impulso, sendo esse o de conquista.

No mais, a capacidade militar de Roma é evocada por Dugin na ideia de construir um antagonismo com Cartago, e seu suposto espírito capitalista: "somente a bravura, a honra, a hierarquia, o serviço, o espírito e a sacralidade de Roma

⁴⁶ "the Muscovite Empire as the climax of the national-religious mission of Rus', the Third Rome (from the fifteenth to the end of the seventeenth century); the Roman-German yoke (the Romanovs); the collapse of national unity; separation between a pro-Western elite and the popular masses (from the end of the seventeenth to the beginning of the twentieth century); the Soviet period; revenge of the popular masses; the age of "Soviet messianism"; the reestablishment of the basic parameters of the main Muscovite line (the twentieth century); the phase of troubles that must end with a new Eurasianist push (the end of the twentieth century and the beginning of the twenty-first century)." Tradução própria.

poderiam impedir a oligarquia cartaginesa de impor sua ordem mundial”⁴⁷ (Dugin, 2023c). Todas essas características estão associadas a um perfil não só de agressividade, mas são fatores que podem facilmente ser conectados à proeza militar. Esses fatores interligados mostram, na verdade, uma fascinação com o poder militar que é exercido por Roma, e associado a isso uma ideia de que o uso da força, da mesma forma que havia sido legítimo pelos romanos contra Cartago, agora passa a ser legítimo pela Rússia contra os EUA, em uma herança não só espiritual, mas especialmente militar.

2.3. Imperialismo romano: um problema contemporâneo

Antes de retomarmos e nos aprofundarmos sobre as implicações da questão do poder continental romano, faz-se válido analisar primeiro a expansão de Roma de maneira a dominar o mar Mediterrâneo. Em retrospectiva, a dominação romana do mar Mediterrâneo foi um processo sequencial que começou com as Guerras Pírricas, perpassaram as Guerras Púnicas, e terminou se consolidando com as conquistas da Macedônia, Gália, e eventualmente chegando ao Egito. O Império Romano, em sua configuração geográfica, era o império do Mediterrâneo (Woolf, 2012, p. 63).

Portanto, é possível afirmar que o centro de poder de Roma era, de fato, o Mediterrâneo, que era seu principal centro de comércio, e cujas bordas Roma se consolidou. Considerando que o principal foco do combate entre Roma e Cartago tenha sido o mar, e pela forma que Roma dominou o mar, chegando ao ponto de chamarem o Mediterrâneo de *mare nostrum*, a ideia duginiana de que Roma renegaria o poder marítimo, ou estaria determinada a expandir seu poder através da terra, é um equívoco que serve somente ao seu interesse de demonizar o Ocidente.

Ao tratarmos do expansionismo romano, primeiro é importante compreendermos que os próprios romanos não eram desprovidos de alguma influência hostil sobre as trocas culturais e econômicas que estivessem ocorrendo

⁴⁷ “only Rome's valour, honour, hierarchy, service, spirit and sacredness could have stopped the Carthaginian oligarchy's attempt to impose its own world order”. Tradução própria.

com as províncias, que tudo estava sob controle total das autoridades provincianas e suas redes de relacionamentos, e nem que os romanos fossem totalmente desprovidos de intencionalidade no decorrer de seu expansionismo. Para elucidar essas questões, faz-se necessário tratarmos de Políbio, em sua perspectiva da *arkhé* romana e sua associação com o conceito de *imperium*.

Políbio, ao falar a partir da ascensão da República Romana, trata de muitos aspectos que tomarão contornos e continuidades a partir do império. Como boa parte das campanhas de expansão de Roma se deram durante o período republicano, seria possível, através de sua perspectiva, termos um pequeno vislumbre de parte do processo do imperialismo romano, e qual seria a justificativa utilizada pra as contínuas guerras.

A perspectiva de Políbio sobre as justificativas para a conduta de guerra romana envolvem, principalmente, uma ansiedade relacionada à crescente zona de influência cartaginesa:

Os mamertinos, anteriormente privados da proteção de Régio, como eu disse anteriormente, ora haviam arruinado completamente a si próprios, devido às razões mencionadas. Uns se bandearam para os cartagineses, colocando-se a si mesmos e a fortaleza sob sua discrição; outros despacharam aos romanos, entregando a cidade e pedindo que lhes socorressem, por serem da mesma raça. Os romanos hesitaram por muito tempo, pois saltava aos olhos a insensatez de tal auxílio. Incurriam em erro difícil de desculpar se, depois de haver punido os próprios cidadãos com todo rigor por terem traído Régio, buscassem agora socorrer aos mamertinos que haviam feito algo semelhante não apenas aos messânios, mas também aos reginos. Sem ignorar nada disso, mas vendo que os cartagineses vinham sujeitando não só a África, mas também muitas partes da Ibéria, e se assenhorando de todas as ilhas dos mares Sardônio e Tirreno, os romanos receavam que viessem ainda a dominar a Sicília e se tornassem vizinhos difíceis e temíveis, fechando-os em um círculo a pressionar todas as partes da Itália. Era evidente que rapidamente conquistariam a Sicília se os mamertinos ficassem sem ajuda: uma vez vencedores, estando Messana em suas mãos, em pouco tempo destruiriam Siracusa, senhora de quase todo resto da Sicília. Antevendo isso e julgando necessário não abandonar Messana nem permitir que os cartagineses como que construíssem uma ponte para a Itália, os romanos deliberaram por muito tempo (Plb. 1.10)⁴⁸.

No entanto, é viável afirmar que a ideia do medo que os romanos tinham do possível domínio cartaginês da região não é a única razão para seu expansionismo

⁴⁸ Tradução de Breno Battistin Sebastiani (2016, p. 55-56)

desenfreado no período republicano. Outras razões, como o butim e o domínio de rotas comerciais, estão diretamente atreladas a esse fator que acabou caracterizando a formação da extensão territorial romana (Baronowski, 2011, p. 11-12).

A partir desses relatos de Políbio, é possível chegar à conclusão de que o imperialismo e o expansionismo romanos são derivados de um anseio pelo controle de recursos da região e, dominando o mar Mediterrâneo, boa parte dessas rotas comerciais estariam sob controle romano. Restaria aos romanos, então, dominar outras rotas comerciais. O domínio dessa rota pode ter sido a razão por trás de diversos embates e campanhas dos romanos contra os persas, nenhuma das quais foi especialmente decisiva.

Ainda assim, não é possível inferir de maneira muito precisa a natureza do expansionismo romano, e por que ele foi voltado especificamente para o mar Mediterrâneo. Porém, podemos discutir alguns dos fatores relacionados a esse fenômeno. Nesse sentido, Paul J. Burton (2019, p. 39) efetua uma análise da historiografia de como esse conceito foi trabalhado por diversos estudiosos, a começar por William Harris.

Harris via a expansão de Roma como algo motivado por um ideal de masculinidade (*virtus*) que era inerente à cultura romana. Dessa forma, movidos por um elemento cultural profundamente agressivo, Roma marchou sobre todos os seus inimigos em campanhas anuais, escravizando sua população e transformando suas riquezas em butim, de maneira a atender aos interesses dos privilegiados, deificando conceitos como glória e estima, no caso, *gloria* e *laus*, respectivamente, para naturalizar e glorificar a sua implacável máquina de guerra (Harris, 1979, p. 21-22).

Entretanto, de acordo com Burton, a tese de Harris não se sustentaria pois não necessariamente era do maior interesse dos romanos a promoção de guerras contra adversários políticos, principalmente aqueles que estivessem muito longe de sua capital. Além disso, as Guerras Pírricas seriam o maior exemplo de contradição dessa ideia, já que a guerra foi iniciada por Pirro em uma tentativa de defender seus aliados de Tarento, que haviam por sua vez provocado os romanos (Burton, 2019, p. 42).

Para Burton, os estudos do imperialismo romano irão se renovar completamente a partir da introdução de conceitos advindos das relações

internacionais e ciências políticas, que Arthur Eckstein (2006) inaugurou. Segundo Burton, o grande mérito de Eckstein foi ter introduzido o conceito de realismo para compreender a expansão romana, colocando o ideal neorrealista de que Roma trouxe ordem ao sistema anárquico do Mediterrâneo, e essa foi a principal razão por ter se estabelecido como o grande império do Mediterrâneo. O excepcionalismo romano jazia, na verdade, nas próprias limitações que eles mesmos impunham em seu expansionismo (Burton, 2019, p. 59-60).

Por fim, a tese de Burton é de que o conceito romano de *amicitia* foi fundamental para a consolidação da hegemonia romana no Mediterrâneo, ao trabalhar o conceito de construtivismo desenvolvido nas relações internacionais para compreender o avanço do poder romano. Desse modo, a construção do sistema de alianças e a escolha das guerras em que Roma se envolveu, e especialmente a forma como Roma tratava seus aliados, foi especialmente importante para a hegemonia romana no Mediterrâneo (Burton, 2019, p. 68-69).

A tese de Burton não é muito distinta da tese de imperialismo defensivo, inaugurada por Theodor Mommsen, que aprofundaremos mais tarde. Os rituais de guerra romanos eram muito complexos e as atividades bélicas de Roma envolviam todas as camadas da sociedade. Essa perspectiva é baseada especialmente em um tipo específico de leitura de Tito Lívio, que enfatiza com muito afincado o aspecto da guerra justa, como uma forma de justificar a expansão romana e colocar os perpetradores do conflito em uma posição onde a guerra seria a única saída para responder às injustiças alheias (Guarinello, 1994, p. 41-42).

Entretanto, os fatores religiosos não são a única justificativa possível para esses conflitos. Afinal, as guerras romanas eram normalmente motivadas pela busca por terras aráveis, estando diretamente associadas com a transição de uma economia camponesa para uma economia baseada especialmente no modo de produção escravagista, visando o enriquecimento de uma aristocracia em ascensão (Guarinello, 1994, p. 53).

Dessa forma, é possível chegar à conclusão de que o imperialismo e o expansionismo romanos são derivados de um anseio pelo controle de recursos da região e, dominando o mar Mediterrâneo, boa parte dessas rotas comerciais estariam

sob controle da classe dominante romana. Restaria aos romanos, então, conquistar outras rotas comerciais. O domínio dessa rota pode ter sido a razão por trás de diversos embates e campanhas dos romanos contra os persas, nenhuma das quais foi especialmente decisiva.

Em sua narrativa sobre a expansão romana durante o período republicano, Políbio defende de maneira consistente que é do interesse de reinos menores a cooperação constante com Roma no caso das guerras púnicas, de maneira a não sofrerem nenhum tipo de retaliação, e que a agressividade romana normalmente é justificada quando algum soberano age de maneira insensata, assim despertando a fúria romana e levando à destruição não somente de seu reino, mas de todo seu povo (Baronowski, 2011, p. 79).

No entanto, Políbio sempre deixa clara a agressividade por trás do expansionismo romano e a violência de suas conquistas, normalmente ressaltando o butim saqueado pelas tropas romanas. É inegável que Políbio era um admirador do expansionismo romano, dando muita atenção aos pretextos utilizados por Roma para iniciar suas guerras de conquista e sempre culpando as vítimas de invasões por ousarem contrariar os interesses da todo-poderosa República Romana. Quando os próprios romanos se deixavam levar pelos seus interesses ambiciosos e sanguinários, era somente porque suas boas intenções os levaram para caminhos equivocados (Baronowski, 2011, p. 85).

Considerando a perspectiva de Políbio sobre o expansionismo, ou imperialismo, romano, é notável que os romanos se vissem justificados em seus planos de expansão, seja no período republicano ou no período imperial, e a constante procura por pretextos é uma sinalização dessa justificativa. De acordo com Políbio, a expansão romana possivelmente acarretou a formação de um 'império mundial', capaz de dominar o universo conhecido, e o melhor exemplo dessa projeção de poder foram as Guerras Púnicas (Baronowski, 2011, p. 78).

De acordo com Frank Walbank (1979, p. 501), o trabalho de Políbio gira ao redor da narrativa da construção de Roma, de sua grandeza e formação de um domínio mundial, para a decadência da extravagância que era contemporânea a ele. Dessa forma, Políbio vê a expansão romana como marcada pela justiça romana, que

eventualmente deu lugar à decadência dos costumes, formando assim um contraste entre um passado glorioso expansionista e um presente ocioso e decadente.

Porém, a ideia de imperialismo romano é uma construção que vai além dos próprios romanos. Originalmente, o conceito de *imperium* estava atrelado diretamente a uma noção militar, em um conceito próximo a um general dando ordens para suas tropas. No entanto, durante o período de Augusto, essa noção começaria a passar por uma mudança, no sentido de *imperium* passar a significar a submissão que Roma esperava de suas províncias e aliados. Dessa forma, *imperium* seria transformado em um conceito próximo ao de obediência, cuja qual o *imperator* dá ordens e seus subordinados o obedecem (Lintott, 1993, p. 41-42).

Tal ideia, no entanto, foi se alterando enquanto conceito ao longo do tempo e da própria consolidação do Império Romano. Salústio é um dos primeiros a tratar de *imperium* enquanto extensão territorial e ocupação militar. Tácito, em seguida, refere-se ao *imperium* como uma integração política e cultural de Roma com os povos conquistados. No entanto, a consolidação desse conceito vem com Floro, que associa diretamente a expansão romana com a vontade humana, pondo a expansão romana como um evento de extrema importância (Mendes; Bustamante; Davidson, 2005, p. 18-19).

A noção de *imperium* como uma extensão do domínio romano sobre o seu próprio território também é algo que foi construído especialmente na época de Augusto, e é muito característico da mudança radical que houve na organização e administração de Roma na transição de República para Império, principalmente a partir de boa parte do controle militar passando para as mãos do imperador, em uma centralização maior não só das operações militares romanas, mas também do próprio território romano através de uma renovação burocrática (Lintott, 1993, p. 118-119).

Considerando esses elementos, a construção do *imperium* pode, até certo ponto, ser associada com o conceito de clientelismo político. De acordo com Peter Eich (2005, p. 69-70), as relações pessoais de poder no Império Romano normalmente tinham precedência sobre qualquer noção de poder burocrático. Dessa forma, o conceito de clientelismo nos ajudaria a compreender as relações pessoais

de poder no império, especialmente na construção de poder entre a metrópole romana e as suas periferias.

Essas estruturas políticas de clientelismo costumavam funcionar através de uma rede de pessoas centradas ao redor de esferas de influência, normalmente urbanas. Uma dessas pessoas estava atrelada à administração de uma cidade, ou província, e era essa pessoa que atuava como agente de diversos interesses, conectando em influências e recursos, a capital romana com a sua periferia. No entanto, de maneira limitada, esse tipo de relação também existia nas zonas rurais romanas, de forma que esse tipo de relação entre patrão e cliente fosse uma parte integral da construção de poder (Eich, 2005, p. 72-73).

No entanto, essas estruturas dominaram somente o período entre a dinastia júlio-cláudia e a dinastia severana, tendo sido uma herança do modelo republicano, em que essas relações de clientelismo eram a espinha dorsal da projeção de poder das elites romanas para as populações longe do epicentro romano. Por mais que o relacionamento entre patrões e clientes após esse período continuasse sendo de suma importância para a manutenção do poder romano e da unificação de seu território, o processo de formalização desse estabelecimento de poder só começou a se dar a partir do século III, com uma maior centralização da autoridade romana (Eich, 2005, p. 74).

Dessa forma, como o Império Romano não possuía uma constituição burocrática similar aos Estados modernos, as relações de poder eram paternalistas e dotadas de um forte elemento pessoal. Eram esses poderes pessoais que não só permitiam uma melhor alocação de recursos, como também a conexão de autoridades provinciais, locais e metropolitanas em todo espaço romano. Sendo assim, podemos considerar que o *imperium*, ou a autoridade investida nesse conceito de poder, não era necessariamente uma obediência autocrática, mas sim um poder calcado nas relações de clientelismo entre as elites provinciais e as elites romanas, sendo um espaço de poder muito fluido por conta de seu caráter pessoal, ecoando a perspectiva de Harris (1979, p. 30).

Por mais que essa seja possivelmente a forma como os romanos enxergavam tal conceito, essa não foi necessariamente como a noção de império foi passada para

o presente. De fato, as ideias de império e imperialismo passaram por diversas mudanças desde que foram reutilizadas a partir do século XIX. Inicialmente, a ideia de imperialismo serviu para cunhar a política e o governo de Napoleão III, que foi construída a partir do antagonismo com instituições liberais, uma glorificação da ideia de monarquia, a entrega de prestígio para o âmbito militar, e um apelo ao nacionalismo (Koebner; Schmidt, 1965, p. 1-2).

A ideia de imperialismo no século XIX, então, surgiu como uma medida descritiva, mas foi logo apropriada como uma crítica. Independente do caso, o uso do termo sempre postulou a comparação com o Império Romano. Eventualmente, outros autointitulados impérios viriam a aparecer na Europa do século XIX, principalmente o Império Britânico, o Império Alemão e, para o caso da pesquisa em questão, o Império Russo (Edwell, 2013, p. 39-40).

O Império Russo, enquanto entidade, foi formulado a partir do século XVIII com o governo de Pedro, o Grande e sua tentativa de ocidentalizar a Rússia. Isso incluiu a introdução de intelectuais alemães na aristocracia russa e uma reformulação em várias organizações governamentais. Além disso, esse período coincidiu com a continuidade da expansão militar russa para a ocupação dos territórios siberianos, e de disputas com outras potências europeias, especialmente o Império Otomano (Sunderland, p. 35-36).

Entretanto, a consolidação do império aos moldes ocidentais, utilizando-se de um aparato ideológico nacionalista, viria somente a partir do governo do *tsar* Nicolau I, que adotou simbologia e cerimônias nacionalistas de maneira a atualizar as estruturas do governo russo, para que este ficasse em sintonia com as tendências europeias. Nesse contexto, é válido afirmar que até o momento, a monarquia russa seria uma monarquia de direito divino até a formação da URSS, tendo adotado uma constituição somente nas vésperas da revolução (Dolbilov, 2007, p. 141-142).

Mesmo assim, a expansão romana, ou ao menos a ideia de glória romana, foi responsável pela propagação da ideia de imperialismo na Europa ou, ao menos, a concepção que tais aspirantes a impérios e imperialistas possuíam de tal noção romana. A partir desse exemplo, é possível ilustrar como a ideia de imperialismo foi influente para que governantes ao longo do século XIX pudessem se inspirar,

especialmente na manutenção de colônias e poder ultramarino, ou continental (Edwell, 2013, p. 40).

Se considerarmos o conceito de *amicitia* como fundamental para o estabelecimento de alianças e expansão de Roma, e, além disso, do conceito de *imperium* ter tido inicialmente conotações militares antes de se transformar em um termo que designava a autoridade administrativa do imperador sobre o território romano, fica evidente o local de surgimento da noção imperial de Dugin: no século XIX, junto com as potências imperialistas e coloniais do período.

Entretanto, considerando essas colocações, a discussão sobre imperialismo romano pode também ser atrelada a três outros elementos fundamentais que giram ao redor do debate sobre a expansão do Império Romano: romanização, cidadania e identidade. Dessa forma, de modo a desenvolvermos melhor os efeitos do imperialismo romano no mundo romano, faz-se necessário desenvolver também esses conceitos apresentados.

De fato, a discussão sobre imperialismo romano dificilmente se afasta da discussão sobre o “processo de romanização”. Esses dois conceitos comumente são vistos caminhando de modo conjunto, e a razão para isso faz parte do próprio cerne da discussão sobre imperialismo romano, que perpassa a questão da adoção da cultura romana pelos povos subjugados. Dessa forma, imperialismo romano e romanização são vistos como interdependentes. Afinal, a missão do imperialismo romano seria o avanço da romanização (Freeman, 1993, p. 27).

No entanto, o conceito de romanização por si é centro de uma discussão polêmica que se estende desde a década de 1980. Porém, para compreendermos essa discussão e as suas razões, é necessário primeiro compreender como esse conceito foi construído, e para isso precisaremos retornar a Theodor Mommsen. Mommsen foi um dos primeiros historiadores contemporâneos a trabalhar não só com o conceito de romanização, mas principalmente com a questão do imperialismo romano. De fato, Mommsen é creditado como o fundador da tese do ‘expansionismo defensivo’, que explica que os romanos se expandiram de forma a coibir ameaças ao seu território, ou como resposta a algum tipo de agressão (Freeman, 1993, p. 30).

A perspectiva de Mommsen, mesmo para a época, foi controversa, especialmente porque ele tratou a ideia do imperialismo romano como um 'mal necessário', baseando-se especialmente na sua abordagem da figura de Júlio César, e como ele trata a aculturação das províncias romanas e a subsequente imposição da cultura romana como monumentos não somente à glória romana, mas especialmente à glória alemã. É válido afirmar que o contexto de Mommsen era da consolidação da unificação alemã, e de uma disputa entre várias nações pela herança da civilização clássica. Assim, Mommsen estava defendendo a apropriação alemã de pretensos elementos da cultura romana (Freeman, 1993, p. 33-34).

O impacto na historiografia desse conceito inaugurado por Mommsen foi grande. Seu grande diferencial, no fim do século XIX, foi a ampla utilização de documentos epigráficos e numismáticos na construção de sua tese sobre a romanização, avançando as evidências documentais escritas pelos próprios romanos como aquelas que comprovariam, factualmente, a assimilação completa dos povos que haviam sido subjugados (Freeman, 1993, p. 45-46).

A perspectiva de Mommsen, no entanto, foi somente um ponto de partida para que outros historiadores e arqueólogos pudessem teorizar sobre o tema da expansão e colonização romana, especialmente Francis Haverfield. Haverfield, em sua posição enquanto inovador dos estudos da Britânia romana, desenvolveu uma teoria de romanização que foi muito influente ao longo dos anos, colocando a romanização como parte de um processo civilizador que transformou os nativos bárbaros em romanos civilizados, assim criando uma relação benéfica entre dois povos. Essa perspectiva de Haverfield é tomada por contornos positivistas, e mergulhada nos conceitos e preconceitos de sua época (Freeman, 2007, p. 6-7).

No entanto, a discussão sobre romanização foi dotada de outros contornos desde aqueles apresentados por Mommsen e Haverfield. Na verdade, essa perspectiva foi totalmente mergulhada em seu tempo e suas preocupações, especialmente vindo de uma preocupação específica com a consolidação do destino nacional, típico da historiografia do século XIX e início do século XX. A grande prerrogativa das narrativas a favor do Império Romano, e de sua subsequente expansão, fosse ela defensiva ou não, é a defesa da expansão dos impérios em que

tais historiadores estão situados naquele momento (Freeman, 1993, p. 34; Revell, 2008, p. 6; Mattingly, 2011, p. 13-14).

Mesmo a preocupação de Mommsen, no momento em que ele desenvolveu sua teoria sobre romanização, era o estabelecimento do Estado-nação, uma preocupação que foi seguida por Francis Haverfield, de maneira que tal paradigma, desde sua concepção, se sustenta no fortalecimento da ideia de Estado-nação e na pretensa herança romana que tais nações possuíam. Esse tipo de noção ecoa a ideia de missão civilizatória romana, algo que encontraria uma ruptura com o processo de descolonização entre as décadas de 1950 e 1960 (Dos Santos, 2011, p. 60-61).

Essa tendência seria seguida a partir da década de 1990, com a perspectiva de arqueólogos e historiadores sobre romanização mudando radicalmente quando comparado às ideias de Mommsen e Haverfield. A partir de uma perspectiva pós-colonialista, que buscava questionar a ideia dos supostos “benefícios” que o imperialismo havia trazido, e sua missão colonizadora. No entanto, por mais que exista uma tentativa de superar os espectros do século XIX, essas discussões retornam a esses conceitos (Pinto, 2012, p. 222-223).

Portanto, o que está no centro do debate sobre a romanização não é, necessariamente, o processo de expansão da República e Império romanos, mas sim o quanto esse expansionismo foi, e continua sendo, utilizado na retórica nacionalista de maneira a evocar um passado ideal e uma espécie de ancestralidade que, por sua vez, seria a grande justificativa para a narrativa imperialista nos séculos XIX e XX. Atualmente, é possível perceber esse tipo de narrativa impregnado no discurso da extrema-direita atual, como é o caso de Aleksandr Dugin sendo retratado neste trabalho.

A razão por trás da efervescência do conceito de romanização e da discussão sobre imperialismo romano é a ruína desses impérios que buscaram se inspirar na expansão romana, vítimas da própria narrativa de decadência que eles mesmos avançavam quando teciam suas laudas e eulogias ao passado romano, ou sua suposta ancestralidade romana em um fenômeno que pode ser traçado desde a era moderna:

Cada vez mais, no entanto, Roma foi comparada não com Estados individuais, mas com a civilização moderna em sua completude. A 'modernidade' foi concebida como uma união integrada, em que cada faceta da vida compartilhava e refletia suas qualidades únicas e sem precedentes (mesmo se as teorias que se propõem a caracterizar e explicar essas qualidades são enormemente variadas e amplamente contraditórias). 'Roma' passou a ser similarmente concebida; seu destino histórico foi compreendido não como a queda de um Estado ou como a crise de uma sociedade, mas sim como o colapso de toda uma civilização – levantando questões não somente sobre o destino de nações individuais, mas também sobre toda civilização moderna, e sua convicção de que a humanidade triunfou permanentemente sobre o barbarismo. [...] Apesar de tais reclamações, entretanto, a modernidade ainda era assombrada pelo passado contra o qual ela se definiu, e pela ameaça de seu retorno. Acima de tudo, ela era tanto assombrada quanto fascinada pelas ruínas de Roma (Morley, 2010, p. 130)⁴⁹.

Com o advento do processo de descolonização em meados do século XX, a independência de colônias africanas e asiáticas das garras europeias após o fim da Segunda Guerra Mundial, fez-se necessária uma crítica dessa abordagem do século XIX, em que a ideia de império deixava de ser algo objetivamente bom, e passava a ser um arauto da destruição (Milazzo, 2009, p. 23-24).

Dentro desse contexto de uma tentativa de superação da imposição do imperialismo enquanto missão civilizatória sendo projetada no passado romano, o conceito de romanização foi sendo abordado de maneira cada vez mais crítica por historiadores ao longo do século XX. Porém, um dos marcos importantes para a discussão sobre o conceito de romanização foi avançado por Martin Millett. Millett defende o processo de adoção dos costumes romanos na Britânia Romana como tendo sido um comportamento exclusivo das elites locais, em uma tentativa dessas mesmas elites de se manterem próximas de seu novo centro de poder, nesse caso, Roma (Millett, 1990, p. 38-39).

⁴⁹ *Increasingly, however, Rome was compared not with individual states but with modern civilisation as a whole. 'Modernity' was conceived as an integrated unity, in which every facet of life shared in and reflected its unique and unprecedented qualities (even if the theories purporting to characterise and explain those qualities were enormously varied and largely contradictory). 'Rome' came to be similarly conceived; its historical fate was then understood not as the fall of a state or the crisis of a society but as the collapse of an entire civilisation – raising questions not just about the destiny of individual nations but also about the entirety of modern civilisation, and its conviction that humanity had triumphed permanently over barbarism. [...] Despite such claims, however, modernity was still haunted by the past against which it defined itself, and by the threat of its return. Above all, it was both haunted and fascinated by the ruins of Rome*

A teoria avançada por Millett abriu novas discussões sobre o processo de romanização, reconhecendo a sua existência, mas mantendo ele como um fenômeno isolado às elites locais. Entretanto, a perspectiva de Millett não é desprovida de seus problemas. Entre eles, existem críticas de que a tese de Millett é somente uma reformulação que mantém as mesmas estruturas binárias entre romano civilizado e bárbaro nativo que foram cunhadas pelos historiadores no século XIX, além de subestimar as relações de poder entre as elites locais dominadas, e as elites imperiais dominadoras (Revell, 2008, p. 7).

Inseridos dentro do contexto das críticas à tese de Millett estão dois grupos: o primeiro desses grupos procura reformular, ainda mais, o conceito de romanização e examiná-lo a luz de teorias contemporâneas; o segundo desses grupos rejeita o conceito de romanização e busca novas alternativas para essa abordagem, ressaltando que a discussão desse conceito é carregada de elementos avançados no século XIX e imbuídos de uma lógica positivista (Revell, 2008, p. 7).

Como bem exemplifica Greg Woolf (1998, p. 6), a tradição historiográfica de abordagem do conceito de romanização, que possui suas raízes em Mommsen e Haverfield, se dá de tal maneira:

Na base desses estudos, uma escala em termos de romanização é produzida: o Ocidente é visto como mais romanizado que o Oriente; o Mundo Mediterrâneo como mais romanizado que a Europa temperada, o sul da Gália mais romanizado que o norte da Gália, a Itália mais romanizada que as províncias, e as cidades mais romanizadas que o campo. Essa distribuição pode então ser relacionada com outras variáveis – a história política da região, a natureza das sociedades antes da conquista, colonização veterana, a presença do exército, proximidade de estradas e sistemas fluviais – para produzir uma explicação para o nível de romanização. A metodologia não foi muito alterada daquela utilizada por Mommsen (Woolf, 1998, p. 6)⁵⁰.

⁵⁰ “On the basis of these studies, an approximate ranking in terms of Romanization is produced: the West is seen as more Romanized than the East; the Mediterranean world more Romanized than temperate Europe, southern Gaul more Romanized than northern Gaul, Italy more Romanized than the provinces, and cities more Romanized than the countryside. That distribution may then be related to other variables - the political history of the region, the nature of pre-conquest societies, veteran colonization, the presence of the army, proximity to roads or river systems - to produce an explanation for the level of Romanization. The methodology has not altered much from that used by Mommsen.” Tradução própria.

Sendo assim, a discussão sobre o conceito de romanização está interconectada com a ideia de processo civilizatório romano, na distribuição de uma escala de romanização em que os povos, especialmente os povos conquistados que habitam as províncias romanas e se veem distantes do centro de poder, são encaixados em um padrão binário que indica o quão romanizados, ou na verdade, civilizados, eles são de fato. É precisamente por conta desse elemento discursivo que está embutido em todo debate sobre o conceito de romanização que torna a utilização deste mesmo conceito algo questionável.

Richard Hingley (2000, p. 147-148) aborda essa temática ao comentar sobre o uso da ideia de romanização como uma espécie de justificativa para o imperialismo britânico, com esse elemento ocasionalmente aparecendo em comparação com o domínio britânico sobre a Índia. Dessa forma, no que diz respeito à formação do imaginário nacional britânico, a ideia de romanização sempre está colocada como uma métrica civilizacional, em que os romanos são um povo civilizado e as outras sociedades que não foram romanizadas são bárbaros que não conhecem os bons modos da civilização.

Woolf, em específico, desenvolve o problema do conceito de romanização como “um termo guarda-chuva que é utilizado para esconder vários processos separados” (Woolf, 1998, p. 7)⁵¹. O conceito de romanização, portanto, se torna um conceito utilizado para dizer muitas coisas, e quando ele passa a ser usado como uma maneira de descrever inúmeros e diferentes processos, torna-se cada vez mais desprovido de qualquer tipo de significado. Portanto, o termo ‘romanização’ é aquilo que o historiador, no momento em que ele está abordando um tema em específico, denomina aquilo que ele deseja.

A maleabilidade do conceito de romanização pode ser vista por alguns como sua maior vantagem, e por outros como a sua maior deficiência. Por conta das liberdades tomadas para encaixar esse conceito em diversas abordagens, nas mais

⁵¹ “*Romanization has often been used as an umbrella term to conceal a multitude of separate processes.*”

distintas formas de lidar com questões de projeção de poder e influência cultural da metrópole sobre as províncias, o uso do conceito de romanização acaba tornando-se um atalho conveniente para mascarar processos que poderiam ser tratados em pesquisas de maneiras mais diretas.

A ideia de adoção de cultura romana por parte de povos nativos normalmente ignora a formulação de que a própria cultura romana é sujeita a mudanças, e que a própria cidade de Roma é um local cosmopolita e um caldeirão de culturas. Tocando na ideia de romanização, o conceito também lida com uma noção de que existem ‘pacotes culturais’ que são rigidamente seguidos pelas culturas que as possuem, ignorando espaços de troca que, no caso galo-romano, foram espaços ocupados por séculos e que houve uma influência duradoura de um sobre o outro, e vice-versa (Woolf, 1998, p. 11-12).

David Mattingly (2011, p. 38-39) elenca outros problemas com o paradigma da romanização:

[a romanização] tem múltiplos sentidos/compreensões e por conta disso se torna um paradigma falho; é um termo muito problemático – ele implica que a mudança cultural foi unilateral e unilinear (com o fluxo da civilização mais avançada para as comunidades menos avançadas; é parte de um discurso colonial contemporâneo sobre a natureza de império; coloca grande ênfase em locais frequentados pela elite, monumentos de Estado romanos e cultura da elite; leva acadêmicos a adotarem uma perspectiva pró-romana e uma visão de cima; tira a ênfase de elementos que sugerem a continuidade de sociedades nativas; reforça um tipo de interpretação de mudança na cultura material que é simplista e rasa (aculturação, emulação, etc.); foca a atenção no grau de similaridades entre as províncias, ao invés do grau de divergência/diferença (Mattingly, 2011, p. 38-39)⁵².

⁵² *Romanization has multiple meanings/understandings and these make it a flawed paradigm; is a very unhelpful term—it implies that cultural change was unilateral and unilinear (with the flow from advanced civilization to less advanced communities); is part of a modern colonial discourse on the nature of empire; places great emphasis on elite sites, Roman state monuments, and elite culture; leads scholars to take a fundamentally pro-Roman and top-down view; de-emphasizes elements suggesting continuing traditions of indigenous society; reinforces an interpretation of material culture change that is simplistic and narrow (acculturation, emulation, etc.); focuses attention on the degree of sameness across provinces, rather than the degree of difference/divergence.*” Tradução própria.

No entanto, foquemos em somente um dos elementos que tornam o conceito de romanização problemático: o levantamento de que o discurso sobre romanização, e porventura, o imperialismo romano, são elementos compositores do discurso sobre imperialismo no presente. Mais especificamente, as discussões sobre imperialismo romano e romanização pairam sobre as discussões relacionadas com as práticas imperialistas do século XIX, de maneira que ambas as discussões sempre são interconectadas (Freeman, 1997, p. 27-28; Woolf, 1997, p. 339-340; Erskine, 2010, p. 58-59; Mattingly, 2011, p. 45-46; Guarinello, 2010, p. 113-114).

Como o discurso sobre o conceito de romanização e imperialismo romano é acompanhado da discussão sobre o imperialismo do século XIX, de maneira que ambos os assuntos são profundamente relacionados, existe uma problemática nos estudos de romanização e a aplicação do conceito de imperialismo ao Império Romano, e como essa discussão é utilizada como uma forma de se falar dos crimes cometidos pelos impérios britânico, francês e alemão no século XIX (Hingley, 2005, p. 27-28; Morley, 2010, p. 133-134).

Ao transferir os problemas do século XIX para Roma, desvia-se da discussão sobre o imperialismo europeu e a transfere para um período remoto, onde esse assunto sensível pode ser tratado da maneira mais afastada possível por historiadores e arqueólogos. Afinal, o termo imperialismo é fruto desse período e é calcado em uma justificativa de missão civilizatória, a mesma que foi inspirada, e justificada, com a expansão romana durante seu período republicano e imperial.

A ideia de romanização, portanto, torna-se cíclica enquanto conceito, já que a discussão sobre esse elemento perpassa atitudes que foram tomadas pelas nações imperialistas no século XIX. Por mais que exista certo grau de diferença entre as atitudes tomadas pelos impérios britânico, francês e alemão ao longo do século XIX e o Império Romano, a relação entre ambos os fenômenos históricos é explicitada não somente no debate sobre romanização, mas especialmente para a noção que a extrema-direita possui sobre o imperialismo, seja ele na Roma antiga ou na Europa do século XIX.

No caso da extrema-direita, especialmente quando tratamos de Aleksandr Dugin em sua apropriação das Guerras Púnicas, existe um apelo a esse tipo de

imperialismo que toma não só a conquista territorial romana, mas principalmente aos triunfos militares, e a ideia de extermínio total contra os inimigos e assimilação ao próprio estilo de vida, uma aplicação crua do conceito de 'romanização', que de fato pode ser utilizado tanto para agradar aos engodos da extrema-direita, quanto para não dizer absolutamente nada em relação à forma em que Roma tratava as suas províncias.

A partir dessa perspectiva, é possível ressaltar a questão do serviço militar e o exercício da masculinidade como integrais para a identidade romana, de acordo com a lógica da extrema-direita. Mas qual é a extensão desses valores? A partir de uma perspectiva profissional relacionada à identidade romana, esse tipo de visão encontra problemas, conforme esclarecido no trecho abaixo:

O antigo e ultrapassado modelo de identidade romana, herança do século XIX, se baseia em uma visão específica fornecida pelas fontes literárias antigas, representativas de um recorte aristocrático determinado. É certo que representam a voz de um grupo restrito, social e economicamente, definido por uma série de privilégios e interesses e que dialoga internamente na construção e consolidação de determinada imagem do mundo antigo. (Marques, 2013, p. 38).

É válido afirmar, também, que tal apropriação da noção de cidadania e pertencimento pode se tornar um marcador para determinar a continuidade histórica, comumente inventada, pelos membros da extrema-direita. A cidadania e a nacionalidade tornam-se sacralizadas enquanto manifestações políticas, defendendo um ideal de pureza nacional, que anda de mãos dadas com a ideia de pureza étnica (Silva, 2007, p. 105-106; 2018, p. 157).

De modo a trabalharmos melhor essa perspectiva, é importante tomarmos Tácito como ponto de partida no processo de delineamento do período imperial romano, podemos perceber que para ele, a guerra, e por consequência o serviço militar, não necessariamente é uma virtude que precisa ser reforçada. Importante para Tácito é a *concordia*, que significa mais de uma parte agindo harmoniosamente para o bem comum, um conceito esse que foi adaptado dos valores helênicos, significando uma forma de equilibrar forças políticas dentro de um ideal compartilhado (Momigliano, 1942, p. 119).

Entretanto, no período imperial, esse tipo de relação que preza pela harmonia entre as partes passa a ser administrada por uma nova entidade, alheia à República romana: o imperador. É precisamente esse elemento que dá novo sentido à *concordia* em Tácito, que passa a abordar esse conceito, de maneira prática, da mesma maneira que a *moderatio* – de maneira que manter uma relação harmoniosa com o imperador significava servir à *res publica*, de forma a lidar parcimoniosamente com a personalidade do governante, sem exageradamente bajulá-lo (Marques, 2013, p. 160-161).

No lugar da *concordia*, que está inerentemente sob a efígie do imperador, Tácito aponta muito mais para a *discordia*, principalmente no que diz respeito a conflitos internos, usando como exemplo as guerras civis que permearam o império após a morte de Nero. Dessa forma, a *discordia* é interligada ao conflito bélico, com o tipo mais sério sendo a guerra civil, por mais que o conceito de *discordia*, significando um desequilíbrio de interesses entre diversas esferas políticas, não se aplique somente ao quesito militar (Marques, 2013, p. 163).

A narrativa de Tácito sobre o exército romano não ilustraria a desunião dentro das fileiras militares, ressaltando sempre sua lealdade em virtude ao imperador e destacando que atos rebeldes eram raros. Durante esse período, porém, as legiões foram instigadas por líderes ambiciosos que buscavam ascender ao posto de imperador, em detrimento da *res publica*, alimentando assim a desarmonia dentro do exército, o que diretamente afetou a estabilidade romana. Portanto, os legionários romanos estavam sempre com suas lealdades abaladas, dependendo de diversos fatores que trouxessem a eles um benefício próprio, em detrimento das questões coletivas (Marques, 2013, p. 180-181).

No que diz respeito à cidadania romana, ela começou englobando somente os homens livres nascidos de cidadãos dentro dos limites da cidade de Roma. Esse conceito viria a se expandir pela primeira vez após o fim da Guerra Social, incluindo os *socii* como classe de cidadãos, expandindo a cidadania romana para toda a Península Itálica, principalmente a partir de 89 a.C. (Sherwin-White, 1996, p. 169).

A noção de cidadania romana para homens livres viria a se expandir mais uma vez durante a Dinastia Severana, com a *Constitutio Antoniniana* (212 E.C.). Antes

dessa lei, as pessoas livres que viviam na periferia do Império, ou ao menos distantes da Península Itálica, não eram reconhecidas como cidadãos completos, tendo assim o estatuto de *provinciales*. Isso viria a mudar com a instituição da *Constitutio Antoniniana*, que integrou dentro da cidadania romana até mesmo as pessoas que viviam às margens do Império, e que não eram reconhecidos como cidadãos anteriormente. Dessa forma, até mesmo os homens mais destituídos foram admitidos à cidadania romana após a deliberação dessa lei, imposta por Caracala (Sherwin-White, 1996, p. 285).

Portanto, podemos compreender que a interpretação acrítica que é feita daquilo que constitui a essência do que é Roma corresponde a um interesse bastante específico não só de uma aristocracia, aquela que construiu nossa noção de mundo antigo e por consequência de mundo greco-romano, mas também das mesmas elites que ele criticou ao atacar a corrupção em Roma – por, sinal, elite a qual ele mesmo pertence.

Todos esses elementos retornam e dialogam com o processo colonial que ocorreu no século XIX e que tanto se relaciona com as discussões sobre o imperialismo romano. Discutir imperialismo romano não só é discutir as consequências do imperialismo europeu na condição do mundo atualmente, mas também é discutir a apropriação que a extrema-direita faz dessa condição mítica do Império Romano. Uma condição que é militarista, expansionista, escravista, e cujas práticas ecoam com os valores da extrema-direita atual, especialmente no caso de Dugin e suas crenças sobre o Império Romano.

O que a extrema-direita vê nos valores romanos é precisamente a exaltação das conquistas militares, comemoradas com grande pompa através dos triunfos:

A importância do papel do exército romano na expansão e controle do império é bem estabelecida e permanece majoritariamente indisputada. O exército romano era altamente treinado, altamente organizado e altamente bem-sucedido. A sociedade romana era militarista, e o exército era muito integrado em seu tecido. Esse princípio se manifesta de várias maneiras: a tradição de se iniciar procissões triunfais para honrar generais bem-sucedidos; a arquitetura monumental associada com a comemoração das vitórias romanas; a representação de imperadores romanos em uniformes militares; e o alto nível de propaganda associado com o sucesso militar, quer seja em moedas ou em inscrições. A ideologia militar sustentava a posição do

imperador, não meramente através da necessidade de manter a lealdade do exército, mas também de se certificar do apoio da população em geral (Hanson, 1997, p. 68).⁵³

Através desse retrato, e das perspectivas que foram tratadas anteriormente, podemos ver o principal motivo pelo qual a extrema-direita, e especialmente Aleksandr Dugin, se encanta com o passado romano: através de Roma, o sonho do império e do imperialismo dessas pessoas se manifesta. O Império Romano se torna uma fantasia de poder, sustentada por ideários militaristas. Para Dugin, não importa que Roma tenha se expandido de maneira defensiva ou de maneira agressiva, o que de fato importa em sua perspectiva é o papel do exército romano em sua sociedade, e como a Rússia precisa emular esse poder herdado espiritualmente.

Portanto, para Aleksandr Dugin, resta somente um sonho de Roma. Roma, em seus trabalhos, e nas suas alusões às Guerras Púnicas e domínio continental telurocrático, é somente uma das vias que ele se utiliza para dar lugar ao seu desejo de falar sobre a Rússia, e sobre como a Rússia é destinada a manter um império que unifique a Europa e a Ásia e destrua, de uma vez por todas, o Ocidente. Todos esses elementos possuem relações diretas não somente com o imperialismo do século XIX, mas principalmente com o desejo de domínio militar dos povos que devem ser conquistados e exterminados pela Rússia.

Notavelmente, esse tipo de perspectiva sobre o passado romano oferece uma pequena gama de abordagens que podem ser feitas sobre esse assunto, e a mudança do contexto político internacional, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, levanta dentro do ambiente acadêmico, novas formas de se abordar a história romana. No período em que esse era um tema popular entre os historiadores,

⁵³ *The importance of the role of the Roman army in the expansion and control of empire is well established and goes largely undisputed. The Roman army was highly trained, highly organized and highly successful. Roman society was militaristic, and the army was closely integrated into its fabric? This principle manifests itself in a number of ways: the tradition of holding triumphal processions to honour successful generals; the monumental architecture associated with the commemoration of Rome's victories; the representation of Roman emperors in military guise; and the high level of propaganda associated with military success, whether on coins or inscriptions. Military ideology underpinned the position of the emperor, not merely through the need to maintain the loyalty of the army but also to ensure the support of the broader populace.* Tradução própria.

novas formas de se compreender as maneiras que esse mesmo passado foi abordado entraram no uso corrente da historiografia. Esses mesmos historiadores o faziam com o objetivo de justificar a existência de suas respectivas nações e impérios.

Assim, pretende-se aqui reafirmar a importância de uma leitura crítica dos Estudos Clássicos e distanciar-se da mácula de sua apropriação pelos conservadores durante o processo de construção nacional dos países europeus, reiterando assim o campo de estudo como distante da realidade conservadora (Hardwick, 2003, p. 2-3).

Os estudos de recepção se fazem importantes principalmente se levarmos em consideração o contexto político que permite essa recepção dos Clássicos. Entretanto, por mais que a ideia desse tipo de metodologia seja compreender melhor a forma com que a literatura clássica é enquadrada dentro de novos contextos sociopolíticos, esse não é necessariamente o objeto deste estudo. (Hardwick, 2003, p. 10; Martindale; Thomas, 2006, p. 17).

Existe, no entanto, um contraponto, de certa forma harmônico, relacionado à ideia de recepção. A noção de recepção, em si, está associada com uma origem determinada e a forma como tal origem atinge os elementos que são estáticos em sua recepção, por mais que o campo em si se construa a partir de uma crítica contundente a isso, procurando sempre se manter fluido e buscando a historicização dos elementos Clássicos. No entanto, o conceito de usos do passado, enquanto uma das formas de recepção dos Clássicos, é mais focada na apropriação que certos movimentos ou figuras políticas fazem do passado (Silva; Funari; Garraffoni, 2020, p. 45-46).

Entre a recepção dos Clássicos e os usos do passado, tão comum na extrema-direita ao longo da história (Silva, 2007, p. 89-90; 2018, p. 143), faz parte de um projeto político que busca se apropriar dessas referências ao passado de forma a justificar o emprego de suas ideologias como uma espécie de solução para os problemas nacionais. Como vimos nesse capítulo, Dugin se utiliza do passado romano para argumentar que a Rússia, através do conceito de Terceira Roma, seria a “reencarnação” do Império Romano, e a sua missão ancestral é destruir todos os seus inimigos, sem deixar vestígios.

A ideia de uma herança romana, principalmente no que diz respeito à sua alusão ao Império Russo, faz-se especialmente tentadora como uma maneira de justificar, em um passado construído artificialmente, que esse grande império é superior, especialmente na esfera moral, aos outros por conta de sua herança entregue a eles pelo Império Romano. Junto a essa noção, cria-se também, na tentativa de se afirmar como império, a ideia de que eles seriam guardiões dos ideais antiocidentais.

Dessa forma, a associação entre Aleksandr Dugin e a romanização, na verdade, está calcada nos ideais imperialistas que ele mesmo defende. Por mais que a romanização enquanto conceito esteja diretamente atrelada com o binário de civilização e barbárie, especialmente no contexto do colonialismo do século XIX, Dugin toma uma perspectiva diferente. Em seus comentários sobre o passado romano, uma defesa aberta da guerra de conquista é feita, sendo essa conquista movida contra o Ocidente.

Para Dugin, o Ocidente, arauto do atlantismo, é a raiz de todos os males que hoje assolam a humanidade, sejam eles materiais ou espirituais. O papel de Roma, portanto, é de se colocar contra o atlantismo e os valores ocidentais. Foi essa a missão cumprida por ela no passado ao destruir Cartago, e que hoje a Rússia precisa cumprir, ao destruir os EUA e a OTAN. Portanto, Dugin se posiciona na contramão dos discursos sobre a romanização, ao colocar que Roma não está associada ao Ocidente. Pelo contrário: o Império Romano, espiritualmente, é o pior inimigo do Ocidente; afinal, os valores ocidentais não são representados por Roma, mas sim por Cartago.

Sendo assim, romanização e imperialismo romano são, para Dugin, uma forma de defender os “valores tradicionais” em contraposição com a corrupção ocidental. A recepção de *imperium* romano enquanto feita por Dugin está não só associada à sua concepção de poder, mas especialmente sobre suas aspirações imperiais. Em certo momento, comentando sobre como o governo moscovita foi o único verdadeiro alinhamento entre a missão espiritual russa e os planos de governo, enquanto a URSS foi um sucesso parcial de suas próprias ambições imperiais.

A romanização na perspectiva duginiana, portanto, está relacionada com a russificação. Já que, de acordo com ele, o Império Romano é o ancestral espiritual russo, então as duas entidades possuem o mesmo objetivo: liquidar o Ocidente e tudo o que ele representa. Dessa forma, a Rússia precisaria seguir os passos de seus ancestrais e dominar os territórios que lhe são de direito, especialmente a Ucrânia.

Esses elementos da perspectiva duginiana vão na direção contrária ao consenso historiográfico, que entende a romanização em um processo análogo ao de ocidentalização enquanto fora consolidado no século XIX, ainda que tal conceito seja alvo de diversas críticas. Dugin compreende a romanização como um expurgo de tudo o que o Ocidente representa, nomeadamente a diversidade, o capitalismo e a igualdade. Diferente do ideal romano de hierarquia, poder e tradição, que ele coloca como sendo antagônicos aos valores ocidentais. Portanto, Dugin se destaca ao não tratar Roma como o berço do Ocidente, mas sim como um berço daquilo que a Rússia precisa incorporar para derrotar seus inimigos milenares, sejam eles espirituais ou materiais.

CAPÍTULO 3 – EXTREMISMO CONSERVADOR E RIGOR HISTORIOGRÁFICO

3.1. Pontos de autoridade

A disciplina histórica mantém um conjunto de práticas e normas para ser reconhecida como tal. Entretanto, essas mesmas práticas e códigos que servem para verificar a autoridade do historiador funcionam perfeitamente dentro do ambiente acadêmico, mas não necessariamente fora dele. Isso ocorre porque os historiadores possuem claras definições de quais são as regras que lhes conferem autoridade, e a forma como eles realizam suas pesquisas estão em conformidade com essas práticas de maneira a serem reconhecidos dentro do meio acadêmico.

O mesmo não pode ser dito para os intelectuais da extrema-direita. Aleksandr Dugin demonstra ser ignorante da historiografia corrente, e até mesmo de noções que já foram revisadas e abandonadas por historiadores. Entretanto, sua insistência nesse tipo de perspectiva implica não somente em sua ignorância dos procedimentos e métodos relacionados à disciplina histórica, mas também que essas escolhas são convenientes a suas perspectivas políticas, e que isso é utilizado de maneira a confrontar a historiografia e os historiadores, ao tentarem simular as normas e regras que os historiadores usam, ou mesmo no campo da retórica.

Dessa forma, torna-se necessário reiterar os métodos dos historiadores e a razão pela qual a história se mantém como disciplina dentro de suas próprias regras, como será mostrado nesse capítulo. No mais, também é importante analisar essa empreitada dos pensadores de extrema-direita como um ataque às concepções de história não dentro da academia, mas para aqueles que não estão inseridos neste cenário. Para o leigo, portanto, fica subentendido que a autoridade de um profissional e de um propagandista é exatamente a mesma quando os intelectuais da extrema-direita assumem o discurso de autoridade.

Tendo em vista o que foi discutido no capítulo anterior, paira uma pergunta que ainda não foi respondida. Essa pergunta é pertinente porque dá verniz ao discurso e a legitimidade que Aleksandr Dugin procura para si. Afinal, o que este intelectual está fazendo em sua abordagem relacionada ao Império Romano pode ser caracterizado

como história? Decerto que não. Dentro do ambiente acadêmico, a explicação sobre a razão desses textos propagandistas não constituírem nenhum tipo de narrativa histórica parece óbvio à primeira vista. Entretanto, essa percepção deixa de ser assim quando vemos que a disputa não é inteiramente voltada contra a academia, mas direcionada para o auditório universal, que não necessariamente está versado em todas as minúcias e práticas desenvolvidas ao longo de dois séculos de disciplina histórica.

A história, diferente de outras ciências, é apegada a diversos elementos textuais, de maneira que a linha entre a matéria e a ficção é anuviada. De fato, a vertente desconstrucionista da História, que se popularizou nos EUA, trata sua ideia como a 'grande verdade' ou uma parte de uma grande narrativa, sendo essa noção, no geral, pueril. Dessa forma, a história não trataria da compreensão do passado como uma grande narrativa singular no sentido da verdade, mas sim somente uma entre tantas outras que compõem um mar de versões, gerando um grande número de céticos. Esse tipo de posicionamento foi algo específico do ambiente acadêmico dos EUA, de maneira a combater o positivismo que compunha a vertente mais popular (Ginzburg, 2006, p. 17-18).

É importante ressaltar que é precisamente nessas fronteiras entre história e ficção, entre verdade e invenção, que os propagandistas intelectuais de direita se posicionam, destituídos que se mostram das grandes reflexões que tomaram o campo acadêmico da história ao longo do século XX, e também desprovidos dos modos que são intrínsecos a discussões menos rasas sobre os aspectos teórico-metodológicos da disciplina. No entanto, o que ocorre nesses casos é que existe a compensação da ignorância inerente a esse tipo de conteúdo com o discurso com a confiança de que eles estão providos de autoridade pela verdade tão renegada pelos historiadores, e para isso, existe a utilização dos mesmos autores positivistas e ultrapassados que, após anos de discussões teóricas, foram deixados de lado.

Torna-se necessário, principalmente, estipular características marcantes daquilo que é a prática da disciplina histórica. Carlo Ginzburg nos dá uma pista daquilo que compõe uma parte relevante da história: a citação. A citação tem como objetivo dar um efeito de verdade para os relatos narrados pelo historiador, de maneira a trazer

a vividez do passado para o escrutínio do leitor. De um modo geral, a citação é responsável não só pela garantia de autenticidade daquilo que está sendo escrito, mas também um indicativo de que o passado só pode ser lido de maneira indireta e, acima de tudo, distante. Somente as evidências desse passado é que são tangíveis ao sentido de proximidade. Portanto, é preciso considerar que a citação faz da história um conhecimento mediado, com a figura do historiador no seu centro. (Ginzburg, 2006, p. 36-37).

Considerando-se isso, podemos examinar a história como um conhecimento mediado centrado na figura do historiador, de forma a se utilizar de evidências, principalmente fontes documentais, e citações com o objetivo de construir uma perspectiva sobre o passado da maneira mais verossímil possível. O que Dugin faz, portanto, não pode ser considerado o trabalho de um historiador, já que ele não se utiliza das citações como uma base para a autoridade da fonte documental, mas uma forma distorcida disso, apoiando-se em um exemplo como uma maneira de propagar um tipo de verdade absoluta. Esse é um dos indícios de que o instrumento da extrema direita não é a história, é a retórica.

Entretanto, além de apontar e afirmar que esses artifícios utilizados por Dugin são meramente retóricos, precisamos também delimitar com maior profundidade aquilo que constitui a história – seus desafios e métodos, e também suas práticas e costumes. É preciso definir o que é história para separá-la da retórica política, e também é preciso compreender até que ponto o elemento da política pode interferir na história, e qual é a diferença entre os dois. Por isso é importante esclarecer os aspectos teóricos da disciplina histórica, de maneira a indicar os verdadeiros objetivos desses dois intelectuais da extrema-direita, e distanciá-los da prática histórica.

Primeiramente, precisamos tratar a história como uma prática baseada em fatos. Por mais que esses fatos sejam determinados pelos historiadores a partir de suas respectivas análises e construções, nada disso é feito sem um parâmetro anterior. O fato é algo construído, e que dotamos de significado conforme a análise, mas isso não quer dizer que os fatos sejam meramente falsos. Esses mesmos fatos precisam ter respaldo em evidências, que é o que caracteriza a parte científica atribuída à história. No mais, a objetividade do historiador está presente nas citações

e recursos que ele utiliza para referenciar outros autores, de maneira a corroborar sua análise (Prost, 2017, p. 54-55).

Dessa forma, percebe-se uma dimensão objetiva da história, tendo em vista as regras que se articulam dentro de seu campo para que ela possa ser considerada como história. No entanto, não é somente a partir dessa dimensão que a história é construída. Igualmente importante a essa camada é a análise crítica dos fatos históricos e, inclusive, de suas interpretações. Para Antoine Prost (2017, p. 57) existem dois tipos de crítica: a externa e a interna. A crítica externa visa verificar a integridade de um documento, ou fonte, a partir dos elementos que o compõem materialmente, enquanto a crítica interna se baseia na interpretação de seus elementos textuais e no contexto histórico da fonte em questão.

O domínio dessas práticas críticas, no entanto, não é algo fácil. É essa coletânea de normas, que incluem a análise crítica e as citações, que garante a autoridade e credulidade do historiador dentro do seu espaço, algo que pode parecer obtuso ou intelectualmente pedante para quem não está inserido dentro do meio acadêmico. É importante lembrar também que o exercício crítico é algo que é desenvolvido no historiador, sendo essa uma das principais ferramentas que ele tem a disposição para empreender seu ofício. Portanto, são recursos que resultam de um processo de treinamento, e no fim desse treinamento é que um aprendiz se torna um historiador (Prost, 2017, p. 61-62).

Esse procedimento crítico é extremamente crucial para a história: “Com efeito, a história não pode proceder a partir dos fatos: não há fatos sem questões, nem hipóteses prévias” (Prost, 2017, p. 71). É precisamente a partir dessa observação que podemos distinguir a retórica da história, no caso de Dugin. Percebe-se a partir de uma leitura crítica de suas narrativas que nunca existiu uma hipótese, uma pergunta a ser respondida. O que existe em suas visões é uma condição predominante que precisa de confirmação prévia, e ambos utilizam o passado, e não necessariamente a história, como uma evidência, ou suporte, que confirma suas crenças preestabelecidas.

Todo esse aspecto é indicativo de um outro elemento que permeia o ofício e a prática do historiador, que é o questionamento. Um documento precisa passar pelo

questionamento se ele pretende responder a alguma pergunta. Nenhum documento fala por si próprio, ele sempre depende da questão proposta pelo historiador. A construção dos fatos, a seleção das fontes, todos esses critérios perpassam as perguntas. Como outras ciências, a história depende da dúvida, da pergunta (Prost, 2017, p. 77-78).

Reiterando o posicionamento anterior, não existe pergunta feita para esses documentos pelos ideólogos da extrema-direita porque não há a dúvida. Não há questionamento. O que existe é uma concepção formulada da realidade em que essas pessoas vivem, concepções essas que tinham passado por um crivo anterior que está desconectado da prática histórica e da historiografia. O que existe é uma tentativa de utilizar vestígios históricos de maneira a confirmar um passado que pode ser utilizado para validar a extrema-direita. É precisamente por conta disso a afirmação de que essas interpretações se tratam de reproduções acríticas para compor uma finalidade política, e que nada se relacionam com a disciplina histórica.

Para Aleksandr Dugin, os fatos já foram construídos. O passado existe para responder o que eles veem como problemas do presente – no caso, a consolidação do poderio norte-americano e todas as pautas progressistas que supostamente são capitaneadas por eles. Para eles, o passado serve como um conto caucionário de que abraçar os ‘ideais ocidentais’, inevitavelmente, levar à degeneração e ao declínio do mundo.

Entretanto, a ideia de história como uma narrativa do passado que serve de exemplo para o presente já foi superada pelo meio acadêmico, de maneira que possivelmente não pode ser encaixada de novo como um método crível e verossímil para aqueles que levam este ofício a sério. O artifício desses intelectuais da extrema-direita é, precisamente, abusar de autores ultrapassados como forma de sustentar uma pretensão de legitimidade, que só existe para quem não é um profissional qualificado.

Considerando todos esses pontos, ainda assim, Aleksandr Dugin não é um intelectual de direita surgido do vácuo, ou meramente aclamado. Diferente de alguns polemistas situados no continente americano, como o já mencionado Olavo de Carvalho, Dugin possui uma trajetória acadêmica por fora de seu trabalho político. De

fato, sua formação enquanto filósofo e cientista político lhe garante um certo nível de credibilidade quando ele trata de seus temas. Isso, no entanto, não o isenta do rigor que o campo da história possui e, tendo como bases suas confabulações, é possível afirmar que rigor é a última das preocupações de Dugin.

Antes de abordarmos a questão do rigor metodológico, é importante ressaltar que o historiador possui uma função social diretamente atribuída ao seu ofício. De acordo com Fernando Nicolazzi e Caroline Silveira Bauer (2016, p. 819),

[...] falar da função social do historiador implica desde já um recorte evidente: o historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc. Por outro lado, ao se falar de uma função social da história, tal recorte não está necessariamente implicado, já que é possível sustentar que a história é um objeto de uso de vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem ou são reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores (Nicolazzi; Bauer, 2016, p. 19).

Dessa forma, podemos falar em um uso social da história através de Aleksandr Dugin, mas é importante destacar que isso não implica necessariamente que ele esteja falando na posição de historiador. Afinal, a história é, antes de tudo, um compêndio de narrativas sobre o passado, que passa a ser uma disciplina rigorosamente definida com seus critérios metodológicos e científicos (Nicolazzi; Bauer, 2016, p. 819). No entanto, para os fins desta pesquisa, o rigor historiográfico será devidamente imposto aos escritos de Dugin conforme os objetivos propostos, a fim de se chegar a conclusões mais precisas. Embora a história seja composta por diversas narrativas, isso não a exime dos critérios disciplinares que orientam seu estudo."

De todo modo, há de se questionar o que seria um autor ultrapassado dentro dos padrões históricos. Por mais que o estatuto de ciência da história seja um assunto profundo e altamente discutível, uma das ferramentas para se compreender melhor a ciência e a produção de conhecimento pode auxiliar o campo a definir com maior precisão o que seria, dentro da disciplina histórica, um autor que escreveu uma tese

sobre algo que não se encaixa mais na historiografia tendo em vista novas perspectivas e novas descobertas que foram realizadas ao longo dos séculos.

Como forma de elucidar com maior precisão a trajetória da disciplina histórica, o conceito de mudança de paradigma científico de Thomas Kuhn pode, com ressalvas, ser utilizado como um enquadramento de compreensão estrutural: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2017, p. 53). A discussão sobre a cientificidade da história é longa, envolvendo principalmente a incapacidade da disciplina de aproveitar da reprodutibilidade dos experimentos que caracterizam com tanto afincamento o método científico, mas mesmo a disciplina histórica também possui seus paradigmas, da mesma forma que outros mais antigos foram superados.

Observando uma forma similar às ciências, a história possui um conjunto de regras que são seguidas pelos historiadores de maneira a produzir conteúdo que seja condizente com as devidas práticas da disciplina e que tenham como objetivo a resolução de um problema estabelecido. Por conta disso, a tese sobre as revoluções científicas de Kuhn pode auxiliar a responder as questões sobre a existência de autores ultrapassados, precisamente ao tocar no ponto da existência de revoluções científicas, que visam e são capazes de mudar os paradigmas vigentes.

Paradigmas costumam reger as práticas e regras científicas, e toda mudança de paradigma ao longo da história da ciência, cunhada por Kuhn como uma revolução, implica que um novo paradigma responde melhor às novas questões desenvolvidas pela comunidade científica, de maneira a responder problemas, sejam eles antigos ou recentes. A mudança paradigmática funcionaria, dessa forma, como uma realocação da cosmovisão da produção científica. Paradigmas antigos não estão necessariamente equivocados de maneira radical, mas simplesmente não são mais capazes de responder problemas emergentes na comunidade científica (Kuhn, 2017, p. 184-185).

Devido às suas peculiaridades, a história é propícia a essas alterações mais do que uma ciência tradicional. Isso porque a história é mais sensível aos fatores sociopolíticos do que as ciências no seu sentido mais rígido. Para compreendermos

essa característica com maior facilidade, a ideia de autonomia e heteronomia científica colocada por Pierre Bourdieu pode explicar por que a história é suscetível a mudanças mais dinâmicas na historiografia do que as ciências.

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a “politização” de uma disciplina não é indício de grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pelas ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas (Bourdieu, 2004, p. 22).

Dentro desse contexto, a história pode ser considerada heterônima, já que ela é, desde o início da formação da disciplina, profundamente afetada pelo contexto social e cultural de uma época ou de uma localidade. Isso não é demérito algum para os historiadores ou a historiografia, mas demonstra que a história é fluida e está sempre se adaptando aos novos tempos e costumes. Entretanto, como especificado por Bourdieu, a fluidez da escrita da história, e a sua heteronomia, são suscetíveis à interferência de pessoas desqualificadas que buscam deturpar as regras da disciplina de maneira a intervir nela com princípios políticos, que é precisamente o caso daqueles que são objetos desse estudo.

Similar à forma como Kuhn delinea as revoluções científicas, François Hartog (2015, p. 37-38) também estrutura a ideia dos regimes de historicidade. No entanto, a diferença entre ambos é que um paradigma é uma forma de se abordar as regras e normas científicas dentro de um determinado campo, enquanto o regime de historicidade é a forma com que o ser humano trata com o passado ao longo do tempo, e como ele o organiza em história. Entretanto, podemos conceber que nem a história nem as ciências são rígidas, restritas, e que sempre são suscetíveis a mudanças. No caso da história, ela é muito aberta a influências externas, o que auxilia em sua riqueza de conteúdo.

O que podemos interpretar dessas duas formas de se enxergar a mudança de disciplinas e da ciência é que as mudanças ocorrem da mesma forma que a sociedade muda e as políticas também, e novas maneiras de se abordar as disciplinas surgem, sejam elas paradigmáticas ou relacionadas ao regime de historicidade. Portanto, é viável afirmar que novos problemas estão sempre surgindo, principalmente para a disciplina histórica, e que certos autores são mais capazes de oferecer respostas a problemas do que outros, dependendo principalmente das questões que são feitas, como já mencionado por Antoine Prost.

Entretanto, é necessário ressaltarmos que para além da questão dos autores ultrapassados, o local de onde fala Aleksandr Dugin possui outras referências epistemológicas que vão além do pensamento ocidental. Porém, isso não necessariamente significa que Dugin está totalmente isento de influências ocidentais. Afinal, é precisamente por essa razão que ele encontrou seu maior público fora das audiências russas, e no seio das ansiedades ocidentais. O principal exemplo dessa questão é a utilização de conceitos advindos de Martin Heidegger na perspectiva duginiana. Heidegger era um notório colaborador nazista, e sua metafísica está permeada de um vocabulário que pode ser facilmente associado com o nazismo em sua época (Faye, 2015, p. 181-182).

Para além do nazismo, ou da reprodução de ideais nazistas, que advieram de Heidegger, ele pode ser de fato considerado como um autor ultrapassado? Possivelmente não, mas suas simpatias nazistas precisam ser esclarecidas de modo não só a localizar suas lealdades, mas também para elucidar os caminhos travados por Dugin em sua própria filosofia política, e para onde esses caminhos eventualmente levarão, como é o caso com a guerra da Ucrânia.

Dessa forma, retornando ao postulado feito por Dugin sobre Roma, que novos problemas os autores antigos utilizados por eles respondem? De que forma Políbio e Tito Lívio podem elucidar o fim dos EUA e o triunfo da Rússia? De que se deu o *translatio imperii* entre a Rússia e Roma? Por mais que esse conjecturamento seja feita através da elaboração de ideias absurdas movidas por um antagonismo extremo, não podemos considerar que a análise duginiana siga de maneira rigorosa, ou

mesmo de maneira livre, regras historiográficas. Isso ocorre por um motivo simples, que é seu desconhecimento das normas em questão para finalidades excludentes.

Todas essas questões sobre a metodologia e o uso de autores que não respondem às questões impostas pelo presente nos ajudam a chegar à conclusão de que a utilização das citações, na verdade, é um apelo retórico que possui finalidade política. Conhecermos o âmago da produção histórica e entendermos do que se tratam as práticas do ofício de historiador é fundamental para identificarmos esse tipo de utilização do passado e quando pessoas de fora do campo buscam intervir nele, utilizando práticas extremamente distantes daquilo que se refere ao conjunto de normas historiográficas.

Aproveitando-se de artifícios que garantam uma maior credibilidade ao seu argumento, diferente de como as citações são utilizadas pelos historiadores, o que Dugin está fazendo é o uso do gênero epidítico de retórica. Para Aristóteles (Arist. *Rhet.* 1.3) o gênero epidítico é voltado para a construção de elogios ou culpa, criticando uma pessoa em específico e fazendo dela seu alvo oratório. Também para Aristóteles, esse gênero é aquele mais preocupado com o tempo presente, com os oradores se aproveitando de outras formas de aludir ao passado de maneira a estabelecer um exemplo para o futuro, enquanto todos eles estão mais interessados com as questões do presente.

Por mais que o gênero epidítico seja considerado como um exercício retórico, tendo em vista o gênero jurídico e deliberativo, ele se encaixa de maneira razoavelmente conclusiva no que Dugin busca fazer. A ideia de usar o passado como uma forma de ilustrar um exemplo e a preocupação com as políticas do presente na busca de encontrar um culpado e relatar um conto caucionário sobre os resultados de políticas progressistas são coincidentes com o estilo desse gênero retórico. Ainda que eles não estejam se referindo a uma pessoa em específico, como é o caso da retórica epidítica em sua classificação mais restrita, existe um sujeito oculto em seus discursos, que não é só a política, mas as pessoas que defendem essas políticas, tentando convencê-las, além da própria base conservadora, de que suas ideias estão erradas com base em um exemplo histórico.

Dessa forma, o propósito de Aleksandr Dugin passa longe de estabelecer uma narrativa dentro da disciplina histórica, por estarem completamente alheios aos seus métodos e costumes. Não se trata de uma construção de conhecimento, pois não foi feita nenhuma questão ao documento que eles pretendem utilizar como fonte. O apelo que eles realizam às citações, que é fundamental para a construção de conhecimento dentro da história, na verdade é um artifício retórico que busca dar mais credibilidade para seu orador, podendo ser encaixado no gênero epidítico de retórica.

Considerando-se esses elementos, é válido afirmar que Dugin não busca gerar conhecimento histórico, ou esclarecimento em relação ao passado, mas sim convencer o público geral de que as políticas progressistas são nocivas. A oposição às tradições simbolizadas pelo Império Romano, para ele, é somente um exemplo negativo do que pode ocorrer caso as políticas progressistas continuem avançando, na perspectiva desse pensador de extrema-direita. Entretanto, encontrar as políticas do século XXI na instituição imperial romana é um claro caso de anacronismo. Esse anacronismo, no entanto, tem uma finalidade política específica, que é a de angariar público e seguidores que compartilhem da mesma perspectiva preconceituosa e radical, ao narrar algo que nunca aconteceu de fato.

3.2. Discurso e possibilidades

Não é somente a heteronomia que caracteriza a história que a torna suscetível à interferência de pessoas que são alheias ao campo. Em relação à extrema-direita, várias ciências estão sofrendo com ataques vindos de maneira geral dessas pessoas que compõem as fileiras reacionárias, como parte de um amplo movimento negacionista, que vai além da história. Para entendermos do que se tratam esses ataques e a razão pela qual eles ocorrem, precisamos também entender o funcionamento do meio acadêmico e por que esse meio se tornou um alvo fácil para os ideólogos de extrema-direita.

Dentro de suas respectivas áreas, os acadêmicos são dotados de níveis variados de capital cultural. Segundo Pierre Bourdieu (1986, p. 241), o capital pode ser resumido a uma forma de trabalho acumulada ao longo do tempo, e quanto maior

a quantidade de capital acumulado, mais ele reproduz lucros. Esse tipo de conceito pode facilmente ser traduzido dentro do trato social, levando ao capital imaterial que pode ser traduzido em capital social ou capital cultural:

O capital cultural pode existir em três formas: no estado *incorporado*, ou seja, na forma de disposições mentais e corporais de longa duração; no estado *objetificado*, na forma de bens culturais (fotos, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, etc.), que são o traço ou a realização de teorias ou críticas dessas teorias, problemáticas, e etc.; e no estado *institucionalizado*, uma forma de objetificação que precisa ser tratada a parte pois, como veremos no caso das qualificações educacionais, ela confere propriedades completamente originais no capital cultural cujo qual presumidamente garante (Bourdieu, 1986, p. 243).

Ao considerarmos o caso dos ataques feitos pela extrema-direita contra o meio acadêmico, é perceptível a natureza institucional dos ataques. A utilização de uma retórica epidítica com o uso da história para fins políticos, dado o contexto atual, é uma clara afronta ao capital cultural acumulado pelos historiadores. O objetivo final, através de um discurso conservador radical, é a disputa de capital cultural com aqueles que o obtiveram de forma institucional. Isso é um indicativo de que o local de disputa da extrema-direita são as instituições, principalmente as de ensino superior.

Essa disputa ocorre alheia aos métodos tradicionais estabelecidos academicamente, especialmente no que diz respeito à forma como os historiadores usam a citação como uma ferramenta de legitimação de discurso. Entretanto, é expressamente por conta desses meios e práticas que se colocam fora do campo acadêmico que a retórica da extrema-direita consegue florescer e radicalizar pessoas incautas, que não possuem contato com as minúcias do ofício de historiador, e por conta disso são mais suscetíveis a consumir esse tipo de propaganda extremista que vai contra tudo aquilo estabelecido anteriormente por séculos de mudanças paradigmáticas dentro da história.

Para compreendermos a questão da disputa de conhecimento, Michel Foucault (2004) pode auxiliar a compreender o cenário da disputa pela verdade. Afinal, tanto os acadêmicos quanto os ideólogos da extrema-direita estão competindo por um mesmo argumento: a verdade. Por mais que os acadêmicos não disputem pela verdade propriamente dita, é deveras oportuno para pessoas como Dugin se impelir

da vontade de verdade. Entretanto, como Foucault pontua de maneira muito precisa: “aquele que responde ao desejo, ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo do poder?” (2004, p. 20)

De acordo com Foucault (2004, p. 19-20), a vontade de verdade é um dos mecanismos de exclusão do discurso, que dão legitimidade discursiva para que um grupo social possa ser excluído, principalmente aqueles que buscaram contorná-la e enfrentá-la. Entretanto, o que foi esclarecido por Foucault em relação à temática e que se encaixa no cenário atual é, justamente, a busca pelo poder. A ideia de contornar o capital cultural institucional, de maneira a consolidar um discurso que não é verossímil, visa buscar o poder por intermédio da vontade de verdade.

Ao abordarmos a questão do discurso através de Foucault, no entanto, faz-se importante ressaltar o que é discurso e quais são seus elementos. De acordo com Claudemar Fernandes (2013, p. 12):

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (Fernandes, 2013, p. 12).

Indo além da consideração conceitual de discurso, precisamos também compreender que o discurso só consegue ser compreendido, em sua totalidade, dentro de seu interdiscurso. Dessa forma, o discurso pode ser mais facilmente compreendido através da relação com outros textos e posicionamentos, que necessariamente estão atrelados a uma construção social feita pelo próprio discurso. Afinal, esse discurso é voltado *para alguém*, e seus sentidos podem mudar de acordo com a forma pela qual ele é interpretado por outros elementos e práticas sociais (Maingueneau, 2015, p. 28-29).

Entretanto, da mesma forma que ideólogos como Dugin buscam a vontade de verdade ao deslegitimar discursos acadêmicos, o mesmo pode ser feito pelos próprios acadêmicos, já que eles possuem o capital cultural institucional para reivindicá-la. O discurso científico também está associado à vontade de verdade, principalmente quando enquadrado em conjunto com a ideologia científica. Esse discurso de autoridade é uma via de mão dupla: da mesma forma que eles buscam, através da vontade de verdade, desqualificar um argumento, a comunidade científica pode fazer exatamente o mesmo através do seu discurso, como uma forma de exercício de legitimidade, de forma a determinar a não-ciência (Canguilhem, 2005, p. 50).

Todavia, precisamos trabalhar de outra maneira para interpretarmos o discurso de Dugin, sem nos restringirmos especificamente ao discurso científico e à disputa de campo. Primeiro, é possível enquadrar o discurso duginiano dentro do estilo da polêmica. O discurso polêmico é caracterizado pela sua incapacidade de lidar com a alteridade, da mesma forma que busca integrar toda alteridade dentro de seu próprio discurso. Sendo assim, ele é simultaneamente normalizador e antagonizador, adotando dentro de si mesmo um paradoxo que, no fim, abolirá qualquer coexistência com outros discursos (Maingueneau, 2008, p. 105-106)

Nesse sentido, o discurso polêmico se distancia do estilo retórico da polêmica. Sendo assim, ele se trata de uma interincompreensão gerada dentro de um discurso próprio. Esta interincompreensão tem como cerne, precisamente, o tratamento da alteridade. O discurso polêmico não precisa incorporar o outro, mas sim um simulacro do outro, de maneira a legitimar seu discurso. A subsequente busca, e objetivo final dessa legitimação, é afastar qualquer tipo de ameaça possível à contradição do discurso polêmico (Maingueneau, 2008, p. 107-108).

Ao utilizar uma semântica advinda da filosofia, e de suas credenciais acadêmicas, para propagar um discurso naturalmente antagonizante, a estratégia de Dugin se mantém clara. A polêmica dentro do discurso de Dugin é construída através de seu simulacro de alteridade, nesse caso representado pelo antagonismo extremo aos EUA, na tentativa de não só incorporar outros costumes e estilos de vida dentro de seu próprio discurso tradicionalista, mas também com o objetivo de legitimar sua cosmovisão, construindo o antagonismo cíclico entre Cartago e Roma, destinadas a

se enfrentarem novamente como EUA e Rússia, respectivamente, de modo a justificar o extermínio da realidade norte-americana e a sua eventual adequação aos padrões estabelecidos pelo discurso duginista.

De maneira a atingir seu propósito discursivo, Dugin vai gerar essa interincompreensão através de um vocabulário pertencente ao campo da história, utilizando-se de referências e analogias que são uma forma de recepção do passado romano. A polêmica discursiva de Dugin, dessa forma, é construída sobre fundamentos que geram estranheza dentro do discurso disciplinar histórico, mas que são compreendidos de modo mais eficaz quando tal discurso é colocado fora dos sentidos do discurso histórico.

Para além da polêmica, é possível interpretar o discurso de Dugin como um tipo de discurso político. Porém, é necessário primeiro elucidar que o discurso político não necessariamente está atrelado às estruturas de poder estabelecidas pelo regime liberal democrático; ou seja, um discurso político que está preocupado com um processo estritamente governamental e no equilíbrio entre os desejos e demandas da população e o horizonte de possibilidades da execução das ações políticas enquanto prometidas pelos autores do discurso (Charaudeau, 2011, p. 40)

De acordo com Patrick Charaudeau (2011, p. 40) o discurso político possui três lugares de fabricação distintos: o sistema de pensamento, o ato de comunicação e o comentário. Os três são descritos da seguinte forma:

O discurso político como *sistema de pensamento* é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento que se determinam as filiações ideológicas [...] O discurso político como *ato de comunicação* concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de *slogans*, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas) e constroem imaginários de filiação comunitária, mas, dessa vez, mais em nome de um comportamento comum, mais ou menos ritualizado, do que um sistema de pensamento, mesmo que este perpassasse aquele [...] O discurso político como *comentário* não está necessariamente voltado pra um fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo de ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco

político. Pela mesma razão, a atitude de comentar não engendra uma comunidade específica, a não ser ajuntamentos circunstanciais de indivíduos por ocasiões conversacionais não voltadas exclusivamente à política. Um discurso de comentário tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação (Charaudeau, 2011, p. 40-41).

Considerando esses locais do discurso político enquanto postulados por Charaudeau, é possível colocar o discurso de Dugin também dentro do lugar do sistema de pensamento. Afinal, toda produção discursiva dele em relação a Roma é feita com o propósito de fundamentar seu próprio pensamento político, que está enraizado no antagonismo entre Rússia e EUA típico do século XX. Porém, Dugin consegue ir além na elaboração e justificativa de seu antagonismo, adotando posturas radicalmente extremistas de modo a mobilizar o ódio não somente contra os EUA, mas especialmente contra tudo o que ele representa em sua oposição à sociedade tradicional enquanto conceituada por Dugin, em ideais como a diversidade e a igualdade.

Para recuperar as apropriações e combater esses usos do passado, a solução para Curtis Dozier (2020, p. 259) seria usar de uma ferramenta que é essencial para o trabalho do historiador: a crítica, essencial para o processo de formação da prática histórica. No entanto, essa crítica não deveria ser somente direcionada para os grupos de extrema-direita, mas para os próprios Clássicos. Ao aplicarmos a crítica e o conhecimento a serviço do esclarecimento sobre os Clássicos e o passado, poderíamos reaver os Clássicos. Entretanto, tal postura não pode ser assumida sem um comprometimento com a divulgação da história e, principalmente, de teorias alinhadas à prática histórica.

Jörn Rüsen (2001, p. 48-49) é um dos teóricos que elucidam a importância propedêutica da teoria da história, principalmente no ensino e na divulgação histórica. Para que possamos compreender as minúcias do procedimento, e expor as falhas de qualificação e interpretação das fontes, de fato precisamos ir além de esclarecer os Clássicos, e o passo além para essa constatação seria investir na divulgação de teoria da história, dada a sua importância para a prática e em como ela é fundamental para todo o procedimento, de maneira que é especialmente esse campo da história que é a fronteira entre o senso comum e o senso histórico.

Assim, esclarecer e divulgar os Clássicos pelos Clássicos pode não ser o suficiente, porque os Clássicos, assim como a disciplina histórica, dependem profundamente de suas teorias, que são o arcabouço das disciplinas. O domínio sobre a teoria além do contexto é algo que também pode ser utilizado para ratificar o capital cultural institucional dos historiadores e classicistas, tendo em vista que é precisamente a teoria que pode ser utilizada para diferenciar os maus usos do passado do uso legítimo da história, além de estabelecer a disciplina no consenso público como uma prática muito próxima da ciência, que tem seus métodos e modos precisos e verossímeis de redação, e não pode ser confundida em momento algum com pura e simples retórica política radical.

A ideia de que o ensino de história é uma espécie de miniatura da prática metodológica da história está longe da realidade, de maneira que a função da escola e da universidade são distintas. O ensino de história no nível superior precisa ser mais aprofundado para formar profissionais versados e especializados, enquanto a escola precisa oferecer o básico classificado no currículo, de maneira que a metodologia do ensino da história e da história são distintas (Rüsen, 2001, p. 50-51).

É precisamente por conta dessas características que se faz necessária a divulgação de teoria para fora da academia, de maneira que dentro das escolas e fora delas as necessidades são diferentes, por mais que seja imperativo a discussão sobre os métodos e conceitos de história de maneira a esclarecer a população geral e evitar que elas sejam ludibriadas pela extrema-direita, e que auxiliaria os acadêmicos a manter a disciplina histórica nesses tempos de crise.

Outra forma de reivindicar o capital cultural dos historiadores é levando em consideração o papel do *expert* dentro do campo, que é ligeiramente distinto da especialidade, que seria reservada para os autores de teses e trabalhos acadêmicos:

Para ser *expert*, o historiador faz abstração da situação de controvérsia e da própria arbitragem que se espera dele. A postura adotada não é a única possível. [...] Mais consciente da ambiguidade dessa situação, François Bédarida a apresenta como necessária: “Diante das expectativas da sociedade e da atenção do público, eis o historiador intimado a desfazer a confusão e fornecer um fio condutor, na maior parte dos casos aliando sua função crítica com uma função cívica e uma função ética. Mesmo se não se trata de modo algum, através desse apelo à *expertise* científica, de erigir o

historiador em áugure oficial da cidade, deve-se sublinhar que essa tomada da palavra em resposta aos questionamentos do momento, com a condição de se exercer na observância estrita das regras do ofício, é perfeitamente legítima e propicia à história sua espessura significativa”. (Dumoulin, 2017, p. 32-33).

A ascensão do historiador como um *expert* em seu campo, e árbitro de questões controversas, está diretamente relacionada com as questões levantadas pela ascensão dos estudos de memória, e em como o historiador pode ter a função de mediador social desse saber. Por mais que Olivier Dumoulin (2017, p. 34) afirme que o surgimento do historiador *expert* esteja diretamente relacionado com certas rixas historiográficas que apareceram fora da academia, é importante levarmos em consideração o papel que o historiador precisa exercer como um mediador do saber no campo público.

Uma das críticas de Dumoulin a esse tipo de comportamento, no entanto, é de que certas competências estão sendo deixadas de lado pelos historiadores para que esses deem luz a polêmicas vazias alimentadas pela mídia, enquanto escapa-se das questões mais profundas a serem resolvidas no seio público. Esse tipo de prática que preza a popularização do escândalo dá lugar a rixas historiográficas fomentadas pela mídia, que deveriam ser resolvidas na academia se localizando dentro do espaço do debate público, e obtendo mais atenção do que questões sérias e verdadeiros problemas que deveriam ser arbitrados pelos historiadores.

No entanto, por mais que essa possa ser uma realidade da França e da Alemanha (Dumoulin, 2017, p. 34-35), outros países carecem desse papel, algo que amplia o dano que essas narrativas que têm um propósito destrutivo podem causar. Portanto, em outros países, os historiadores podem mitigar o dano causado por essas narrativas, de maneira que seu capital cultural institucional está melhor estruturado socialmente. Infelizmente, esta não é uma possibilidade universal, e certos locais estão mais vulneráveis a esses discursos do que outros.

Em virtude dessa vulnerabilidade, principalmente na questão da *expertise*, narrativas extremistas como a de Aleksandr Dugin são ouvidas no mesmo nível que a de historiadores treinados, e pelo seu apelo retórico, são essas perspectivas destrutivas que são percebidas detentoras da verdade. Isso contribui para a

disseminação de dados e informações deturpadas, colaborando com a ignorância de uma parcela da população que se vê inclinada a acreditar nas palavras desses intelectuais.

Ainda assim, uma outra questão válida para esse tipo de abordagem diz respeito ao próprio status de Aleksandr Dugin enquanto *expert*. Por mais que Dugin tenha suas credenciais de filósofo e cientista político, seus trabalhos estão preocupados, especificamente, em avançar sua própria ideologia política. Ao se utilizar do passado romano, ou de uma versão totalmente anacrônica e distorcida desse passado, de maneira a referenciar e justificar suas teses políticas, Dugin utiliza a história somente como um pano de fundo para legitimar a sua ideologia política excludente. Dessa forma, não é possível afirmar que, mesmo na posição de *expert*, que Dugin está realizando algum tipo de operação crítica dentro da disciplina histórica.

Todo esse processo de apropriação se reflete atualmente na realidade política que vem se proliferando no mundo inteiro, onde as pessoas cada vez estão sendo mais levadas a crer em *fake news* como parte de um processo de radicalização, e isso é um cenário propício para a criação e o desenvolvimento de outras mentes que pregam a desinformação e obscurantismo para seus seguidores. É válido afirmar, portanto, que todo esse cenário é parte de um trajeto que se consolida na perspectiva política desses homens, afastando-se da história e confiando em uma recepção acrítica do passado para não só desafiar os historiadores acadêmicos, como também suplantá-los ao afirmarem que eles são os detentores da verdade suprema.

3.3 O lugar dos Clássicos

Posicionamentos como esse não são novos e nem invenções duginistas, e a apropriação dos Clássicos para fins políticos é algo simétrico à ascensão da extrema-direita mundial. Donna Zuckerberg (2018, p. 8-9) afirma ser minimamente surpreendente o fato de que os supremacistas brancos, que são compreendidos como um movimento de contracultura, estão se apropriando dos Clássicos greco-romanos que sempre foram um grande exemplo da manutenção de capital cultural. No entanto,

ao reenquadrarmos essa perspectiva dentro da noção de que a extrema-direita mantém uma disputa com o capital cultural institucional, podemos compreender melhor as razões pelas quais isso ocorre.

Zuckerberg (2017) também afirma que existe uma distinção entre apontar os maus usos do passado pela extrema-direita atual e ativamente combater essa vertente política perniciosa. Para Zuckerberg, corrigir esses maus usos do passado pode ser uma atividade divertida por conta dos erros crassos cometidos durante o processo de apropriação dos Clássicos, mas passa longe de ser o suficiente para lutar contra a extrema-direita. Como exemplo, ela cita o caso de um programa da BBC que retratou um centurião negro, e a extremamente virulenta reação dos conservadores a esse programa, sendo defendido por vários profissionais do campo da história no Reino Unido, incluindo Mary Beard entre as mais notáveis.

Beard buscou corrigir o equívoco na percepção da extrema-direita, que usou a defesa dos historiadores como um trampolim para a publicação de vídeos que usam, entre outras coisas, materiais didáticos antigos como uma forma de refutar a historiografia vigente. Além disso, Zuckerberg também passou por negação de suas credenciais acadêmicas durante um engajamento com um desses militantes da extrema-direita, concluindo sua linha de raciocínio com “Mas o que aconteceu com Mary Beard forçadamente me fez entender que não existe nenhum nível de conquista acadêmica que eu alcance que seja o suficiente para satisfazer os *trolls*. (Zuckerberg, 2017)”.

O posicionamento de Zuckerberg com esse caso em específico é uma ilustração da tática adotada pela extrema-direita, que é a negação das credenciais acadêmicas. Esse exemplo é ilustrativo do que a extrema-direita busca realizar, que não é somente atacar acadêmicos, mas atacar especificamente o tipo de capital cultural que os acadêmicos possuem. Ao rejeitar o capital cultural institucional de um acadêmico, nega-se o fruto de seu trabalho e todo o seu histórico, de maneira que tanto o *troll* quanto o acadêmico ficam no mesmo nível argumentativo.

O objetivo por trás da negação das credenciais é uma forma de cobrir o nicho intelectual que os acadêmicos cobrem ao desqualificá-los. No entanto, os acadêmicos não podem tangivelmente ser desqualificados porque eles possuem suas credenciais

institucionais, querendo o *troll* ou não. Por isso é importante para os militantes de extrema-direita a negação e a argumentação no campo político, já que a academia é intangível e incompreensível para eles. Também é importante ressaltar que, para esses militantes, nunca se trata sempre de história, mas sim de política, já que eles buscam a distorção da história para fins políticos de maneira muito clara, também em virtude de sua falta de conhecimento sobre o campo e as práticas desse respectivo campo em questão.

Isso não quer dizer, no entanto, que a educação e a correção sejam más formas de se engajar com a extrema-direita. Pelo contrário, são formas válidas dependendo do público a ser alcançado. Nesse tipo de situação, um antigo adágio da internet consegue facilmente se encaixar: “*Não alimente os trolls*”. Entretanto, caberia aos classicistas corrigir o longo histórico de habilitação de perspectivas racistas que hoje possibilitam que a extrema-direita instrumentalize a história como uma maneira de efetuar ganhos políticos, ou ao menos contestar o capital cultural da classe acadêmica. Infelizmente, o mesmo posicionamento é válido para os historiadores, e é de suma importância que sejam clarificados para o grande público os métodos e práticas da história, além do seu conteúdo puro e simples, tendo em vista o uso de historiadores controversos do século XIX e XX, não mais reconhecidos pela academia, mas que florescem em círculos conservadores atuais.

Curtis Dozier (2020) compartilha de uma perspectiva similar à de Donna Zuckerberg no sentido de que a educação e clarificação são somente parte da batalha contra a extrema-direita, mas sozinhas são incapazes de desarticular esse posicionamento político. Nesse caso, o foco seria em educar as pessoas que estão alheias a esse nicho político, mas que podem ser esclarecidas para poderem se prevenir contra esse mau uso do passado, e principalmente saber identificar esse tipo de posicionamento de maneira a evitá-lo no futuro, e também entender que essa posição vem de um local completamente impreciso e equivocado.

Para Dozier (2020, p. 252-253), grande parte do apelo que a extrema-direita faz aos Clássicos provém, de fato, do prestígio que os Clássicos possuem dentro do imaginário popular. Esse imaginário partiu de construção dos Clássicos como fundamentais para a noção de Ocidente, assim como também representam o ápice

das representações artísticas do mundo para os europeus. No contexto da extrema-direita atual, a reprodução acrítica dos Clássicos é utilizada como uma forma de legitimar atitudes misóginas no presente, além de perspectivas políticas que correspondam com os interesses desses conservadores.

Dessa forma, podemos compreender a utilização dos Clássicos como uma ferramenta a serviço de discursos conservadores. Tal utilização comumente está atrelada com uma pretensa defesa da noção de civilização ocidental, que pode ou não estar atrelado a uma ideia de superioridade racial. Nesse sentido, os Clássicos e o ocidente são conceitos que se misturam em uma dança de sentidos, em algo que possui uma pretensa coerência que somente se encontra na mente dos autores que efetuam essa apropriação (Kennedy, 2023, p. 94-95).

No mais, a culpabilização de políticas aplicadas no presente como um sinal caucionário de que isso traz a ruína para a civilização ocidental também é comentado como não sendo algo recente. A título de exemplo, é uma tática tradicional da *alt-right*⁵⁴ a de comparar o fim do Império Romano com a decadência da aceitação da diversidade e empatia. É esse caso, e não a glorificação dos Clássicos e a utilização deles como exemplo, que foi constantemente abordado nessa pesquisa. O mote da queda do Império Romano é sempre utilizado em um tom fatalista por esses militantes, de maneira a fazer um uso do passado para gerar ansiedade política. Entretanto, Dozier (2020, p. 253) afirma que esse tipo de argumento funciona somente para quem tem algum tipo de admiração pelo Império Romano e idealiza esse passado.

Dozier (2020, p. 255-256) também afirma que a refutação direta a apropriações dos Clássicos por esses elementos que compõem a extrema-direita é ineficaz. A razão para isso é que nem mesmo os próprios militantes possuem uma compreensão

⁵⁴ *Alt-right* é a forma encurtada de *alternative right*, um termo cunhado pelo filósofo Paul Gottfried e pelo polemista Richard Spencer, ambos americanos, de maneira a classificar um novo movimento de direita que surgiu nos EUA com o início do governo de Barack Obama. As principais propostas desse movimento político de extrema-direita são a defesa do nacionalismo branco, que é a ideia de que a raça branca precisa de um território nacional que pertença somente a ela, fundindo ideias de supremacia branca e separatismo branco; e também da defesa de posturas antisemitas, e além disso se posicionando contra a ideia de democracia liberal, manifestando-se principalmente na internet (Hawley, 2017, p. 51).

profunda do que é história, e não demonstram deter um conhecimento razoável das apropriações que eles mesmos defendem. É válido afirmar, portanto, que por mais que exista uma disputa de capital cultural entre os acadêmicos e esse tipo de militante, o fato deles rejeitarem o estatuto dos acadêmicos para propagar uma retórica política que é mal e porcamamente fundada em vagos elementos históricos faz parte da tática da extrema-direita de confrontar as instituições em termos desiguais, impossibilitando uma discussão nos mesmos termos.

Considerando todos os pontos levantados por Zuckerberg e Dozier, para além do horizonte de possibilidades do papel do historiador na ação contra os discursos de extrema-direita, faz-se necessário desenvolver o papel dos Clássicos dentro desses movimentos, e que tipo de legitimidade está sendo reclamada ao utilizar Roma como um exemplo de passado ideal. De maneira a compreender melhor esses usos, e a recorrente evocação de Roma no discurso de Dugin e de outros elementos políticos de extrema-direita, precisamos elucidar os caminhos da recepção dos Clássicos.

Segundo Anastasia Bakogianni (2016, p. 97):

A teoria de recepção rejeita a existência do único, original, objetivo e fixo texto que precisa ser examinado como uma pura forma de arte, da forma que argumentariam muitos teóricos pós-modernos e da nova crítica. Em recepção, nós falamos em termos de texto's', no plural, pois cada vez que um texto é lido, ele está sendo recebido e interpretado de uma nova forma. Isso se provou de valor especial para o estudo dos Clássicos, onde os textos e a cultura material do mundo antigo sobrevivem somente de forma fragmentada. Textos Clássicos frequentemente estão incompletos, disputados, recuperados de uma variedade de fontes, e reinterpretados por cada geração de acadêmicos dos Clássicos. A recepção dos Clássicos foca na forma que o mundo clássico é recebido nos subsequentes séculos e em particular nos aspectos das fontes clássicas que estão alterados, marginalizados e negligenciados (Bakogianni, 2016, p. 97).⁵⁵

⁵⁵ *Reception theory rejects the existence of the one, original, objective and fixed text that has to be examined as a pure art form as new criticism and many postmodern theorists would argue. In reception we speak rather in terms of text's', plural because each time a text is read it is being received and interpreted in a new way. This has proven to be of particular value for the study of classics, where the texts and the material culture of the ancient world survive only in fragmentary form. Classical texts are often incomplete, disputed, recovered from a variety of sources, and re-interpreted by each generation of classical scholars. Classical reception focuses on the way in which the classical world is received in subsequent centuries and in particular on those aspects of the classical sources that are altered, marginalized, or neglected.*

Portanto, os estudos de recepção, especialmente quando tratado da recepção dos Clássicos, possuem um propósito reflexivo e, de certo modo, autorreferente. Usando os textos Clássicos como ponto de partida, a recepção se coloca como um exercício de reflexão que busca se posicionar e elucidar as inúmeras referências aos Clássicos e como a interpretação dessas referências vai se alterando não somente ao longo do tempo, mas especialmente a partir de novas perspectivas particulares (Bakogianni, 2016, p. 100-101).

Dessa forma, a recepção dos Clássicos não se limita a uma mera reprodução ou reverência ao passado, mas se manifesta como um processo dinâmico de ressignificação, no qual cada contexto cultural e histórico projeta novas camadas de sentido sobre os textos. Essas interpretações são sempre mediadas por questões contemporâneas, de modo que obras da antiguidade podem ser apropriadas para reforçar tradições, desafiar paradigmas ou até mesmo questionar sua própria autoridade. Nesse sentido, a recepção se configura como um diálogo contínuo entre passado e presente, onde os Clássicos não são estáticos, mas se reinventam conforme são lidos, reinterpretados e incorporados em diferentes discursos e expressões culturais.

No entanto, por mais que Bakogianni, em sua definição de recepção dos Clássicos, esteja focada na questão de produção textual, os desafios da teoria da recepção se encaixam também na forma em que o passado antigo encontra sua apropriação no mundo atual. No que diz respeito a esta pesquisa, isso se faz profundamente importante quando tratamos da recepção que Dugin faz do passado romano, e como a ideia de Império Romano é utilizada para justificar o projeto expansionista e nacionalista russo em seu discurso.

De fato, o fascínio com o Império Romano, e a reclamação de sua herança e imortalidade, não é algo recente, tampouco feito unicamente por Aleksandr Dugin. No entanto, tipicamente, quando esse tipo de herança imperial é reclamada, ela está diretamente associada com as normas da cultura europeia, de modo que o Império Romano e a Europa ocidental sejam parte da mesma continuidade cultural, e tal continuidade estaria presente em elementos como a literatura. Dessa forma, a cultura

e a civilização romanas estariam sendo transferidas através de sua literatura para os europeus, que seriam então seus guardiões e a manteriam imortal (Willis, 2007, p. 331-332).

Comparável ao poderio militar, a cultura romana também possui um papel importante na consolidação do poder imperial romano. Ponderando o exemplo de Ovídio, o poder cultural e militar romano são indissociáveis:

Aqui Ovídio está definindo um exemplo de um aparato de transmissão literária político-oral. Ele afirma que o potencial de extensão espacial da transmissão oral de sua poesia é limitado somente pelo limite geopolítico da conquista militar romana (*Romana potentia*, poder romano; *domitis terris*, terras conquistadas), e sua extensão temporal limitada somente pela confiabilidade do discurso do poeta (*siquid habent veri vatum praesagia*, se as previsões dos poetas possuem alguma verdade). Não é simplesmente o caso aqui que as conquistas militares romanas abrem e mantêm os canais de transmissão de textos literários: ao invés disso, nessas linhas podemos traçar um modelo de *inter-relação* do discurso poético e do poder político na produção imperial do espaço, tempo e história, onde a contínua existência do poder romano tanto garante e é garantido pelo valor-verdade do enunciado poético latino. Esse modelo opera de tal forma a romper qualquer possibilidade de uma distinção estável entre soberania como um aparato de transmissão e literatura como conteúdo transmitido (Willis, 2007, p. 336)⁵⁶

Dessa forma, por mais que Roma não tenha mais seu poderio militar para conquistar outros povos, já que a entidade enquanto autoridade política não existe mais, a soberania romana continua sendo transmitida, e mantida viva, através da telecomunicação. Ou seja, de maneira calcada na transmissão cultural, em um sentido que pode ser utilizado para caracterizar uma materialidade política e cultural do imperialismo romano no mundo presente, especialmente na Europa ocidental. No

⁵⁶ Here Ovid is defining a political-oral apparatus of literary transmission. He claims that the potential spatial extent of the oral transmission of his poetry is limited only by the geopolitical limit of Roman military conquest (*Romana potentia*, Roman power; *domitis terris*, conquered earths), and its temporal extent limited only by the reliability of poets' speech (*siquid habent veri vatum praesagia*, if poets' foretellings have any truth). It is not simply the case here that Roman military conquest opens and maintains the channels of transmission for literary texts: rather, in these lines we can trace a model of the interrelation of poetic speech and political power in the imperial production of space, time and history, where the continued existence of Roman power both guarantees and is guaranteed by the truth-value of Latin poetic utterance. This model operates in such a way as to disrupt any possibility of a stable distinction between sovereignty as an apparatus of transmission and literature as the content transmitted.

entanto, forma que este imperialismo estaria sendo demonstrado no momento atual seria através de uma conceituação de soberania global, a partir da Europa (Willis, 2007, p. 338).

Sendo assim, a maneira como o Império Romano se mantém eterno é através da sua irresistibilidade. Enquanto entidade cultural, ele se tornou uma parte irrevogável da cultura europeia, de forma que se faz impossível falar de cultura europeia sem tratar de cultura romana. E, como cultura romana necessariamente significa poder romano, é possível afirmar que a cultura romana se perpetua através da transmissão da civilização europeia. Portanto, tal como diz Ovídio, o limite romano está determinado somente pelo alcance de sua cultura, e todo europeu se torna um cidadão romano a partir do momento em que sua cultura é transmitida (Willis, 2007, p. 348).

Porém, quando tratamos da posição de Dugin em relação ao Império Romano, é inegável que a ideia de soberania global está presente em seu discurso, especialmente quando ele fala do triunfo da sociedade telurocrática tradicional sobre o atlantismo norte-americano representado pela OTAN. Porém, o que diferencia o lugar discursivo duginista da noção de império global romano enquanto elaborado por Ika Willis é precisamente o local geográfico dessa continuidade imperial. Dugin faz a associação romana não com o continente europeu, mas especificamente com a Rússia.

O eurasianismo de Dugin visa a expansão do Império Romano, tratando a Rússia como sua continuação espiritual e metafísica, em direção à Ásia na tentativa de se formar um eixo de poder contra seus adversários atlantistas e seus ideais liberais. Nesse sentido, a noção de 'soberania global' visa, especificamente, a destruição da cultura europeia e da sociedade ocidental, em nome da manutenção da existência da cultura tradicional russa. O Império Romano permanece, mas nesse caso como uma ameaça direta à cultura ocidental, que muitos outros tratam como a legítima continuidade imperial romana.

Isso levanta a seguinte questão: como o maior significador da cultura europeia passa a se tornar aquilo que inevitavelmente está destinado a destruir a Europa e seus ideais liberais? De maneira a respondermos essa pergunta, precisamos ir além

das referências ocidentais utilizadas por Dugin, referências essas que já foram elucidadas neste trabalho. A associação que Dugin faz em seu discurso entre a continuidade entre Império Romano e Rússia não está em nada relacionada com a permanência de uma cultura ocidental.

Para compreendermos a recepção que Dugin realiza, é preciso romper com a ideia de que Roma necessariamente está atrelada ao Ocidente, e que os dois modos culturais são essencialmente os mesmos. Como já tratado anteriormente, o discurso de Dugin não faz questão de uma verossimilhança, e sua análise comparativa da ontologia romana e cartaginesa segue um propósito político, sendo esse a inevitável dominação russa, e sua vitória sobre seus inimigos mortais.

Ao entendermos que o poder dos Clássicos está atrelado diretamente à sua correlação com os valores morais, ideológicos e sociopolíticos defendidos por certos elementos na atualidade (Schein, 2008, p. 75), os Clássicos surgem como uma ferramenta de legitimação ideológica. É precisamente nesse sentido que Dugin está se apropriando do passado romano, de maneira a legitimar sua própria ideologia eurasiática. Porém, somente isso não explica de maneira concreta o afastamento entre Império Romano e Ocidente.

O que, de fato, explicaria esse fenômeno de modo mais eficaz é o tratamento do Império Romano não como uma entidade quintessencialmente ocidental, mas sim como um signo que transcende os conceitos construídos pelo Ocidente. O Império Romano, portanto, deixa de ser propriedade do Ocidente e passa a se tornar uma propriedade universal, um símbolo do que significa, de fato, o poder ilimitado. A autoridade romana, através do processo legitimador dos Clássicos, seja pelo seu passado ou pelo seu cânone, na visão de Dugin, é indissociável do conceito de império. Dessa forma, não pode existir Império sem existir Império Romano.

O discurso de Dugin, portanto, pode servir como um exemplo da transcendência do signo que é o Império Romano, não sendo necessariamente algo associado a uma fixidez ocidental, mas sim como um signo portador de autoridade e legitimidade para demonstrações de poder. Nesse sentido, o Império Romano se distancia de uma especificidade ocidental, mesmo como a pura essência do que significa ser Ocidente. Na verdade, Roma se transforma em império em uma

classificação mais abrangente, tanto como *imperium* quanto *auctoritas* e *potestas*. O Império Romano, dessa forma, se torna um símbolo de poder que vai além das pretensões e ambições ocidentais, de maneira que qualquer autoridade forte o suficiente pode reclamar o Império Romano para si próprio.

É possível compreender a perspectiva duginiana também notando o uso típico do passado por certos elementos políticos de extrema-direita fora da Rússia, que buscam se apropriar de referências clássicas como uma maneira de construir uma relação cultural com as pessoas que possuem esse repertório, assim criando um tipo de comunidade imaginada ao redor desse passado comum que é corporizado através dos Clássicos. Essa conexão é criada com o estrito propósito de se estabelecer um discurso reacionário, em que os Clássicos aparecem como um tipo de passado ideal que precisa ser retornado, ou evitado (De Pourcq, 2020, p. 174-175).

Analisar a forma como Aleksandr Dugin trata o Império Romano se faz importante porque as referências aos Clássicos, tanto em sua literatura quanto ao passado greco-romano, são uma parte relevante do discurso da extrema-direita atual no mundo inteiro (De Pourcq, 2020, p. 179). Nesse sentido, Dugin não está distante das tendências estabelecidas pela extrema-direita desde a sua quarta onda no início do século XXI. A referência aos Clássicos e, no caso duginiano, ao Império Romano enquanto manifestação de poder, se tornou parte indelével do léxico da extrema-direita atual, e a busca pela associação com o passado romano, seja pelo exemplo ou por um suposto legado e continuidade, é um objetivo discursivo de qualquer ideólogo que busque legitimar o pensamento de direita no cenário atual.

Entender de que forma essa apropriação dos Clássicos faz sentido dentro do universo da extrema-direita requer que tomemos rédea da questão do leitor, e da forma como ele recebe esse passado. Todo texto é direcionado para um leitor implícito, não necessariamente uma pessoa em específico que existe no mundo real, mas sim um leitor que será o alvo daquele texto, que está sendo produzido para ser lido por ele. Dessa forma, todo texto é feito com a intenção de ser lido *por alguém*, e esse direcionamento necessita de referências que precisam ser compreendidas em sua plenitude pelo leitor implícito (Willis, 2018, p. 70-71).

Tendo analisado as referências que Dugin faz ao passado romano anteriormente neste trabalho, é possível postular que o leitor implícito de seus textos é dotado de um ferrenho antiamericanismo, além da resistência contra ideais como a diversidade e a igualdade. A todos os fins possíveis, o leitor metafórico de Dugin é um conservador, especialmente um conservador que desconfia do poderio norte-americano e desdenha do Ocidente. Considerando que a referência ao passado romano é parte importante do discurso da extrema-direita atual, Dugin constrói todos os elementos para ser compreendido e alcançado por leitores de direita.

A permanência do Império Romano no quadro de referência da extrema-direita pode ser considerada como parte de um tipo de cânone do discurso extremista conservador. A partir dessa ideia de cânone, podemos compreender a forma como essa apropriação se dá, e de que modo ela foi construída para se tornar um modelo presente de forma comum não somente nas palavras de Dugin, mas também nas referências da extrema-direita como um todo.

O cânone, especialmente o cânone clássico, foi construído de maneira a ser uma referência específica de uma determinada classe social, classe essa que por ser de um estrato mais elevado, teria facilidade de acesso aos textos antigos e a sua utilização. Dessa forma, os Clássicos literários, o cânone antigo, foram amplamente utilizados como uma forma de manter uma estrutura de poder referente à classe dominante, que utilizava esses textos como uma forma de manter seu estatuto diante de elementos que não pertenciam a mesma classe social (Schein, 2008, p. 83).

Dessa forma, o cânone clássico é mantido como uma referência que pertence a um grupo exclusivo, e a sua função nesse grupo é separar os elementos desejáveis daqueles indesejáveis. Sendo assim, o cânone por muitas vezes foi responsável pelo estabelecimento de referências classistas e pela manutenção de uma hegemonia cultural. É precisamente a partir desse tipo de função, que não necessariamente o cânone cumprirá em outros círculos, que está a referência ideológica de inúmeros políticos, especialmente aqueles de direita (Schein, 2008, p. 84).

Tratar o Império Romano como parte de um cânone no discurso da extrema-direita auxilia na compreensão de sua extensa utilização como referência discursiva. A eterna presença romana faz parte de um jogo de signos que são compreendidos

especificamente para aqueles que possuem o mesmo repertório que o autor do discurso. Dessa forma, Roma se torna uma referência conservadora, um símbolo utilizado pela extrema-direita, seja como um exemplo a não ser seguido, ou uma glória a ser recuperada. No que diz respeito a Aleksandr Dugin, o Império Romano seria o inevitável destino russo, e seu texto argumenta com um leitor que conhece essas referências e está suscetível a sua adesão.

Sendo assim, a apropriação do conceito de Império Romano pela extrema-direita não se dá a partir de fatores históricos. De fato, a história, ou, pelo menos, a verossimilhança histórica, é irrelevante para tal. Sua principal utilização é como um dispositivo simbólico que reforça uma cosmovisão específica. Ao evocar o passado romano, discursos como o de Aleksandr Dugin buscam construir uma narrativa de continuidade e destino, na qual a ascensão e o poderio imperial são utilizados para justificar projetos políticos extremistas contemporâneos. Essa estratégia não apenas delimita um público que compartilha desse repertório simbólico, mas também estabelece um horizonte ideológico no qual o passado romano é moldado para atender a interesses excludentes.

Dessa maneira, a recepção do passado romano não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas como parte de um padrão discursivo maior, no qual uma pretensa tradição é mobilizada para legitimar posicionamentos políticos e sociais que visam a marginalização de povos e setores inteiros da sociedade. O apelo ao Império Romano nesses discursos revela não apenas uma disputa sobre a interpretação da história, mas também a construção de uma identidade que se pretende atemporal e essencialista. Com isso, Roma transcende a sua posição na antiguidade clássica e passa a desempenhar um papel ativo na formação de um imaginário político que busca fundamentar ideais de poder, ordem e civilização através do discurso da extrema-direita.

Considerações Parciais

O principal desafio para os historiadores nos dias atuais em relação à ascensão da extrema-direita na atualidade é realizar a manutenção da autoridade dentro do discurso histórico, já que existe uma contestação política de maneira pervasiva, dado o contexto político atual (Marques, 2023, p. 1). Com a perspectiva acadêmica sendo provocada por elementos extremistas que buscam a recepção do passado como uma forma de justificativa política para projetos conservadores extremistas, é de suma importância que discursos como esse sejam analisados e criticados exaustivamente até eles cessarem, mesmo que tal possibilidade possa não estar dentro do espectro da realidade.

Existe um desafio plantado para a classe dos historiadores e isso pode mudar dependendo do cenário, mas Aleksandr Dugin mantém um discurso que está alinhado com diversos elementos presentes na temática discursiva da extrema-direita, de modo que a presença do Império Romano pode ser considerada como uma marca permanente nesse discurso. Portanto, cabe o questionamento em relação ao fascínio da extrema-direita no mundo inteiro com o Império Romano e sua evidente manifestação de poder e autoridade, em que Dugin é somente uma dessas facetas, ainda que atípicas.

A partir da leitura desse intelectual da extrema-direita moderna, é possível compreender que existe uma tentativa dos conservadores de dominar o discurso acadêmico, mesmo que se utilizando de outro campo: o da retórica. A utilização de ferramentas da retórica, longe de uma adequação a um discurso científico, deixa implícito que o objetivo dessa contestação é puramente político, e busca concretizar uma ação política que é essencialmente excludente e visa a apropriação do poder romano como uma forma de justificar o ódio a alteridade.

Todo esse processo de contestação e apropriação deixa claro a importância de se discutir os limites do papel do historiador dentro desse cenário político, e uma das possibilidades de confronto com esse tipo de discurso é o ensino de teoria. Afinal, é precisamente a teoria que difere a história de outros campos, e o que dá a ela sua legitimidade enquanto disciplina ou ciência. Através do processo de reiteração das

práticas metodológicas da história, seria possível abrir uma frente de combate a esse tipo de discurso pernicioso que busca negar narrativas corroboradas academicamente, após décadas de debates, estudos e descobertas arqueológicas.

A tentativa de Dugin, assim como de outros intelectuais de extrema-direita, é de deslegitimar o capital cultural institucional de que os historiadores são dotados para que, por sua vez, eles consigam dominar esse mesmo tipo de capital. Trata-se de um artifício que tem suas raízes e intenções em objetivos políticos, e não no avanço da disciplina. De fato, uma das formas pelas quais esse problema pode ser combatido, mas não absolutamente, é através dos historiadores, abrindo a necessidade de ressaltar e reforçar essa posição, reclamando seu capital cultural institucional para o auditório universal. Entretanto, a extrema-direita não deixou de existir no passado, e enquanto houver o interesse de classes sociais maiores na política, ela continuará existindo, e a boa vontade para enfrentar esse discurso se manterá escassa.

A ideia de cativar o público, não tornando os próprios militantes e intelectuais de extrema-direita como alvos, mas sim esclarecendo um público geral que está alheio a esses problemas, é um posicionamento que está relacionado com as perspectivas e conclusões de Curtis Dozier (2020) e Donna Zuckerberg (2018). Ao manter a insistência em fazer com que o debate esteja alheio das simples correções a militantes que estão interessados somente nas implicações políticas de seus discursos, voltar-se para o público geral de modo que eles entendam como escapar das armadilhas lançadas pela extrema-direita pode ajudar a vencer uma batalha, mas não acabará com a guerra.

O discurso que deve ser contestado pelos historiadores através do viés teórico-metodológico deve ser apresentado não como uma forma de correção de fatos, mas entrando mais a fundo para elucidar que o que é apresentado pela extrema-direita se trata não de história, mas de discursos políticos sem o mínimo grau de legitimidade. A história deve ser reforçada como prática e campo científico, embasado e consolidado através de teoria e metodologia. Através disso, é possível reforçar esse posicionamento apresentado pelos historiadores de forma a combater o desafio imposto pelos intelectuais de extrema-direita e a influência desses discursos para fora do ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANISIMOV, E. V. *The reforms of Peter the Great*. Londres: Routledge, 2015.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de J. H. Freese Disponível em: < <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0060> > acesso em 16 fev. 2025.

ASSAD, P. *Grupo brasileiro 'neofascista' faz 'desinformação pró-Kremlin', diz relatório do governo americano*. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/21/grupo-brasileiro-neofascista-faz-desinformacao-pro-kremlin-diz-relatorio-do-governo-americano.ghtml> > Acesso em 09 de março de 2025.

ARTHURS, J. *Excavating Modernity: the Roman past in Fascist Italy*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

BAKOGIANNI, A. What is so 'classical' about classical reception? Theories, methodologies and future prospects. *Codex: Revista de Estudos Clássicos*, v. 4, n. 1, p. 96-113, 2016.

BAR-ON, T. The Ambiguities of the *Nouvelle Droit*, 1968-1999. Montreal: *The European Legacy*, v. 6, n. 3, p. 333-351, 2001.

BARONOWSKI, D. W. *Polybius and Roman Imperialism*. Nova York: Bloomsbury, 2011.

BAUER, C. S.; NICOLAZZI, F. F. O historiador eo falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016.

BEISSWENGER, M. A Failed Alliance: The Eurasianist Movement and the German Conservative Revolution in the Early 1930s. In: LARUELLE, M. *Entangled Far Rights: A russian-european intellectual romance in the twentieth century*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2018. p. 61-84

BERDYAEV, N. *The Russian Idea*. Nova York: Macmillan, 1948.

BONFÁ, D. C. Antiguidade, identidade e usos do passado. Campinas: *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, n. 30, jan-dez 2016, p. 11-32.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport: Greenwood, 1986.

_____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BREUER, S. *Anatomie der konservative revolution*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

BRIZZI, G. Carthage and Hannibal in Roman and Greek memory. In: HOYOS, D. (Ed.) *A Companion to the Punic Wars*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, pp. 483-498.

BURTON, P. J. *Roman Imperialism*. Boston: Brill, 2019.

CANGUILHEM, G. *Ideología y racionalidad en la historia de las ciencias de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2005.

CAMUS, J. Y.; LEBOURG, N. *Far-right politics in Europe*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

CARVALHO, O.; DUGIN, A. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide Editorial, 2012.

CAUTE, D. *Politics and the novel during the Cold War*. Nova York: Routledge, 2010.

CHARAUDEAU, D. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CHEREPANOVA, R. Discourse on a Russian “Sonderweg”: European Models in Russian disguise. *Studies in East European Thought*, v. 62, p. 315-329, 2010.

CHERNIAVSKY, M. The Old Believers and the new religion. *Slavic Review*, v. 25, n. 1, p. 1-39, 1966.

COPLESTON, F. C. *Philosophy in Russia: from Herzen to Lenin and Berdyaev*. Wellwood: Search Press, 1986.

DE POURCQ, M. The Costly Fabric of Conservatism: classical references in contemporary public culture. In: RICHARDSON, E. (Ed.) *Classics in Extremis*. Londres: Bloomsbury, 2020. p. 171-183.

DOLBILOV, M. Russian Nationalism and the Nineteenth-Century Policy of Russification in the Empire’s Western Region. In: MATSUZATO, K. (Ed.) *Imperiology: From Empirical Knowledge to Discussing the Russian Empire*. Sapporo: Hokkaido University Press, 2007.

DOS SANTOS SILVA, B. Romanização e os séculos XX e XXI: a dissolução de um conceito. *Mare nostrum: estudos sobre o mediterrâneo antigo*, 2011, n. 2, p. 57-74.

DOZIER, C. Hate groups and graeco-roman antiquity online: to rehabilitate or reconsider? In: VALENCIA-GARCÍA, Louie Dean (Ed.). *Far-right revisionism and the end of history*. Nova York: Routledge, 2020. P. 607-656.

DUGIN, A. *A grande guerra dos continentes*. Amadora: Antagonista, 2010.

_____. *A quarta teoria política*. Porto Alegre: Editora Austral, 2012a.

_____. *Contra o ocidente: a Rússia contra-ataca*. Porto Alegre: Austral, 2013.

_____. *Da geografia sagrada à geopolítica*. Disponível em: < <https://www.4pt.su/pt-br/content/da-geografia-sagrada-%C3%A0-geopol%C3%Aadtica> > Acesso em 29 de outubro de 2023, 2014a.

_____. *Putin vs Putin: Vladimir Putin Viewed From the Right*. Budapeste: Arkto, 2014b.

_____. *Eurasian Mission: an Introduction to Neo-Eurasianism*. Budapeste: Arkto, 2014c.

_____. *Rusia: el misterio de eurasia*. Madrid: Talleres Graficos Peñalara, 1992.

_____. *Карфаген должен быть разрушен. Антиамериканское большинство*. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20191108050157/http://arcto.ru/article/1287> > Acesso em 29 de outubro de 2023, 2004.

_____. *Русская идентичность*. Disponível em: < <https://www.geopolitika.ru/article/russkaya-identichnost> > Acesso em 7 de março de 2024, 2012b.

_____. *ТОРЖЕСТВО ВИЗАНТИИ*. Disponível em: < <https://izborsk-club.ru/9908> > Acesso em 09 de março de 2025.

_____. *За истинную Европу*. Disponível em: < <https://www.geopolitika.ru/948-za-istinnuyu-evropu.html> > Acesso em 7 de março de 2024, 2022.

_____. *Либерализм опаснее украинского нацизма*. Disponível em: < <https://www.geopolitika.ru/article/liberalizm-opasnee-ukrainskogo-nacizma> > Acesso em 7 de março de 2023, 2023.

_____. *ОСНОВЫ ГЕОПОЛИТИКИ*. Disponível em:
<<https://staff.tiame.uz/storage/users/480/books/cYEgSOreAs8uzsIN1eYdVWxMPRIhFLPRZCj91Mca.pdf>> Acesso em 14 de março de 2024.

_____. *Философия войны*. Moscou: Yauza, 2004.

DUMOULIN, O. *O papel social do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

EDWELL, P. M. Definitions of Roman Imperialism. In: HOYOS, D. (Ed.) *A Companion to Roman Imperialism*. Boston: Brill, 2013, pp. 39-52.

EICH, P. *Zur Metamorphose des politischen Systems in der römischen Kaiserzeit: Die Entstehung einer "personalen Bürokratie" im langen dritten Jahrhundert*. Berlim: Akademie Verlag, 2005.

ERSKINE, A. *Roman Imperialism*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2010.
FAYE, E. *Heidegger: a introdução do nazismo na filosofia*. São Paulo: É Realizações Editora, 2015.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz Editora, 2013.

FERRER, J. N. The Perennial Philosophy Revisited. Berkeley: *The Journal of Transpersonal Psychology*, v. 32, n. 1, 2000, p. 7-30.

FONTANA, J. *Europa ante el espejo*. Barcelona: Crítica, 1994.

FOMENKO, A. *History: Fiction or science?* Nova York: Delamere Publishing, 2003.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREEMAN, P. W. M. *The Best Training-ground for Archaeologists: Francis Haverfield and the invention of Romano-British Archaeology*. Oxford: Oxbow Publishing, 2007.

_____. Mommsen to Haverfield: the origins of studies of romanization in late 19th c. Britain. In: MATTINGLY, D. J. (Org.) *Dialogues in roman imperialism*. Oxford: Oxbow, 1998. p. 27-50.

GIARDINA, A. O mito fascista da romanidade. São Paulo: *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 55-76, 2008.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRIFFIN, R. *The nature of fascism*. Oxford: Routledge, 1993.

GUARINELLO, N. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare nostrum*, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.

HANSON, W. S. Forces of Change and Methods of Control. In: MATTINGLY, D. J. (Org.) *Dialogues in Roman Imperialism*. Oxford: Oxbow, 1998. p. 67-80.

HARDWICK, L. *Reception Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HAWLEY, G. *Making sense of the alt-right*. Nova York: Columbia University Press, 2017.

HINGLEY, R. *Roman Officers and English Gentlemen: the Imperial Origins of Roman Archaeology*. Londres: Routledge, 2000.

_____. *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. Nova York: Routledge, 2005.

HORSFALL, N. *A companion to the study of Virgil*. Leiden: Brill, 1995.

HOYOS, D. The outbreak of war. In: HOYOS, D. (Ed.) *A Companion to the Punic Wars*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, pp. 131-148.

_____. *The Carthaginians*. Londres: Routledge, 2010.

HUNTINGTON, S. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

KELLY, C. From “counter-revolutionary monuments” to “national heritage” The Preservation of Leningrad Churches, 1964-1982 1. *Cahiers du monde russe*, v. 54, n. 1, p. 131-164, 2013.

KENNEDY, R. F. Classics and Western Civilization: the Troubling History of an Authoritative Narrative. In: MARQUES, J. B.; SANTANGELO, F. *Authority and History: ancient models, modern questions*. Londres: Bloomsbury, 2023. p. 87-108.

KERSHAW, I. *The nazi dictatorship: problems and perspectives of interpretation*. Londres: Bloomsbury, 2015.

KOEBNER, R.; SCHMIDT, H. D. *The Story and Significance of Imperialism: a political word 1840-1960*. Reino Unido: Londres, Cambridge University Press, 1965.

KOSHARNIY, V. P. *Евразийство*. Disponível em: <https://bigenc.ru/c/evraziistvo-326fc1> Acesso em 09/03/2025.

KOSTYA, S. *Pan-slavism*. Astor: Danubian Press, 1981.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LARUELLE, M. *Russian Eurasianism: an Ideology of Empire*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008.

_____. Rethinking russian nationalism. In: _____. (Ed.) *Russian nationalism and the national reassertion of Russia*. Londres: Routledge, 2010.

_____. Dangerous liaisons. In: _____. (Ed.) *Eurasianism and the European Far Right: Reshaping the Europe–Russia Relationship*. Nova Iorque: Lexington Books, 2015. p. 1-32.

_____. *Is Russia fascist? Unraveling propaganda in East and West*. Ithaca: Cornell University Press, 2021.

LINTOTT, A. *Imperium Romanum: Politics and Administration*. Londres: Routledge, 1993.

MAIAROVA, O. A revolutionary and the empire: Alexander Herzen and the russian discourse on Asia. In: BASSIN, M.; GLEBOV, S.; LARUELLE, M. (Eds.) *Between Europe and Asia: The Origins, Theories, and Legacies of Russian Eurasianism*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2015, p. 13-26.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MARQUES, J. B. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

_____. Introduction. In: MARQUES, J. B.; SANTANGELO, F. *Authority and History: ancient models, modern questions*. Londres: Bloomsbury, 2023. p. 1-5.

MARTINDALE, C.; THOMAS, R. F. *Classics and the Uses of Reception*. Hoboken: Blackwell Publishing, 2006.

MATTINGLY, D. J. *Imperialism, Power and Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, v. 9, p. 17-41, 2005.

MILAZZO, B. L. M. *A construção da fronteira étnica no processo de romanização na Britânia romana: os casos de resistência das revoltas de Carataco e Boudica durante o século I d.C.* 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MILLETT, M. Romanization: historical issues and archaeological interpretation. In: BLAGG, F. C.; MILLETT, M. (Orgs.) *The early roman empire in the west*. Oxford: Oxbow, 2002.

MOMIGLIANO, A. Camillus and Concord. Cambridge: *The Classical Quarterly*, v. 36, n. 3/4, outubro de 1942, p. 111-120.

MORLEY, N. *The Roman Empire: Roots of Imperialism*. Londres: Pluto Press, 2010.

MUDDE, C. *The ideology of the extreme right*. Nova York: Manchester University Press, 2000.

_____. *The far-right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

NEIVA, L. *Por ordens de Lupi, PDT expulsa 50 "infiltrados" da extrema-direita*. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/por-ordens-de-lupi-pdt-expulsa-50-infiltrados-de-extrema-direita/> > Acesso em 30 de janeiro de 2024.

ØSTBØ, J. *The New Third Rome: Readings on a Russian Nationalist Myth*. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2016.

PAIN, E. The imperial syndrome and its influence on Russian nationalism. In: KOLSTØ, P.; BLAKKISRUD, H. (Eds.) *The new russian nationalism: imperialism, ethnicity and authoritarianism 2000-15*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2016. p. 46-74.

PAYNE, S. G. *A history of fascism: 1914-45*. Londres: Routledge, 1995.

PELLING, C. The greek historians of Rome. In: MARINCOLA, J. (Ed.) *A companion to greek and roman historiography*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, pp. 244-258.

PLUTARCO. *Marcus Cato*. Disponível em: < <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2008.01.0022> > Acesso em 8 de março de 2024.

PINTO, R. O impulso de romanizar. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, v. 11, n. 22/23, 2006.

POLÍBIO. *História Pragmática, livros I a V*. Tradução de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ROBINSON, P. *Russian conservatism*. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

RÜSEN, J. *Razão histórica: Os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SAAD, C.; PECHY, A. Exclusivo: Relatório revela influência do 'ideólogo de Putin' no Brasil. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/exclusivo-relatorio-revela-influencia-do-ideologo-de-putin-no-brasil>> Acesso em 16 de fevereiro de 2025.

SCARDIGLI, B. Early relations between Rome and Carthage. In: HOYOS, D. (Ed.) *A companion to the punic wars*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, pp. 28-38.

SCHAMA, S. *Citizens: a chronicle of the french revolution*. Nova York: Knopf Doubleday Publishing Group, 1990.

SCHEIN, S. L. 'Our debt to Greece and Rome': canon, class and ideology. In: HARDWICK, L.; STRAY, C. (Eds.) *A Companion to Classical Receptions*. Carlton: Blackwell Publishing, 2008.

SEGRILLO, A. Ocidentalismo, eslavofilismo e eurasianismo: intelectuais e políticos em busca da identidade russa. In: REIS, D. A.; ROLLAND, D. *Intelectuais e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. p. 51-66.

SHERWIN-WHITE, A. N. *The Roman citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SHIELDS, J. G. An enigma still: Poujadism fifty years on. *French Politics, Culture & Society*, v. 22, n. 1, p. 36-56, 2004.

SIDOROV, D. Post-imperial Third Romes: resurrections of a Russian Orthodox geopolitical metaphor. *Geopolitics*, v. 11, n. 2, p. 317-347, 2006.

SILVA, G. J.; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 40, p. 43-66, 2020.

SILVA, G. J. *História antiga e usos do passado*. São Paulo: Editora FAPESP, 2007.

_____. Historicidade, memória e escrita da História: Augusto e o culto della romanità' durante o 'ventennio' fascista. *Romanitas-Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 12, p. 142-163, 2018.

_____. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antigüidade. *História (São Paulo)*, v. 26, p. 98-118, 2007.

SINITSYA, N. *Трепещи Рум: истоки и эволюция русской средневековой концепции*. Moscou: Indrik, 1998.

SMITH, W. D. *The ideological origins of nazi imperialism*. Nova York: Oxford University Press, 1989.

SNEATH, D. *The headless state*. Nova York: Columbia University Press, 2007.

STERNHELL, Z. (et. al.) *The birth of fascist ideology*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

SUNDERLAND, W. *Taming the Wild Field: Colonization and Empire in the Russian West*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

TOYNBEE, A. J. *A study of history, volume VII*. Londres: Oxford University Press, 1954.

_____. *Civilization on trial*. Nova York: Oxford University Press, 1948.

WALBANK, F. W. *A Historical Commentary on Polybius, vol. 3*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

WILLIS, I. The empire never ended. In: HARDWICK, L.; GILLESPIE, C. (Eds.) *Classics in post-colonial worlds*. Nova York: Oxford University Press, 2007. p. 329-348.

_____. *Reception*. Londres: Routledge, 2018.

WOODS, R. *The conservative revolution in the Weimar republic*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.

WOOLF, G. *Rome: an empire's history*. Oxford: Oxford University Press, 2012

_____. Beyond Romans and natives. *World archaeology*, v. 28, n. 3, p. 339-350, 1997.

_____. *Becoming roman: the origins of provincial civilization in Gaul*. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

ZAFAR, M. A. Russia's Ukraine Revanchism: Dugin, Neo-Eurasianism, and the Emerging World Order. *Journal of Politics and Development*, v. 13, n. 1, p. 20-38, 2023.

ZHURAVSKY, A. V. *К истории "Православного Собеседника"*. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20221020112443/https://kds.eparhia.ru/publishing/sobesednik/one/kistorii/> > Acesso em 6 de março de 2024.

ZUCKERBERG, D. *Learn some f*cking history*. Disponível em: < <https://eidolon.pub/learn-some-f-cking-history-94f9a02041d3> > Acesso em: 16 set. 2021.

_____. *Not all dead white men: classics and misogyny in the digital age*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.